

Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro: diretor de Obras Públicas e administrador da Roça Água Izé, subsídios para o conhecimento biográfico

**Fernanda Maria Góis Bilau**

**Nota:** lombada (Fernanda Maria Góis Bilau, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro: diretor de Obras Públicas e administrador da Roça Água Izé, subsídios para o conhecimento biográfico.

**Dissertação de Mestrado em História do Império Português**

**Janeiro, 2023**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizado sob orientação científica das Professoras, Doutora Alice Santiago Faria e Doutora Mafalda Pacheco.

## **(DECLARAÇÕES)**

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.

O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Fernanda Maria Góis Bilau

Lisboa, 16 de janeiro de 2023



**Dedicatória pessoal**

À memória dos meus pais, Filipe e Celeste  
Às minhas filhas, Bruna e Rita

## **AGRADECIMENTOS**

À minha filha Bruna, por impedir que não concluísse este trabalho.

À minha filha Rita, que me ensinou que o amor continua além da vida.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por me enriquecer no saber e nas competências.

Às minhas orientadoras, Professoras Doutoras, Alice Santiago Faria e Mafalda Pacheco, pela disponibilidade, pelas críticas construtivas e pelo encorajamento.

Aos meus alunos, por serem sempre uma fonte de inspiração para novas aprendizagens.

## RESUMO

O objetivo do nosso trabalho é contribuir para o conhecimento biográfico de Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro (n. Ribandar, Goa, 1840, † Nice, França, 1919), e entender a vida e obra deste militar, engenheiro, professor, deputado, diretor e inspetor de Obras Públicas do Ultramar e administrador da Roça de Água Izé, em São Tomé e Príncipe, luso-descendente nascido em Goa, mas que exerceu a sua profissão em diversos territórios do antigo império colonial português.

Sabemos que o século XIX foi para Portugal um período muito importante na ocupação de África e o principal interesse ultramarino focou-se no *hinterland* africano. Esse foco foi determinado pela realização da Conferência de Berlim (1884-1885), originada pela corrida a África pelas potências europeias. Portugal acatou as decisões resultantes da cimeira, particularmente, a lei de *ocupação efetiva* do território. A salvaguarda de tal princípio, levou ao desenvolvimento da política de Obras Públicas, assumida por Portugal, no contexto da reconfiguração do seu império, no último quartel do século XIX, com novas intenções económicas e formas de exploração de recursos. Portugal desenvolveu assim um novo paradigma de administração, promovendo missões nas províncias de Angola, Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, onde se relevou a importância dos serviços a desenvolver e a competência dos engenheiros militares na consecução de obras e projetos.

Na pesquisa de mais elementos sobre Claudino de Sousa e Faro, que consubstanciassem os já existentes, o nosso trabalho procurou conhecer melhor, em primeiro lugar, o seu contexto social e académico em Goa, Índia, onde nasceu, estudou e ensinou na Escola de Matemática e Militar de Goa e, posteriormente, sobre as suas vivências em território africano, onde exerceu o cargo de diretor de Obras Públicas em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, de inspetor das Obras Públicas do Ultramar e, também, as funções de administrador da Roça Água Izé, na ilha de São Tomé. Essencialmente, pretendemos conhecer a carreira colonial de Claudino de Sousa e Faro e o impacto da sua ação em territórios coloniais do império português, uma vez que representa um grupo de homens profissionais ao serviço de Portugal, que deixaram um legado significativo no mapeamento territorial e no estudo das potencialidades económicas dos territórios ultramarinos.

Para encetar o estudo recorreremos à análise bibliográfica e documental no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Histórico Militar, no Arquivo Histórico Parlamentar, no

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa bem como a alguns trabalhos académicos e a vasta bibliografia, de forma a concentrar informação dispersa.

Palavras-Chave: Império Colonial Português, África, Índia, Engenheiros Militares, Obras Públicas, Roças.

## ABSTRACT

The purpose of our work is to contribute to a deepened biographical knowledge of Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro (b. Ribandar, Goa, 1840, † Nice, France, 1919), that allows us to understand the life and work of this military man, luso-descendant born in Goa, engineer, professor, member of parliament, director and Overseas public works inspector and administrator of Roça de Água Izé in São Tomé and Príncipe, who also exercised his profession in various territories of the former Portuguese colonial empire.

It's a known fact that 19<sup>th</sup> century was a very important period in the occupation of Africa for Portugal, with the main interest focused on the African *hinterland*. This focus was determined by the occurrence of the Berlin Conference (1884-1885), originated by the scramble for Africa by European powers. Portugal complied with the decisions resulting from the conference, particularly the law of *effective occupation* of the territory. The safeguarding of such a principle led to the development of the public works policy, taken by Portugal, in the context of the reconfiguration of its empire, in the last quarter of the 19<sup>th</sup> century, with new economic intentions and ways of exploiting resources. Portugal develops a new paradigm of administration, promoting missions in the provinces of Angola, Cape-Verde, Mozambique and São Tomé and Príncipe, where the importance of the services to be developed and, by inherence, the competency of military engineers in the achievement of works and projects.

In the search of more elements about Claudino de Sousa e Faro, that consubstantiated the already existing ones, our work sought to better understand, in first place, his academic and social context in Goa, India, where he was born, studied and worked as a professor in the Escola de Matemática e Militar de Goa [Mathematical and Military School of Goa] and, later, his life in African territory, where he held the position of public works director in Angola, Cape Verde and São Tomé and Príncipe, of public works inspector of the Overseas and also the job of administrator of the farm Roça Água Izé, in São Tomé island. Essentially, we intend to know the colonial career of Claudino de Sousa e Faro and the impact of his action in colonial territories of the Portuguese Empire which left a significant legacy of territorial mapping and surveying the economic potential of overseas territories. In the course of this study, we carried on the biographical and documental analysis at the Arquivo Histórico Ultramarino [Overseas Historical Archive], at the Arquivo Histórico Militar [Military Historical Archive], at the Arquivo Histórico Parlamentar [Parliamentary Historical Archive and, at the Arquivo Histórico de São Tomé e

Príncipe [Historical Archive of São Tomé and Príncipe, at the Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde [National Historical Archive of Cape Verde] and at the Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa [Library of the Geography Society of Lisbon], as well as some thesis works, academic works and an extensive literature in order to concentrate dispersed information.

Keywords: Portuguese Colonial Empire, Africa, India, Military Engineers, Public Works, Roças.

## **Índice**

<b>Introdução</b>	12
Enquadramento da investigação, objetivos e metodologia.	13
Portugal, o império e os seus agentes nos territórios africanos (séculos XIX- XX).	20
<b>Capítulo 1</b>	28
1.Contextualização histórica das vivências de Claudino de Sousa e Faro em território goês.	28
1.1. Genealogia da Família Carneiro de Sousa e Faro.	33
1.2. Contexto sócio- familiar de Claudino de Sousa e Faro, de tradição militar.	45
1.3. Claudino de Sousa e Faro: militar, lente e político.	51
1.3.1. Exercício Militar.	52
1.3.2. Exercício como Lente.	57
1.3.3. Exercício como Político.	63
<b>Capítulo 2</b>	67
2.Contextualização histórica das vivências de Claudino de Sousa e Faro em território africano	67
2.1. Claudino de Sousa e Faro e as Direções de Obras Públicas.	70
2.1.1. Direção de Obras Públicas de Angola (1873-1876; 1884-1886.)	70
2.1.2. Direção de Obras Públicas de Cabo Verde (1876-1881).	79
2.1.3. Direção de Obras Públicas de São Tomé e Príncipe (1881-1884; 1892).	91
2.2. Claudino de Sousa e Faro, Inspetor de Obras Públicas do Ultramar (1887-1892).	96
2.3. Claudino de Sousa e Faro e a administração da Roça Água-Izé (1895-1915).	101
<b>Considerações finais</b>	125
<b>Índice e Créditos de Imagens</b>	127
<b>Fontes</b>	132
<b>Bibliografia</b>	137

## Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro: diretor de obras públicas e administrador da roça Água Izé, subsídios para o conhecimento biográfico



Fig. 1. Fotografia do General Claudino de Sousa e Faro, c. 1887.

### Introdução

A dinâmica de governo nas províncias ultramarinas foi indissociável do papel dos agentes locais coloniais na construção da autoridade, muitas vezes assumida por elites locais, que estabeleceram a comunicação governativa entre a metrópole e as regiões periféricas que integravam o império português. Consideramos que esteve subjacente a todo o processo as relações económicas, político-administrativas e clientelísticas de elites descendentes, nomeadamente os luso-descendentes da Índia Portuguesa, que dada a proximidade ao rei, acederam ao exercício da autoridade, fora do reino, e representaram o poder real nos territórios ultramarinos.

Registamos a importância crescente com a defesa dos circuitos marítimos que levou à construção de edificações de defesa da linha de costa, nos séculos XVII e XVIII, e que

necessitaram de grandes obras de recuperação, que constam em documentação abundante de Claudino de Sousa e Faro no exercício dos cargos de diretor e de inspetor de Obras Públicas no Ultramar.

A efetiva ocupação dos territórios tornou necessário um melhor conhecimento dos mesmos e do seu mapeamento, o que potenciou a necessidade de recuperação da rede defensiva dos séculos anteriores e a implantação da política de administração dos territórios criou novas exigências diretamente ligadas ao trabalho aprofundado dos engenheiros militares ao longo do século XIX, que daremos conta neste nosso trabalho.

Claudino de Sousa e Faro foi um, dos muitos agentes, que exerceu funções, circulou por várias províncias coloniais e agiu em conformidade com o seu conhecimento de engenheiro militar, nascido em Goa, onde fez os seus estudos. Por um lado, representa um grupo social, fundamental para a administração colonial que viveu sempre entre os territórios coloniais, aos quais estava profundamente ligado, e a metrópole. Por outro a elite técnico-científica do império português, profundamente envolvida no projeto colonial.

### **Enquadramento, objetivos e metodologia**

O trabalho proposto insere-se no âmbito do projeto de investigação TechNetEMPIRE Redes Técnico-Científicas na Formação do Ambiente Construído no Império Português (1647-1871) que pretende olhar para os agentes do dispositivo colonial – *experts* e instituições – , através do tempo e de geografias e entender como foram criadas redes de tecnociência através do império e moldadas às circunstâncias e aos interesses locais e vice-versa.<sup>1</sup> Temos como principal objetivo o conhecimento biográfico de Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro (n. Ribandar, Goa, 1840, † Nice, França, 1919), militar e engenheiro, que dividiu a vida entre diversos territórios do antigo império colonial português. Pretendemos também que deste trabalho resulte mais conhecimento destes agentes e desta rede. Trata-se de um trabalho biográfico, de busca de informação em arquivo, privado, público, técnico e outros, de modo a que não se percam no tempo informações relevantes do homem e da obra.

De forma a nos inteirarmos de alguma literatura sobre as potencialidades, práticas e desafios do método biográfico na investigação, e porque nas últimas décadas parece haver uma

---

<sup>1</sup> Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/ART-DAQ/31959/2017). Veja-se: <https://technetempire.fcsh.unl.pt/apresentacao/>

maior aceitação deste método de pesquisa, partilhamos alguns pareceres de autores, internacionais e nacionais, que consideramos pertinentes.

Pierre Bourdieu, no artigo *Da Ilusão à Conversão Autobiográfica*, refere que - “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixa de reforçar.”<sup>2</sup> Para o referido autor a vida organizada como uma história desenrola-se segundo uma ordem cronológica que é também uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio de razão de ser, de causa primeira, até o seu termo que é também um objetivo. A narrativa, seja biográfica ou autobiográfica, como aquela do entrevistado que se entrega a um entrevistador, propõe os acontecimentos que sem serem todos e sempre desenrolados em uma rigorosa sucessão cronológica (quem quer que seja a recolher as histórias de vida sabe que os entrevistados perdem constantemente o fio da rigorosa sucessão do calendário) tendem ou pretendem a se organizar em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis.<sup>3</sup>

Franco Ferrarotti na obra *Sobre a Ciência da Incerteza, O Método Biográfico na Investigação em Ciências Sociais*, defende a consolidação, a autonomia e as potencialidades do método biográfico, como uma metodologia, onde o investigador procura entender a realidade percebida.<sup>4</sup>

Por sua vez, Tiago Brandão, defende que a biografia é um género de escrita não-ficcional, atravessado, desde uma perspetiva historiográfica, por diversos desafios epistemológicos. Para este autor, a história não alimenta a pretensão e ilusão de cientificidade, entendida como uma característica das ciências da natureza e, muito em particular, quando

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre – L'illusion biographique, Actes de La Recherche, apud XAVIER, Mariana Ramalho Procópio- A Configuração discursiva de Biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo, p. 69.

<sup>3</sup> Transcrevemos a ideia de Bourdieu sobre o método biográfico: “Cette vie organisée comme une histoire se déroule, selon un ordre chronologique qui est aussi un ordre logique, depuis un commencement, une origine, au double sens de point de départ, de début, mais aussi de principe, de raison d'être, de cause première, jusqu'à son terme qui est aussi un but. Le récit, qu'il soit biographique ou autobiographique, comme celui de l'enquêté qui «se livre» à un enquêteur, propose des événements qui, sans être tous et toujours déroulés dans leur stricte succession chronologique (quiconque a recueilli des histoires de vie sait que les enquêtes perdent constamment le fil de la stricte succession calendaire), tendent ou prétendent à s'organiser en séquences ordonnées selon des relations intelligibles” apud XAVIER, Mariana Ramalho Procópio - A Configuração discursiva de Biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo, p. 43.

<sup>4</sup> FERRAROTTI, Franco – Sobre a Ciência da Incerteza, O Método Biográfico na Investigação em Ciências Sociais, p. 9 -10.

está em causa a narrativa em torno da vida dos homens. Considera a abordagem biográfica como um trabalho desafiante e que vai além da narrativa em torno da vida de um homem. A esta junta-se a procura das ideias, das instituições, das políticas e trajetórias da história da ciência, tecnologia e investigação, que complementam contextos de vida, sendo, portanto, uma metodologia de coerências e possibilidades.<sup>5</sup>

Mariana Ramalho Procópio na sua tese de doutoramento apresenta a biografia como objeto de estudo e fala da narrativa como um discurso estruturado de forma a revelar uma sucessão de acontecimentos, de ações e de estados. A autora entende que a narrativa biográfica como um simples contar de acontecimentos nos leva a crer que os fatos narrados existem por si só, da forma como estão apresentados, porém sublinha, que o encadeamento feito desses fatos e a relação estabelecida entre os mesmos, só se torna possível quando esses acontecimentos são interpretados por alguém. Assim, a narrativa biográfica só acontece quando alguém faz a representação dos acontecimentos, de forma organizada e com uma lógica subjacente.<sup>6</sup> Já Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* sublinha que a narrativa produz uma configuração temporal específica marcada pela mediação do tempo vivido entre o campo da ação e da recepção, atravessando o passado e o futuro. Na sua opinião, no processo de narração os acontecimentos passados são revividos dentro de um horizonte de expectativas.<sup>7</sup>

Suportados em metodologias biográficas, surgiram vários estudos a destacar o trabalho dos historiadores da ciência que procuram conhecer muito além das narrativas biográficas de homens que se evidenciaram. Procuram também conhecer a vida de pessoas comuns, porque todas tiveram impacto no devir histórico enquanto agentes de dinâmicas históricas, independentemente do berço ou local de nascimento. O que Cátia Antunes refere como “Todos eles, sem exclusões radicadas na origem, na proveniência social, na etnicidade, na cor da pele ou na religião, deverão ser incluídos nela - história do mundo - em situação idêntica e considerados, nas suas díspares intervenções, participantes ativos numa história comum, a qual se deseja cada vez mais inclusiva.”<sup>8</sup> Tais considerações remetem para a importância de que é

---

<sup>5</sup> BRANDÃO, Tiago – História Biográfica e Intelectual da Ciência e da Tecnologia: Atores, Ideias e Identidades, p.5.

<sup>6</sup> XAVIER, Mariana Ramalho Procópio – A Configuração discursiva de Biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo, p. 36.

<sup>7</sup> RICOEUR, Paul – Tempo e Narrativa, 1 a Intriga e a Narrativa Histórica, p. 12.

<sup>8</sup> ANTUNES, Cátia – História Global de Portugal, p. 298.

Veja-se também, COSTA, João Paulo Oliveira e – História da Expansão e do Império Português, p. 124-125. O autor, no Cap.6, na abordagem sobre os construtores do império, sublinha que além dos nomes de centenas de protagonistas que a documentação conserva, mais de um milhão de indivíduos participou ativamente no processo

na ação dos indivíduos, dos grupos de redes, que se deve pensar a causa dos impérios globais, e para a consciência sobre a dificuldade de controle territorial desses impérios e que terá levado ao estabelecimento do domínio informal e auto-organizado em vários territórios periféricos, como o Estado Português da Índia. Neste rumo de pensamento, consideramos válida a inclusão da abordagem dos conceitos de centros e periferias, que tem sido feita por historiadores, como Maria Fernanda Bicalho e Nuno Gonçalo Monteiro.<sup>9</sup> Os historiadores falam desses conceitos para analisar a relação entre os Estados europeus e os territórios ultramarinos e fundamentam a ideia da consensualidade e negociação nas dinâmicas de governo dos impérios ultramarinos. A questão da governação do império, é também vista por Mafalda Soares da Cunha como uma tarefa fulcral e indissociável do direito de nomeação de pessoas para o exercício de funções, obedecendo a critérios de seleção que incidia sobre aqueles que “em distantes paragens, teriam a responsabilidade de articular os desígnios da Monarquia com o governo diário dos territórios.”<sup>10</sup>

Face à nossa análise, cremos que este trabalho biográfico integra memórias e registos, num contexto temporal e espacial, com os quais tentámos estabelecer um diálogo de modo a entender integralmente as informações conseguidas e reconstruir a história de vida de Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro. Umberto Eco refere-a - história de vida - como a descrição da estrutura textual que revela os movimentos de leitura do próprio texto, onde o que nos falta, tendencialmente, se procura na cooperação interpretativa do leitor.<sup>11</sup>

Este trabalho diacrónico partiu de algumas fontes e bibliografia já recolhidas pelo projeto de investigação em que se insere, nomeadamente, no Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (AHSTP), no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (AHNCV) e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Grande parte da documentação que sustentou o nosso trabalho e que usámos nos vários capítulos do mesmo, resultou da partilha efetuada pelas investigadoras e orientadoras deste trabalho, Alice Santiago Faria e Mafalda Pacheco, das missões realizadas aos arquivos de

---

de construção do império português: “gerações de agricultores e artesãos carpinteiros e outros oficiais, que eram responsáveis pela construção de navios e as muitas costureiras que cosiam o pano das velas, cujos serviços são recordados no *Regimento da Casa da Índia*”.

<sup>9</sup> BICALHO, Maria Fernanda, MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Instituições Civis da Monarquia Portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império, p. 209.

<sup>10</sup> CUNHA, Mafalda Soares da – A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas Senhoriais e Redes Clientelares, p. 408-409.

<sup>11</sup> ECO, Umberto – Os Limites da Interpretação, p. 45.

Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Procurámos tratar este material e encontrar fontes de arquivo complementares que permitissem aprofundar o nosso tema. Assim, efetuámos pesquisa noutros arquivos, nomeadamente, no Arquivo Histórico Militar (AHM), no Arquivo Histórico Parlamentar e na Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). A pesquisa nestes arquivos constituiu a primeira etapa do plano de trabalhos que foi complementada com ampla revisão bibliográfica.

A pesquisa documental debruçou-se sobre atas de congressos, estudos científicos e técnicos, de viagens e missões de estudo, memórias descritivas, relatórios, registos cartográficos e processos individuais. Na pesquisa bibliográfica, incluímos ainda, boletins, catálogos, periódicos, monografias, teses de mestrado e doutoramento, legislação e documentos iconográficos. De forma a aprofundarmos o nosso conhecimento sobre a história genealógica de Claudino de Sousa e Faro, recorreremos à análise de informações dispersas e das compilações biográficas e bibliográficas de Jorge Forjaz: *Genealogias de São Tomé e Príncipe - Subsídios*<sup>12</sup> e *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*<sup>13</sup>. Relativamente à carreira militar do nosso biografado, procurámos e pesquisámos informação no *Almanaque do Exército-Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército Metropolitano*<sup>14</sup> e em *Os Generais do Exército Português*<sup>15</sup>.

Para melhor entendimento da ligação de Claudino de Sousa e Faro a África procedemos à leitura da obra *1º Barão d'Água Izé e seu filho Visconde de Malanza*<sup>16</sup>, de alguns excertos da tese de mestrado *Roça Água-Izé - O Turismo como Regenerador da sua Memória e Identidade*<sup>17</sup> e textos da obra *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*.<sup>18</sup>

Desenvolvemos ainda um trabalho de leitura atenta das publicações do nosso biografado, nomeadamente, *A Ilha de São Tomé e a Roça Água-Izé*<sup>19</sup>; *Construções Geodésicas e Projeções*<sup>20</sup>; *Levantamento Topográfico*<sup>21</sup> e *Estudos sobre as Crises Alimentícias no*

---

<sup>12</sup> FORJAZ, Jorge – *Genealogias de São Tomé e Príncipe-Subsídios*, p. 121-122.

<sup>13</sup> FORJAZ, Jorge – *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*, p. 359 e 360.

<sup>14</sup> *Almanaque do Exército – Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército Metropolitano* p. 225-226.

<sup>15</sup> COSTA, António José Pereira da – *Os Generais do Exército Português*, p. 324.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Manuel Ferreira – *1º Barão d'Água Izé e seu filho Visconde de Malanza*.

<sup>17</sup> FERNANDES, Mónica Lisa Antão – *Roça Água-Izé, O Turismo como Regenerador da sua Memória e Identidade*, p. 35-37.

<sup>18</sup> CORVO, João de Andrade – *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*.

<sup>19</sup> FARO, Conde de Sousa e Faro – *A Ilha de S. Tomé e a Roça Água-Izé*.

<sup>20</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – *Construções Geodésicas e Projeções*, p. 23-28.

<sup>21</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – *Levantamento Topográfico*, p. 10-16.

*Arquipélago de Cabo Verde-Questionário Estatístico.*<sup>22</sup> Destacamos a análise que fizemos do seu livro *A Ilha de São Tomé e a Roça Água-Izé* (1908), que nos permitiu conhecer a sua ação enquanto administrador da referida roça, da publicação de manuais escolares que elaborou enquanto docente da Escola Matemática e Militar de Nova Goa, *Construções Geodésicas e Projeções* (1867), e *Levantamento Topográfico* (1868), que nos permitiu entender as suas preocupações como pedagogo. Fizemos também a leitura atenta da sua publicação *Estudos sobre as Crises Alimentícias no Arquipélago de Cabo Verde* (1890), onde formulou um questionário estatístico e um relatório, sobre a problemática das fomes que constantemente assolavam o arquipélago, o impacto que tinham na sociedade e economia e as formas de contornar a situação recorrente. Registamos, ainda, a análise de vários relatórios de Claudino de Sousa e Faro, enviados à Secretaria Geral do Governo, à Direção das Obras Públicas de S. Tomé e Príncipe e à Inspeção-Geral das Obras Públicas, que foram fontes de informação fundamentais para conhecer a sua atividade profissional, desenvolvida nas colónias como diretor e inspetor de Obras Públicas do Ultramar. Procurámos, assim, realizar uma reconstrução da sua vida, assegurando a maior imparcialidade e coerência na apresentação da mesma, talvez na ilusão de que seja uma narrativa biográfica isenta.

O trabalho está organizado em dois capítulos, ambos precedidos de uma breve introdução onde se inclui uma breve explicação sobre o contexto institucional e metodológico desta tese assim como um enquadramento histórico sobre Portugal e o império no século XIX e agentes no território africano. Nesse enquadramento apresentamos exemplos da nova política modernizadora da metrópole relativamente aos domínios ultramarinos, evidenciada pelas expedições ao interior do continente, a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, a política do Ministro João de Andrade Corvo e o impulso económico do Banco Nacional Ultramarino.

No capítulo 1 é feita a contextualização histórica das vivências de Claudino de Sousa e Faro, em território goês. Está dividido em 3 subcapítulos: no 1.1. abordamos a genealogia da família Carneiro de Sousa e Faro, mediante a pesquisa da respetiva linhagem e o estudo da sua presença por vários séculos, em África e no Estado da Índia Portuguesa. No subcapítulo 1.2, apresentamos o contexto familiar de Claudino de Sousa e Faro, de tradição militar, onde o exército assumiu protagonismo na linhagem ao longo de várias gerações, quer em território

---

<sup>22</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – Estudos Sobre as Crises Alimentícias no Arquipélago de Cabo Verde-Questionário Estatístico, p. 1-15.

africano, quer em território Asiático, sendo assim considerada uma linhagem alargada a dois grandes domínios territoriais da Coroa Portuguesa. No subcapítulo 1.3, registamos informação sobre as funções de militar, de lente e de deputado, exercidas por Claudino de Sousa e Faro, as quais serão apresentadas de forma a expor a sua ação nas três distintas áreas.

O capítulo 2 subdivide-se igualmente em 3 subcapítulos. No subcapítulo 2.1, é apresentado um registo da atividade desenvolvida por Claudino de Sousa e Faro como diretor de Obras Públicas em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, de forma a perceber a sua atividade nos territórios ultramarinos. No subcapítulo 2.2, é abordada a sua ação como inspetor das Obras Públicas em Cabo Verde, na forma como identificou os problemas e procedeu à superação dos mesmos.

No terceiro e último subcapítulo, 2.3, é apresentada a administração da Roça de Água Izé, onde se descreve o espaço e a gestão do território feita por Claudino de Sousa e Faro, conducente ao seu desenvolvimento socioeconómico.

Na conclusão, apresentamos as considerações que resultaram do processo de análise do acervo biográfico, bibliográfico e arquivístico e que explanam o resultado do diálogo com a informação a que tivemos acesso. Considerámos a internacionalização das atividades em regiões de contactos intensos de presença portuguesa, onde Claudino de Sousa e Faro agiu, facto que nos permitiu aprofundar a história do império colonial português, sobretudo nas relações estabelecidas entre os indivíduos e os espaços geográficos circundantes. Verificámos que as ilhas por onde passou, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, foram espaços onde essas relações entre europeus e não europeus, permitiram conexões à escala local e posteriormente global, nas quais participou.

## Portugal, o império e seus agentes nos territórios africanos (século XIX-XX)

Cronologicamente o nosso trabalho focou-se no último quartel do século XIX e inícios do século XX, na Índia Portuguesa e em diversos territórios coloniais do continente africano. Este foi um período marcado por profundas alterações sociais, políticas e económicas, que implicaram uma nova abordagem e estratégia na política e administração coloniais. Consequentemente, foi um tempo de intervenção no propósito de desenvolvimento das estruturas económicas e sociais das regiões ultramarinas, com especial ênfase da participação dos engenheiros militares, na prossecução de obras públicas prementes, que permitiram o impacto da mudança, através de projetos de construção e de reabilitação de edificações.

Neste período de tempo, de modernização e de mudança, Goa que fora um espaço de grande importância e representatividade no contexto do império português, revelou sintomas de declínio político e económico, os quais foram determinantes na viragem para o continente africano. A Conferência de Berlim (1884-85) foi a causa próxima desta mudança, potenciando a ocupação efetiva dos territórios ultramarinos em África. Pela importância que teve, a política de Obras Públicas mereceu-nos especial atenção no contexto da necessária reconfiguração da política colonial portuguesa no continente africano. Por inerência aos objetivos deste trabalho, a nossa atenção e estudo particularizaram o trabalho de Claudino de Sousa e Faro, que durante quatro décadas trabalhou em três territórios africanos, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Na gestão dos territórios em África, a política de obras públicas assume grande importância como forma de atuar da metrópole, relativamente aos territórios que estavam sob a sua administração. Entre 1876 e 1877 foram publicados vários regulamentos sobre a administração e fiscalização das Obras Públicas de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. É neste contexto que se integra a atividade do Ministro João de Andrade Corvo que em *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas* tece forte argumentação sobre o papel das colónias para a metrópole e a necessidade desta atuar sobre aquelas.<sup>23</sup> Militar, homem da

---

<sup>23</sup> CORVO, João de Andrade – Estudos Sobre as Províncias Ultramarinas, p. 18-23.

João de Andrade Corvo refere a pertinência do decreto de 10 de dezembro de 1836 que aboliu o tráfico de escravatura em toda a monarquia portuguesa. Considera ter sido o primeiro ato importante do governo português contra o odioso comércio que por muitos anos tinha maculado a honra da nação.

Em 1836 a questão colonial ainda não ocupava espaço na vida política portuguesa que veio a ter mais tarde, porém foi também nesse ano, a 7 de dezembro, que por ação dos governos liberais se inicia a reforma da administração colonial, transformada e consolidada posteriormente em 1869.

ciência e defensor da política de fomento colonial, João de Andrade Corvo foi um governante de grande visão e iniciativa no exercício das funções de ministro das pastas dos Negócios Estrangeiros (1871-1878) e da Marinha e Ultramar (1872-1877), no governo de Fontes Pereira de Melo.<sup>24</sup>

Procurou-se, fundamentalmente, satisfazer as necessidades mais urgentes relativamente às obras públicas no ultramar, providenciando a sua rápida consecução, através de direções técnicas competentes e boa gestão do capital investido. Sublinhamos o facto de a Lei de 12 de abril de 1876, que autorizava o Governo a levantar empréstimos para subsidiar construções necessárias de forma a potenciar o desenvolvimento económico da África portuguesa.<sup>25</sup> O foco no desenvolvimento levou à organização de quatro expedições, em 1877 a Moçambique (Lourenço Marques, 7 de março), a Angola (Luanda, 4 de maio), e posteriormente a Cabo Verde e a São Tomé, por decreto de 4 de setembro e 19 de outubro de 1877, respetivamente.<sup>26</sup> Não obstante, permaneceram alguns entraves, alguns relatados pelo Major Joaquim José Machado, que liderou a expedição a Moçambique e, posteriormente, dirigiu as obras públicas naquele território, nomeadamente, a falta de pessoal. Consideramos que tais pareceres relevam a importância destes serviços nas colónias e por inerência a competência dos engenheiros militares na sua consecução enquanto profissionais especialmente qualificados.

A nossa matriz temporal, já referida, coincide com o arranque do chamado “ciclo africano”, expressão utilizada por vários autores de forma a demonstrar a nossa ocupação efetiva do território africano. Para Fernando Rosas, este ciclo saldou-se por várias décadas de guerras coloniais.<sup>27</sup> O autor fala do processo lento e difícil de Portugal na transição e desenvolvimento do nosso comércio periférico com as populações do litoral, na criação de uma economia de plantação de base assalariada, de exploração colonial capitalista. Considera a

---

<sup>24</sup> COSTA, Coronel António José Pereira da Costa – Os Generais do Exército Português, p. 226-227.

<sup>25</sup> CORVO, João de Andrade, op. cit., p. 28.

João de Andrade Corvo fala da organização das expedições de obras públicas e refere a pragmática lei de 12 de abril de 1876, cita-se: “Autoriza a lei um empréstimo de 1000 contos de réis para ser exclusivamente empregado na execução e conservação de obras e melhoramentos públicos nas províncias de Cabo Verde, São Tomé, Angola e Moçambique, devendo o governo propor sucessivamente às cortes os meios necessários para a construção e conservação das obras.”

<sup>26</sup> Idem, p. 31-33.

Sobre as expedições é referido que a sua organização era especialmente difícil “pela falta de pessoal de engenheiros e condutores de trabalhos para as obras públicas no ultramar.

<sup>27</sup> ROSAS, Fernando – História: A História África, p. 15-16.

situação portuguesa de grande contraste com o moderno colonialismo imperial vigente na segunda metade do século XIX, nas principais potências europeias, que rapidamente se precipitaram à partilha de África.<sup>28</sup>

Valentim Alexandre, refere que o despertar da política portuguesa colonial surgiu das necessidades económicas de mercados, matérias primas e mão-de-obra barata, capazes de consolidar os nossos interesses em relação ao florescimento do ciclo da borracha angolana, das oleaginosas de Moçambique e das plantações de café de São Tomé.<sup>29</sup> Além deste fator o autor aponta outros dois: o despertar de um exaltado nacionalismo colonialista, que vê África como garantia da prosperidade nacional, e a necessidade do nosso país se impor perante a ameaça declarada de outras potências coloniais. Já René Pélissier sublinhou “a cultura intensiva de cacau e café por fazendeiros e sociedades que não recuam diante do que for para enriquecerem ainda mais depressa e, conseqüentemente, na importação de mão-de-obra africana em condições fortemente discutíveis até aos anos de 1910.”<sup>30</sup>

A independência do Brasil (1822) e a pressão externa conferiu a África maior protagonismo e Portugal sentiu necessidade de defender os seus interesses de forma clara num continente tão disputado por outros países da Europa. O reconhecimento da independência do Brasil em 1825 abriu espaço à consideração das possibilidades das colónias africanas e, apesar do período de guerra civil não lhe ter sido favorável, as questões africanas foram debatidas nas cortes e elencadas propostas no sentido de se promover uma nova política para as colónias colonial que previa mercados para produtos nacionais como os vinhos e a elaboração de projetos.

Esta posição defensiva passava pela realização de expedições e campanhas, pela atuação efetiva de agentes nos territórios, muitos deles militares e pela ambição estratégica de ligação entre Angola e Moçambique, com ocupação do hinterland, fundamentada no *Mapa Cor de Rosa* (1886). Tal pretensão contrariava os interesses da Inglaterra, que pretendia ligar o Cairo ao Cabo, com a construção de uma ferrovia. Criado o impasse diplomático, a Inglaterra ameaçou Portugal de resolver a contenda *manu militari*, expresso pelo ultimato (1890) com o cerco naval de Lourenço Marques. Portugal saiu derrotado com as conhecidas conseqüências político-sociais, entre elas o princípio do fim do regime monárquico. Integramos neste conjunto

---

<sup>28</sup> Idem, p. 25.

<sup>29</sup> ANDRADE, Valentim – O Império Africano. Linhas Gerais, p. 2-3.

<sup>30</sup> PÉLISSIER, René – As Campanhas Coloniais de Portugal, 1844-1941, p. 47.

de mudanças, Claudino de Sousa e Faro, homem ligado ao exército, à docência, à política e à engenharia de obras públicas.

Parece-nos pertinente que façamos uma reflexão sobre a sua vida e o impacto da sua ação nos diferentes cargos desempenhados, dado que se movimentou em vários territórios do império ultramarino e exerceu funções diversas e de destaque ao longo da sua vida. Numa abordagem mais específica, relativamente ao estado das nossas colónias, há que refletir sobre a missão dos engenheiros militares, que foram grandes transformadores nestes espaços. Elaboraram estudos geológicos, identificaram as necessidades de infraestruturas, fizeram projetos e executaram obras públicas, necessárias à rentabilização económica das possessões africanas. É neste contexto e dinâmica que se integra o nosso biografado.

A ação destes engenheiros militares foi reflexo das novas políticas ultramarinas, nomeadamente, do Ministro João de Andrade Corvo, que referimos anteriormente. Em *Estudos Sobre as Províncias Ultramarinas* (1883), o ministro, fala na necessidade de executar obras públicas nas províncias de Cabo Verde, São Tomé, Angola e Moçambique. É uma visão que destaca a necessidade de a metrópole priorizar a direção técnica e a execução das obras, só possíveis pelo trabalho de engenheiros, condutores<sup>31</sup> e operários.<sup>32</sup> Quanto ao aspeto militar, importante neste trabalho, consideramos com algum interesse o que Isilda Costa Monteiro sustentou na sua tese de doutoramento. A autora refere que a questão militar ocupa um lugar central no debate parlamentar nas décadas de 50 e 60 do século XIX, revestindo-se de inquestionável dimensão nacional e colonial. Considera a questão militar no Portugal Oitocentista uma questão essencial, mas complexa. Identifica-a com o conceito de defesa nacional, reorganizado à luz do pensamento liberal, na primeira metade do século XIX e sublinha que ao longo da segunda metade a questão militar foi cada vez mais uma questão política, e uma vez liberto da condução dos destinos do país, o exército começou finalmente a reunir as condições para se pensar a si próprio, dentro e fora das instâncias do poder.<sup>33</sup>

Parece-nos importante relevar que a componente militar transcendia a ideia de mera operacionalidade bélica, revestindo um caráter mais técnico-administrativo. Podemos referir que no último quartel do século XIX, as batalhas eram prevenidas e complementadas por ações

---

<sup>31</sup> “Condutor de Obras Públicas” ou “Condutor de trabalhos” vem do francês “Conducteur de Travaux Publics” ou “Conducteur de Travaux”, designação que em França ainda se mantém até aos nossos dias. Corresponde a um quadro técnico intermédio, cuja função era acompanhar as obras de perto.

<sup>32</sup> CORVO, João de Andrade, op. cit., p. 13.

<sup>33</sup> MONTEIRO, Isilda Costa – O Parlamento e a Questão Militar (1851-1870), p. 760.

de desenvolvimento económico-social, nomeadamente, a construção de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, educativas e sanitárias, pontes e aquedutos, habitações e sinalética fluvial e marítima. De acordo com a orientação Fontista, os engenheiros militares desempenharam uma missão fundamental pelo conhecimento que tinham do território ultramarino.

Consideramos também a posição de José Miguel Sárdica, em *Liberalismo e Forças Armadas*. No capítulo *O Papel do Exército na Monarquia Constitucional*, o autor explana o incontornável peso e influência do intervencionismo militar nos destinos do regime monárquico liberal.<sup>34</sup> Considera que a Regeneração de 1851 foi uma fronteira importante na história da relação entre os militares e a política e que a nova ordem política da Regeneração reservou a política aos civis e a tropa aos quartéis. Os militares passaram a colaborar na política e a reorganização e melhoria do serviço militar beneficiou das medidas tomadas por Sá da Bandeira e por Fontes Pereira de Melo, ambos com formação militar. Na nossa opinião Sárdica omite as outras vertentes de muitos militares que foram técnicos e políticos como mostra, entre outros, o caso do nosso biografado. Nas novas dinâmicas relativas aos territórios coloniais corroboramos o pensamento de Jorge Pedreira, quando diz que a estabilidade política da Regeneração foi determinante nas transformações económicas em alguns territórios coloniais como as ilhas de São Tomé e Príncipe, que beneficiaram de investimentos da metrópole, com impacto na economia de plantação de café, e da fixação do Banco Nacional Ultramarino, fundado em 1864, subsidiado pelo Estado, que detinha o monopólio das operações bancárias e o privilégio de emissão de moeda.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> SARDICA, José Miguel – *Liberalismo e Forças Armadas: O Papel do Exército na Monarquia Constitucional*, p. 9.

<sup>35</sup> PEDREIRA, Jorge [et al.] – *História Económica Contemporânea: Portugal 1808-2000*, p. 121.



Fig.2. Banco Nacional Ultramarino.

Por fim, sublinhamos o impulso modernizador do Estado português em definir e consolidar políticas nos domínios ultramarinos, com laivos de modernização onde se enquadra a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, forte impulsionadora da realização de viagens de exploração, no último quartel do século XIX.<sup>36</sup> As expedições, ao interior do continente desconhecido pelos portugueses apesar de contactado desde há 400 anos, de Brito Capelo (1877-1885), Roberto Ivens (1877-1885) e Serpa Pinto (1877-1879) e Henrique de Carvalho (1884-1888), operacionalizadas por militares preparados fisicamente e dotados de conhecimento científico e capacidade técnica.

Aproximava-se um período difícil com o resultado da Conferência de Berlim, porém, consideramos que Portugal reagiu e atuou na medida das suas capacidades. A biografia de Claudino de Sousa e Faro, um dos muitos agentes que agiram nas colónias ultramarinas, retrata a dinâmica colonial, potenciadora de obras em vários territórios do império ultramarino e da ligação com culturas diferentes. Foi símbolo da presença portuguesa em ambientes sociais e geográficos, nos quais se operou a partilha de conhecimentos que originou novas sociedades,

---

<sup>36</sup> Cf. Cartoteca, Sociedade de Geografia de Lisboa e as Edições Próprias de Cartografia Ultramarina Oitocentista. Disponível em WWW: URL: [https://www.socgeografialisboa.pt/?page\\_id=59](https://www.socgeografialisboa.pt/?page_id=59).

a nível local e global, e vivenciou experiências laborais onde revelou capacidade de resposta na resolução dos problemas e superação dos desafios.

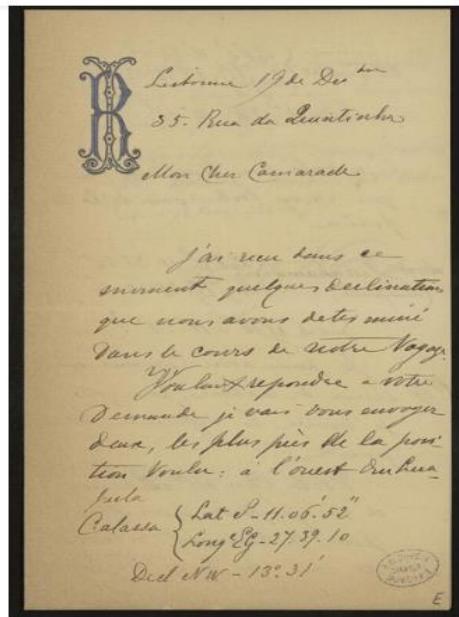


Fig.3. A “lettre” de Roberto Ivens à Lannoy Bissy (1800).



Fig.4. Cartaz de uma sessão solene realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa (1898).

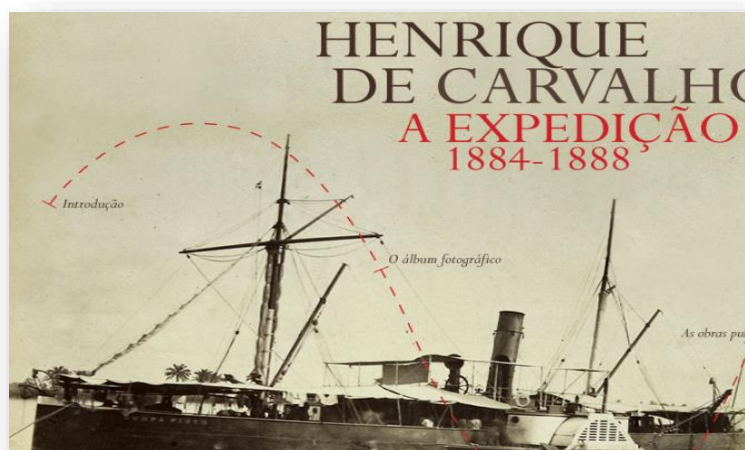


Fig.5. Cartaz da expedição comemorativa: “A Expedição 1884-1888” realizada por Henrique Carvalho ao Lunda.<sup>37</sup>

<sup>37</sup> A Expedição entre 1884-1888 foi liderada pelo militar Henrique Augusto Dias de Carvalho, que partiu de Luanda e atingiu a Muçumba, capital de Lunda (África centro-ocidental). A viagem originou a obra Expedição Portuguesa ao Muatiânvua, 1884-1888, de 8 volumes, 4 deles apresentam a narrativa da viagem.



## Capítulo 1

### 1. Contextualização histórica das vivências de Claudino de Sousa e Faro em território goês



Fig. 7. Ponte do "Conde de Linhares" sobre o rio Mandovi, que liga Nova Goa a Ribandar, construída em 1633.

Este primeiro capítulo irá olhar de um modo especial para Goa, Índia, para o contexto familiar e para os primeiros anos de vida de Claudino de Sousa e Faro. No subcapítulo 1.1 apresentaremos a genealogia da família Carneiro de Sousa e Faro, a que se seguirá uma análise do contexto familiar e social, no subcapítulo 1.2. Na última parte, subcapítulo 1.3, olharemos com mais detalhe para os primeiros anos da sua vida e para o início da sua vida profissional.

Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro nasceu na Índia, em Ribandar, Goa, a 18 de julho de 1840 e foi o quinto filho do General Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n. Goa, 1811, † Pangim, 1890) e de D. Maria Rita Correia Mendes (n. Ribandar, 1813, † Pangim, 1905).

A família Carneiro de Sousa e Faro tem ligação ao Estado da Índia desde os inícios do século XVIII com a chegada de Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, 1694, † Pangim, Goa, 1760) a Goa, em 1707, que foi capitão da cidade de Goa, Damão, Baçaim e Chaul e sargento-mor da batalha de Culabo.<sup>39</sup> Filho do 2º Conde da Ilha do Príncipe, foi quem estabeleceu a ligação familiar entre a linhagem Carneiro de Sousa e Faro em África e a que se desenvolveu na Índia Portuguesa, até Claudino Carneiro de Sousa e Faro. De referir que, pelo

<sup>39</sup> FORJAZ, Jorge – Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa, p. 349.

seu casamento com D. Teresa Coutinho de Lencastre Côrte-Real de Sampaio, permitiu, a entrada da administração do grande morgado de Santa Cruz de Calapur, na família. Tal situação é exemplo da importância que o matrimónio tinha na continuidade da linhagem e fortalecimento da condição económica, entre famílias nobres. Neste caso, verificou-se a união de duas linhagens já estabelecidas no Estado da Índia, a qual determinou a alteração circunstancial do apelido de Carneiro de Sousa e Faro para Carneiro de Sousa e Faro Côrte-Real de Sampaio, aos filhos, por ascendente da linha materna, provavelmente, devido a um maior protagonismo económico-social.<sup>40</sup>

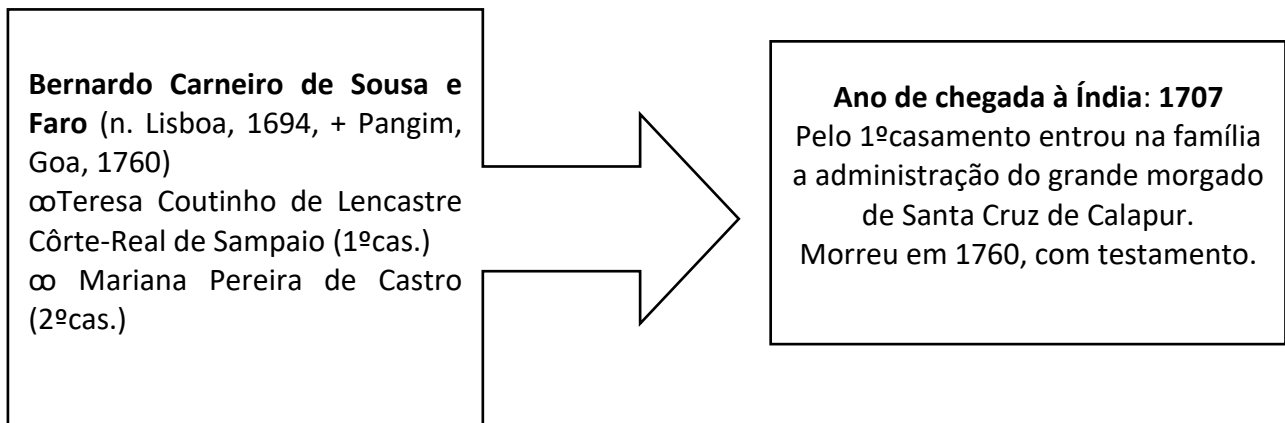


Fig. 8. Início da linhagem Carneiro de Sousa e Faro na Índia.

Os Carneiro de Sousa e Faro tiveram várias gerações de oficiais especializados ligados à administração e à carreira militar no Estado da Índia Portuguesa. Claudino de Sousa e Faro, à semelhança de muitos familiares, cumpriu um percurso militar. Completou o curso no Liceu Nacional de Goa, onde obteve distinção nos estudos de latim, latinidade, francês e inglês, filosofia racional e moral, princípios de direito natural, geografia e história. Foi premiado na aula de princípios de física. Prosseguiu depois os estudos na Escola Matemática e Militar de Goa, onde obteve o primeiro prémio em todas as cadeiras do curso de artilharia e de engenharia.<sup>41</sup> Aos 15 anos, alistou-se como Soldado de Artilharia (1855) e percorreu os postos inferiores do Exército da Índia, até 1º Sargento graduado, posto a que ascendeu em dezembro de 1860, para o Regimento de Artilharia de Goa.<sup>42</sup> O seu nome consta na relação nominal de

<sup>40</sup> Idem, p. 351-361.

<sup>41</sup> PACHECO, Mafalda; PIRES, Fernando, Claudino de Sousa e Faro. eViterbo. [http://eviterbo.fcsh.unl.pt/wiki/Claudino\\_de\\_Sousa\\_e\\_Faro](http://eviterbo.fcsh.unl.pt/wiki/Claudino_de_Sousa_e_Faro).

<sup>42</sup> COSTA, António José Pereira da, op. cit., p. 324.

alunos premiados, no ano letivo de 1855-1856, nas diferentes cadeiras da Escola Matemática e Militar, como Soldado do Regimento de Artilharia, com obtenção do prémio pecuniário, por maioria de votos, na 1ª cadeira. No início do ano letivo de 1860-1861 foi considerado aluno distinto, inteligente e dedicado. O reconhecimento de distinção elenca a atribuição do 1º prémio pecuniário, na 5ª cadeira, 1ª aula, por unanimidade de votos, como 2º Sargento e um dos prémios honoríficos, como Sargento do Regimento de Artilharia.<sup>43</sup> Ambas as situações constam no registo de Ata de Sessão Pública do Concelho da Escola Matemática e Militar.<sup>44</sup> Graduado no Exército da Índia, como 1º Sargento (1860), entrou para o Regimento de Artilharia de Goa. Na classe de oficiais ingressou em Engenharia Militar, sendo promovido a Alferes (1863) e a Tenente (1871). Foi também na Escola Matemática e Militar de Goa que exerceu as funções de lente substituto (1868-69).<sup>45</sup> Teve uma carreira militar de sucesso, sendo promovido a Capitão (1873), posto com que ingressou no quadro da África Ocidental. Prosseguiu na carreira de Engenharia Militar nos territórios africanos de Angola, Cabo Verde e São Tomé. À promoção ao posto de Major (1883), seguiram-se a de Tenente-Coronel (1886), 2º Tenente (1892) e de General de Brigada (1896), posto no qual se reformou.<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> Boletim do Governo do Estado da Índia, nº38 de 18 de 1860, p. 280.

<sup>44</sup> Boletim do Governo do Estado da Índia, nº77 de 2 de outubro de 1860, p. 600. Disponível em WWW.URL: <https://books.google.pt/books?id=iao8254FEn0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q=Claudino%20de%20Sousa%20e%20Faro&f=false>. A notícia faz referência, além de Claudino de Sousa e Faro, ao lente Bernardo Carneiro de Sousa e Faro, Luís Carneiro de Sousa e Faro e Lúcio Carneiro de Sousa e Faro, o primeiro como lente da 1ª cadeira, e os outros, respetivamente, providos a lente proprietário da 2ª Aula da 5ª cadeira e o último como discípulo com distinção que completou os estudos na Escola Matemática e Militar de Goa.

<sup>45</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Relatório do ano de 1868: informação dos lentes e mais oficiais militares, empregados na Escola Matemática e Militar do Estado da Índia, folha 11.

<sup>46</sup> COSTA, António José Pereira da, op. cit., p. 325.

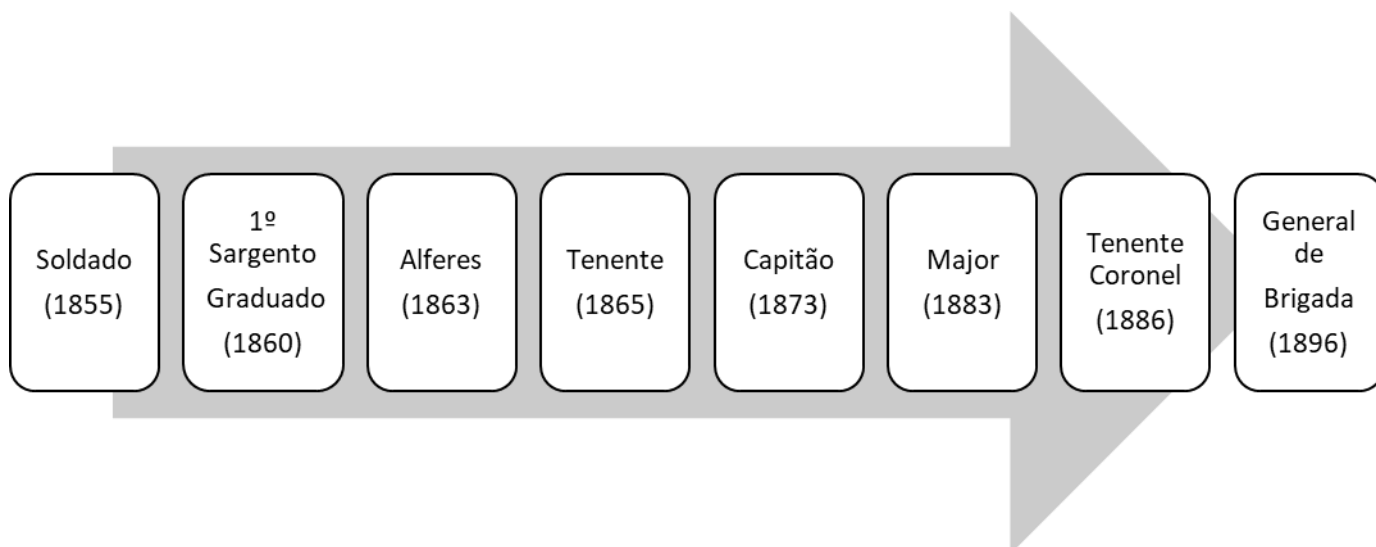


Fig. 9. Percurso de formação militar de Claudino de Sousa e Faro.

Os estudos superiores feitos na Escola Matemática e Militar de Goa, em Engenharia Militar e o ingresso no Quadro da África Ocidental permitiram que exercesse funções em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, as quais serão abordadas no Capítulo 2 deste trabalho.

Da investigação bibliográfica e arquivística que fizemos, de forma a entender a ligação das linhagens da metrópole ao Oriente, no exercício de funções militares e que nos permitiu o estudo da genealogia familiar feita no subcapítulo 1.1, concluímos que estas funções foram transversais a várias gerações da linhagem Carneiro de Sousa e Faro no Estado da Índia Portuguesa, desde o século XVIII. Tal constatação remeteu-nos, pela pertinência das suas ideias, para as considerações de Mafalda Soares da Cunha, sobre as Clientelas brigantinas e o Oriente. A autora defende não ser possível afirmar que nos primeiros decénios do Estado da Índia a Casa de Bragança se tenha empenhado particularmente na obtenção de lugares ou de benesses para a sua criadagem nesses territórios.<sup>47</sup> Sobre os titulares de governação do Estado da Índia entre o século XVI-XIX, a referida autora e Nuno Gonçalo Monteiro, partilham a ideia de que as carreiras do Oriente foram espaço para atividade bélica e militar da nobreza e também meio

<sup>47</sup> CUNHA, Mafalda Soares da – A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares, p. 408-412.

para se fazer fortuna e conquistar distinção social.<sup>48</sup> Também Fernando Dores Costa sublinhou a importância dos ofícios militares como canal de integração dos espaços coloniais ao reino, ao mesmo tempo que destacou a importância dessas regiões para a ascensão social dos nobres não titulares por meio da carreira das armas, devido aos serviços prestados à Coroa.<sup>49</sup> Seguindo o pensamento destes autores podemos fazer a conexão com as intenções da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, na assunção dos vários cargos militares e de governação que assumiram, ao longo de várias gerações, principalmente, no Estado da Índia, e que franquearam a ascensão económica e social de indivíduos desta família. Tal situação reporta-se também ao nosso biografado, como verificamos no subcapítulo 1.2. Constatamos que há grande reciprocidade entre o exercício de cargos militares e a atribuição de títulos honoríficos e nobiliárquicos. As várias mercês concedidas pela Casa Real, revelam a proximidade da linhagem Carneiro de Sousa e Faro aos serviços do Reino, em razão do seu estatuto social, respeitabilidade e distinção. De relevar que a referida proximidade já é pragmática na Ilha do Príncipe, a partir do século XVI. Claudino de Sousa e Faro, enquadra-se neste registo de reconhecimento social, com a concessão dos títulos de moço fidalgo da Casa Real e de membro do Conselho de Sua Majestade e mais tarde o título nobiliárquico de 1º Conde de Sousa e Faro. O reconhecimento a vários elementos da família foi feito de forma continuada, conforme podemos ver no esquema infra, onde apresentamos os títulos honoríficos atribuídos a elementos da família, em várias gerações, na Índia Portuguesa.

<b>Títulos</b>	<b>Titulares</b>
Moço fidalgo da Casa Real (1707)	Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n.1694)
Moço fidalgo e cavaleiro da Casa Real (1749)	Inácio Luís Carneiro de Sousa e Faro (n.1729)
Moço fidalgo, fidalgo escudeiro e fidalgo cavaleiro da Casa Real (1749)	José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro Côrte-Real de Sampaio (n.1720)
Moço fidalgo e escudeiro fidalgo da Casa Real (1781)	Vasco Luís Carneiro de Sousa e Faro (n.1749)

<sup>48</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Vice-Reis, Governadores e Conselheiros do Governo do Estado da Índia (1505-1834), p. 91-98.

<sup>49</sup> MOREIRA, Luís Guilherme Scaldaferrri – Nova História Militar de Portugal, p. 7-9.

Moço fidalgo da Casa Real com exercício no Paço (1781)	José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro (n.1771)
Moço fidalgo e fidalgo cavaleiro da Casa Real (1826)	Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n.1795)
Cavaleiro da Ordem de N <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Conceição de Vila Viçosa (1867)	José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro (n.1817)
Moço fidalgo da Casa Real com exercício no Paço (1867)	Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n.1811)
Moço fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Avis (1866)	Luis Carneiro de Sousa e Faro (n.1830)
Grã-Cruz da Ordem de Avis (1868)	José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro (n.1840)
Moço fidalgo da Casa Real de S.M.F.; Cavaleiro da Ordem de Avis; Grã-Cruz da Ordem de N <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Conceição de Vila Viçosa (1905)	Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro (n.1840)

Fig. 10. Títulos honoríficos na linhagem Carneiro de Sousa e Faro, no Estado da Índia.

### 1.1. Genealogia da família Carneiro de Sousa e Faro

António Carneiro (n. 1459, Porto, † Ilha do Príncipe, 1545) está na origem da linhagem Carneiro de Sousa e Faro.<sup>50</sup> Nasceu no Porto e era filho de João Carneiro, “Cidadão honrado”.<sup>51</sup> Foi Secretário de Estado de D. Manuel e de D. João III<sup>52</sup>, que o descrevem como homem honrado, que teve muito “valimento”. António Carneiro foi degredado para sempre para a Ilha do Príncipe, por ter casado com Brites de Alcáçova, dama da rainha D. Leonor, sem a sua licença. Consequência deste episódio histórico, os Carneiro estabelecem ligação a África, particularmente, à Ilha do Príncipe, no século XV.

<sup>50</sup> GAIO, Felgueiras – Nobiliário de Famílias de Portugal, Tomo IX, p. 40-45. Disponível em WWW: URL: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/68939-nobiliario-de-familias-de-portugal>.

<sup>51</sup> Idem, p. 41. Sobre o título de Carneiro é referido, cita-se: “os Carneiros que se dizem descendentes de Monsieur Joani Moutam Ille Cav<sup>o</sup> natural de França que veio na Armada dos Gascoens em 980 tomar aos Mouros a Cidade do Porto, e as suas terras entre Tâmega e Douro, pois como na língua Francesa a palavra Montão quer dizer o mesmo que Carneiro Manso”.

<sup>52</sup> FORJAZ, Jorge – Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa, p. 347.

Verificámos nas fontes consultadas a que já aludimos, que até à quinta geração a linhagem Carneiro ostenta o título nobiliárquico de Senhor da Ilha do Príncipe, sendo então criado, na referida geração, o título de Conde da Ilha do Príncipe, a favor de Luís Carneiro de Sousa (n. 1610, † 1679). O facto de ostentarem o referido título não exclui a possibilidade de não terem estado na Ilha, no entanto, não encontramos informação que comprove ou não a situação.

O título de Senhor da Ilha do Príncipe foi criado por Felipe IV de Espanha e III de Portugal, por carta de 4 de fevereiro de 1640 e perdurou até ao 5º conde, Carlos Alberto Carneiro de Sousa e Faro (n.1716, † 1775). Foi extinto pelo facto do 4º conde, Francisco Luís Carneiro de Sousa (n.1709, † 1731) não ter deixado descendência. Consequentemente, sucedeu a atribuição do título de conde de Lumiares a Carlos Alberto Carneiro de Sousa e Faro.<sup>53</sup>

Resultante da nossa pesquisa e análise de informação, constatámos a união da linhagem Carneiro, via matrimonial às seguintes famílias nobres: Alcáçova, Aragão, Andrade, Almeida, Côrte-Real de Sampaio, Faro, Lencastre, Mascarenhas, Sousa, entre outras. Facto que nos remete para a importância do casamento como ato de afirmação da identidade social do grupo e de continuidade da linhagem e destaque de outras categorias sociais. Verificámos que os filhos homens casavam com filhas de senhores de terras com jurisdição ou com filhas de fidalgos da 1ª nobreza de corte, permitindo o fortalecimento patrimonial das linhagens.<sup>54</sup> Exemplos da situação que mencionámos foram as uniões matrimoniais da linhagem Carneiro com filhas de importantes famílias nobres: Mariana de Faro, filha herdeira do Senhor do Vimieiro; Madalena de Lencastre, filha do 2º conde e Valadares e Ana de Lima e Bourbon, filha do 3º conde de Avintes.<sup>55</sup> E ainda a ligação dos Carneiro às linhagens Faro, Amaral Menezes e Mendonça Côrte-Real. Curiosamente percebemos a ocorrência de alteração pontual do apelido Carneiro, nos descendentes a favor dos apelidos maternos. As linhagens Alcáçova, Côrte-Real de Sampaio e Faro, são exemplos de linhagens que se sobrepõem à linhagem Carneiro, as duas primeiras de forma circunstancial, só numa geração (2ª e 7ª geração, respetivamente), a linhagem Faro foi a que se sobrepôs e manteve ao longo das várias gerações até Claudino Carneiro de Sousa e Faro. Pensamos que as prevalências dos apelidos ascendentes da linha materna se deveram ao maior

---

<sup>53</sup> FORJAZ, Jorge – Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa, p. 349.

<sup>54</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII, p.935.

<sup>55</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 348.

protagonismo económico-social das linhagens. Assim, os filhos de Brites de Alcáçova, casada com António Carneiro, assumem o seu nome. Brites de Alcáçova era dama da Rainha D. Leonor, filha de Pedro de Alcáçova, escrivão da Fazenda do Rei D. Afonso V e secretário de D. João II, e de Maria Fernandes Sotomaior.<sup>56</sup> Provavelmente pesou na decisão, o facto de António Carneiro ter sido condenado ao degredo e tal situação implicar algum desprestígio social. Nos casos de Mariana de Faro, filha herdeira de D. Sancho de Faro, senhor do Vimieiro, e de D. Isabel de Luna e Cárcome, e de Teresa Coutinho de Lencastre Côrte-Real de Sampaio, herdeira do grande morgado de Santa Cruz de Calapur, garantem pelo casamento contraído com Luís Carneiro de Sousa, a entrada da administração do grande e rendoso morgado na linhagem Carneiro de Sousa e Faro.

A ligação à linhagem Faro permite o início da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, na sexta geração, com Francisco Luís Carneiro de Sousa e Faro (n. 1640, † 1708), prevalecendo, também, o apelido ascendente da linha materna. Sobre os Faro, D. Afonso, Conde de Faro, surge como o 1º na linhagem. Filho do duque do Cadaval, D. Fernando, e de D. Joana de Castro. Recebeu o condado a 22 de maio de 1469, pelo Rei D. Afonso V. Casou com D. Maria de Noronha, filha de D. Sancho de Noronha, Comendador Mor de S. Thiago, Alcaide Mor de Estremoz e Elvas e Sr. De Vimieiro e Mortágua de S. Thiago, Alcaide Mor de Estremoz e Elvas e Sr. De Vimieiro e Mortágua e Aveiro.<sup>57</sup>

Supomos que o apelido Sousa entra na família na 4ª geração, por casamento de uma filha de Luís Carneiro, de nome Maria de Aragão que casou com Alexandre de Sousa Freire.<sup>58</sup> Sobre os Souzas é referido que a família dos Souzas é a mais antiga que se encontra na nossa Espanha Portuguesa e que o primeiro Solar que esta família teve foi na Comarca de Vila Real entre o Rio Tua e Tâmega. O Segundo Solar, e aquele que deu o nome à família, situava-se entre Douro e Minho, no contorno do Concelho de Riba Tamaga, chamada a Terra de Souza, regada do Rio Souza.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 347.

<sup>57</sup> GAIO, Felgueiras – Nobiliário de Famílias de Portugal, Tomo XIII, p. 74. Disponível em WWW: URL: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/68939-nobiliario-de-familias-de-portugal>.

<sup>58</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 348.

<sup>59</sup> GAIO, Felgueiras – Nobiliário de Famílias de Portugal, Tomo XXXII, p.150. Disponível em WWW: URL: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/68939-nobiliario-de-familias-de-portugal>.

Relativamente à linhagem materna de Claudino de Sousa e Faro, a linhagem Correia Mendes, esta era considerada de média nobreza e lucrou imenso com a aproximação à Corte, facto que lhe permitiu obter benefícios e privilégios e distinção de serviços ou valimento pessoal. Tiveram grande proximidade à Cúria Régia, sendo com Paio Correia que a família se integra na Corte.<sup>60</sup> A linhagem da mãe de Claudino de Sousa e Faro inicia-se com Inocêncio Rodrigues Mendes, nascido em Goa e bisavô de Maria Rita Correia Mendes, mãe de Claudino de Sousa e Faro. Maria Rita Correia Mendes, filha de Joaquim Manuel Correia Mendes (n. Ribandar, 1784, † Ribandar, 1847) e de Isabel Maria Francisca Teixeira de Boa Monte, está ligada a uma família em que vários elementos assumiram funções e cargos militares. Foi o caso do seu avô e do seu pai. O avô, António Rodrigues Mendes, foi tenente da região de Pondá. O pai, Joaquim Manuel Correia Mendes, assentou praça de cadete (1792), porta-bandeira (1797), alferes (1802), tenente (1803), capitão (1812), major (1821), sargento-mor do Exército da Índia (1830) e tenente coronel (1815). Foi ainda Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Goa (1815) e Vereador do Senado de Goa (1819).<sup>61</sup>

À semelhança da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, constatámos que a linhagem Correia Mendes teve ligação a África, nomeadamente, a regiões de Moçambique, nos inícios do século XX.<sup>62</sup> Houve também um outro matrimónio, onde se voltam a juntar as duas linhagens, o casamento entre Ana Joaquina Aguiar Mendes (n. Ribandar, 1848) e Agostinho Carneiro de Sousa e Faro, em Bicholim, a 7 de fevereiro de 1891.<sup>63</sup> Ana Joaquina, era filha de Frederico Artur Aguiar Mendes de Vasconcelos (n. Pangim, 1815, †1887), que havia sido Comandante da Praça de Alorna.<sup>64</sup> De referir que ao longo de várias gerações se regista algum celibato masculino e algumas mulheres seguem a via monástica.

Tal como o casamento, o celibato também fazia parte da identidade deste grupo social e poderá ter sido reflexo da estrutura linhagista que tendencialmente transmitia o património

---

<sup>60</sup> VASCONCELOS, Pestana – Nobreza e Ordens Militares, p. 146-147.

Sobre o assunto, veja-se também, OLIVEIRA, Luís Filipe – A Coroa, os Mestres e os Comendadores: as Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1449). As teses de doutoramento de Vasconcelos e de Oliveira, abordam a proximidade e fidelidade dos Correia à Coroa, a partir do reinado de D. Afonso III, em que são chamados pelo Rei a ocupar cargos palatinos, o que contribuiu para ascenderem da condição de média nobreza regional que os caracterizava.

<sup>61</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 513-514.

<sup>62</sup> Idem, p. 516.

<sup>63</sup> Idem, p. 520.

<sup>64</sup> Cf. <https://www.arqnet.pt/dicionario/alornapr.html>

ao primogénito varão. Existem ainda alguns casos de mulheres da família que não contraíram casamento, por morte prematura.<sup>65</sup> Do exposto, concluímos que a união entre linhagens foi determinante na manutenção do poder económico e estatuto social e via de engrandecimento das duas situações. Tal como os casamentos permitiam a ascensão social e o enriquecimento patrimonial das linhagens, também as relações régias nobiliárquicas eram de grande importância à continuidade e robustez do património. O serviço e a fidelidade ao rei permitiam e eram determinantes no exercício de funções e cargos curiais, que enobreciam as famílias.

Como já referimos a linhagem Carneiro de Sousa e Faro inicia-se com António Carneiro. A linhagem irá manter-se por várias gerações, na Ilha do Príncipe, em África, desde o século XV e a partir do início do século XVIII (1707) também na Índia Portuguesa.

Na análise que fizemos dos ascendentes diretos de Claudino de Sousa e Faro, este foi o quinto filho do General Bernardo Carneiro de Sousa e Faro e de D. Maria Rita Correia Mendes.<sup>66</sup> Os pais de Claudino de Sousa e Faro, nasceram em Ribandar, Goa, casaram a 16 de fevereiro de 1833, e pertenceram às elites goesas. Goa, capital do Estado da Índia e foi território de simbiose Luso-Oriental.<sup>67</sup> Sobre a especificidade do território goês, consideramos as ideias de Maria de Jesus Mártires Lopes, que defende que no território goês se estruturou uma sociedade *sui generis*, marcada pelo sistema das castas, que se agruparam ou isolaram por motivos de pureza, religião ou profissão, que inviabilizavam a permeabilidade social.<sup>68</sup> Uma sociedade que segundo a autora, além da heterogeneidade étnica teve o impacto da expansão portuguesa que contribuiu para uma maior diversidade de estatutos sociais e traços peculiares, bem como a coexistência de diversos credos religiosos.

Creemos pela informação das fontes consultadas, que as linhagens materna e paterna de Claudino de Sousa e Faro se incluem na comunidade dos luso-descendentes, constituída por indivíduos e famílias reinóis que se estabeleceram em Goa e se cruzaram com outras famílias

---

<sup>65</sup> Registam-se alguns casos de mulheres dessa linhagem que não deixaram descendência: Ana Mariana de Faro, por morte prematura (1769 Ribandar) ; Maria Eufrásia de Sousa (Ribandar); Luísa Maria Carolina Carneiro de Sousa e Faro (Ribandar, 1835) Ana Maria Carneiro de Sousa e Faro (1853 Pangim) e a irmã, Maria Rita Carneiro de Sousa e Faro (1853-Ribandar), Maria Josefa Carneiro de Sousa e Faro (Angola, 1857), Carmina Adélia Carneiro de Sousa e Faro (Ribandar 1860), Henriqueta Adelaide Carneiro de Sousa e Faro (Ribandar 1862), Maria Rosa Carneiro de Sousa e Faro (Ribandar, 1896), Cecília Clementina Carneiro de Sousa e Faro (Pangim, 1908).

<sup>66</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 360.

<sup>67</sup> LOPES, Maria de Jesus Mártires – O Império Oriental-1660-1820, p. 15.

<sup>68</sup> Idem, p. 17.

da mesma etnia ou com elementos locais. A família consolidou a ligação ao Estado da Índia desde o século XVIII, de forma particular no exercício da atividade militar.

O primeiro casamento de Claudino de Sousa e Faro foi em Luanda, em 1875, com Júlia Amélia Alves<sup>69</sup> nascida em Remédios, Luanda, e permitiu a junção de linhagens pertencentes às elites de Goa, por parte do noivo, e de Angola, por parte da noiva. Do casamento nasceram 8 filhos. Divorciou-se e casou pela segunda vez, em Nice, França, com Marie Agatha Graber, não tendo havido descendentes. Não encontramos informação sobre o segundo casamento de Claudino de Sousa e Faro.

Apresentamos abaixo, os filhos do primeiro casamento de Claudino de Sousa e Faro.

---

<sup>69</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 349.

O nome de D. Júlia Amélia Alves é-nos indicado como o nome da primeira mulher de Claudino de Sousa e Faro, por FORJAZ, Jorge – Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa e em Genealogias de São Tomé e Príncipe-Subsídios. Por sua vez, COSTA, António José Pereira da – Generais do Exército Português, refere-se à primeira esposa de Claudino de Sousa e Faro, como D. Júlia Amélia Peixoto Barbosa Rodrigues. O nome de Júlia Amélia Alves é também o que consta na emissão, por parte da Câmara Municipal de Nice, na certidão de óbito de Claudino de Sousa e Faro, datada de 30 de março de 1919, Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais Militares, Pt. 4B, Proc. 109 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1900-1909). Assunto: extrait du registre des actes de décès, 1919.

Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, 1876, † Lisboa, 1952)
Maria Eduarda Carneiro de Sousa e Faro (n. Praia, 1879, † São Tomé, 1907)
Maria Luísa Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, † Lisboa)
Carlos Alberto Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, 1881, † Lisboa, 1947)
Beatriz Carneiro de Sousa e Faro (n. São Tomé, 1882, † Lisboa, 1960)
Júlia Augusta Carneiro de Sousa e Faro (n. São Tomé, 1884, † Lisboa, 1934)
Judite Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, 1886, † Lisboa, 1982)
Luís Filipe Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, 1888, † Lisboa, 1962)

Fig. 11. Os filhos de Claudino de Sousa e Faro e Júlia Amélia Alves.

O destino de vários descendentes de António Carneiro, esteve ligado à Ilha do Príncipe e à Índia Portuguesa. Macau, à época parte integrante do Estado da Índia, também registou a presença de pelo menos um descendente da linhagem Carneiro de Sousa e Faro. Referimo-nos a Vasco Luís Carneiro de Sousa e Faro (n. Taleigão, 1749, †?). Tal como outros familiares, foi moço fidalgo e escudeiro fidalgo da Casa Real (1781), capitão de mar e guerra da Armada Real da Índia (1784), castelão e governador de Diu (1780-1785), onde mandou fazer um novo cais (1782). Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e exerceu as funções de presidente do Senado de Goa. Casou em 1778 com Maria Inácia de Melo sem ter havido descendência da união matrimonial.<sup>70</sup>

<sup>70</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 350.

De forma a clarificar a mobilidade territorial operada dentro da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, apresentamos uma esquematização da evolução genealógica, situando os ascendentes de Claudino de Sousa e Faro, mais distantes (África) e os mais próximos (Índia) com o objetivo de dar visibilidade às respetivas ligações matrimoniais e de titularidade.

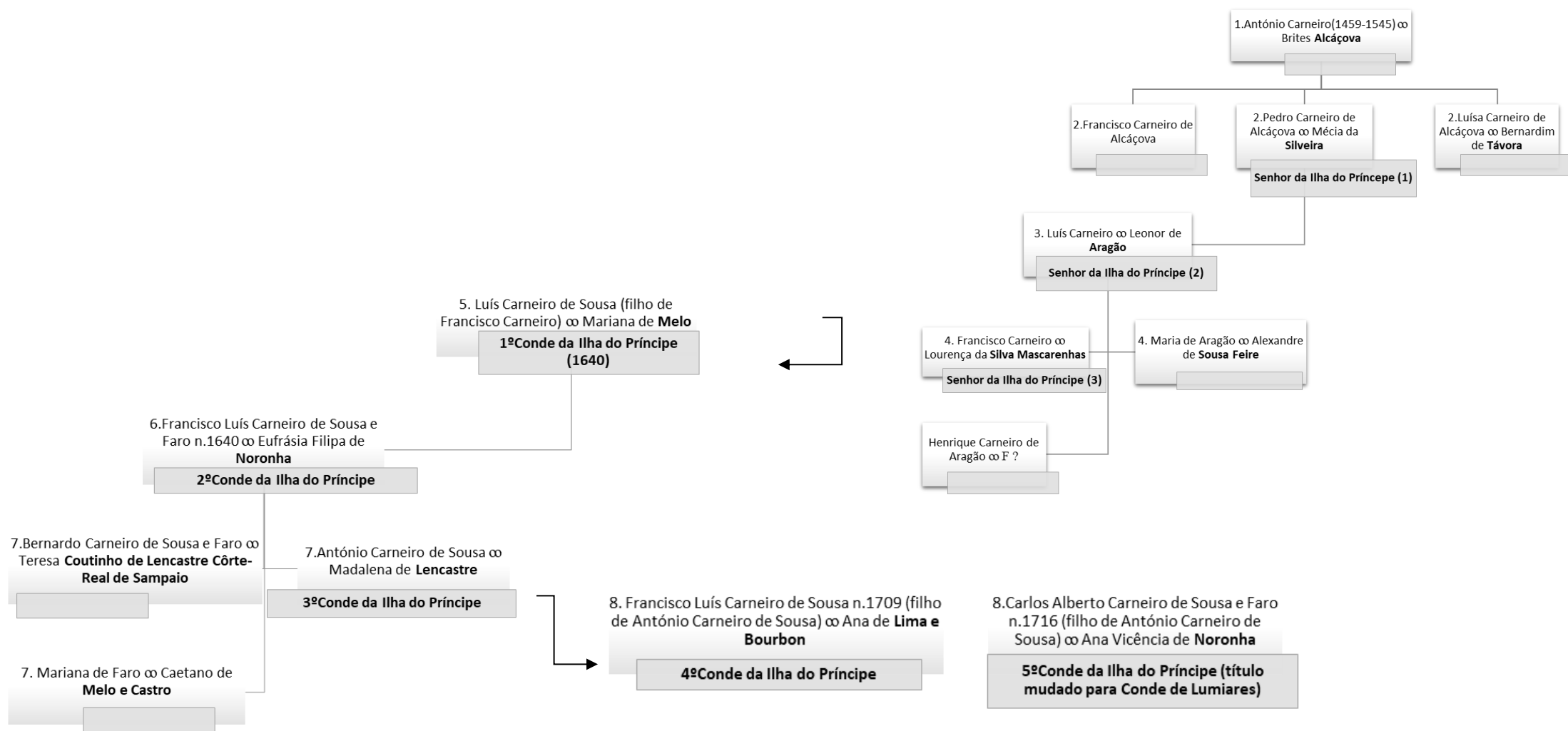
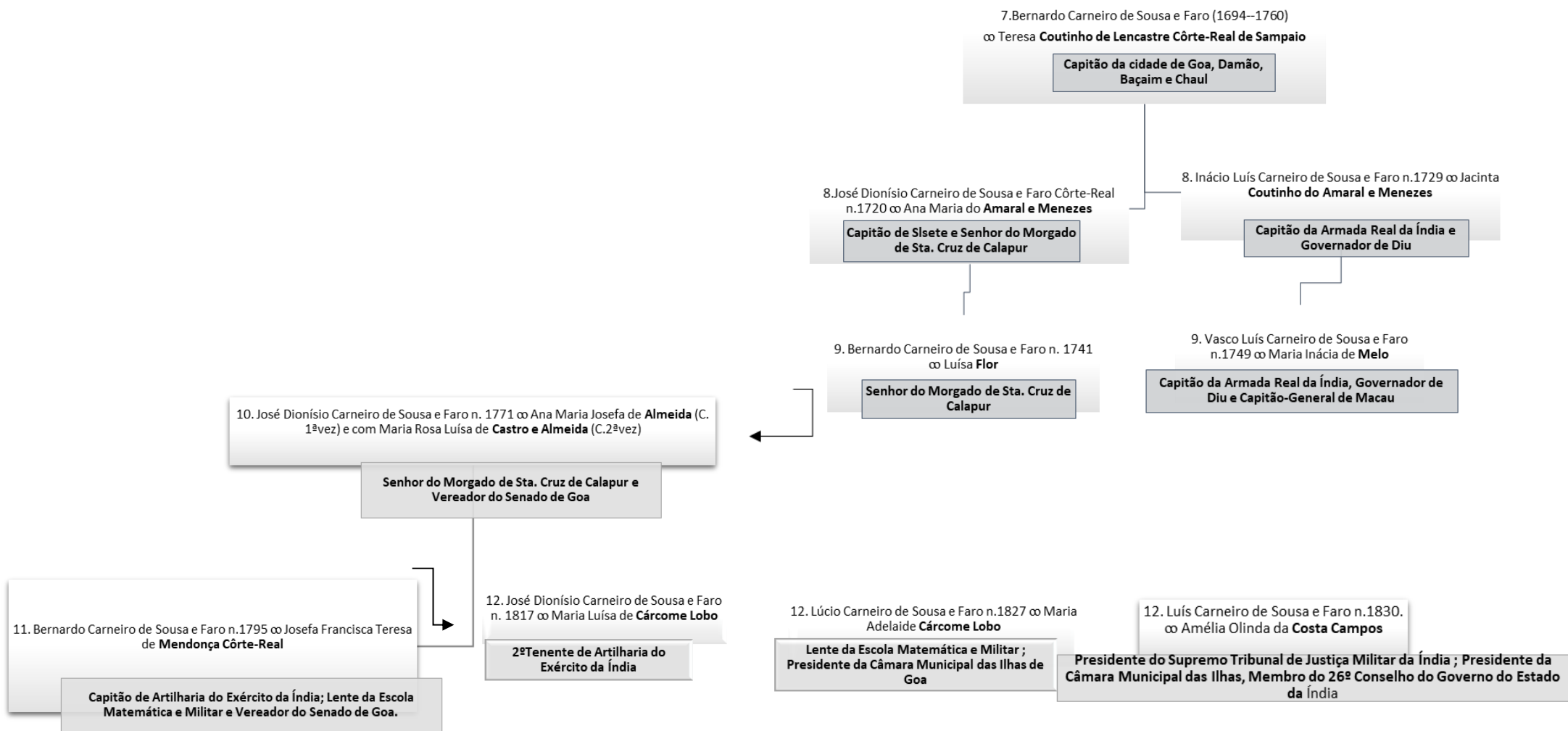


Fig.12. Linhagem Carneiro de Sousa e Faro: títulos e cargos em África (séculos XV-XVIII).



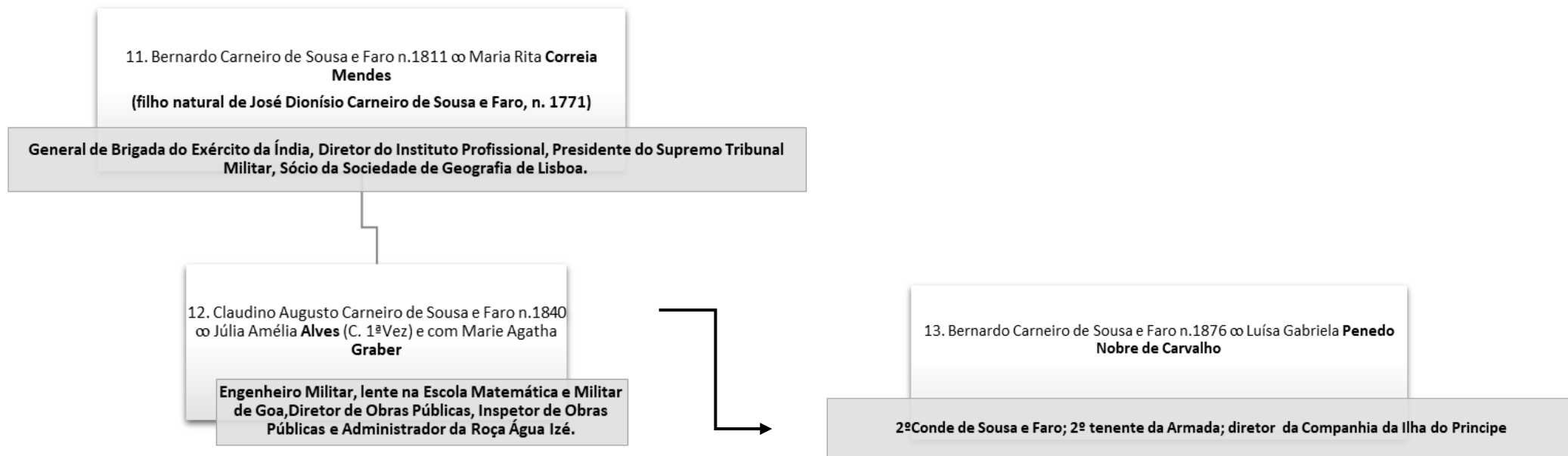


Fig.13. Linhagem Carneiro de Sousa e Faro: títulos e cargos no Estado da Índia (séculos XVIII-XIX).

Das informações elencadas, consideramos que a linhagem Carneiro de Sousa e Faro tem uma linha evolutiva primeiro em África na Ilha do Príncipe, e posteriormente em continuidade no Estado da Índia Portuguesa. Ao longo das sucessivas gerações, a linhagem mantém a relação e fidelidade ao rei na Ilha do Príncipe, em África. Os títulos nobiliárquicos de Senhor da Ilha do Príncipe, da 2ª à 5ª geração e de Conde da Ilha do Príncipe, da 5ª à 8ª geração, são prova dessa proximidade apesar da distância da metrópole. O mesmo irá acontecer na Índia Portuguesa, com o estatuto de fidalguia, inerente a vários elementos da linhagem. Apesar de predominar o grau de moço fidalgo da Casa Real, a graduação mais baixa da fidalguia na corte portuguesa, também registamos muitos fidalgos escudeiros e alguns fidalgos cavaleiros. Pensamos que a consistência de fidalguia na linhagem Carneiro de Sousa e Faro é indissociável dos princípios de fidelidade, riqueza, mérito, notoriedade e também a ideia de ascendência virtuosa. Revelador também da relação direta da linhagem com o rei e a corte, uma vez que os fidalgos “eram conselheiros privados oficialmente nomeados pelo rei para membros do seu Conselho.”<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> Cf. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume III, p. 452-453. Disponível em <https://www.argnet.pt/dicionario/fidalgo.html>.

“O título castelhano de *Hidalgo* foi introduzido em Portugal no reinado de D. Afonso III, pronunciando-o nós *fidalgo*, para distinguir os cavaleiros e escudeiros de nobreza herdada ou linhagem, de aqueles que apenas gozavam tais títulos em virtude de graça especial do soberano. *Fidalgo* quer dizer *filho d'algo*, isto é, que tem *alguma cousa* em bens ou em condição nobre”.

## 1.2. Contexto sócio familiar de tradição militar de Claudino de Sousa e Faro (Ribandar, Goa)



Fig.14. Pintura vista da aldeia de S. Pedro de Ribandar (Goa).

O aspeto económico da Índia foi preponderante desde os primeiros contactos feitos pelos portugueses. Sobre a dimensão económica da Índia, Mafalda Soares da Cunha, defende que os monarcas portugueses de Quinhentos foram intervenientes ativos na configuração do grupo nobiliárquico, já que permitiram que as principais casas senhoriais estruturassem e reproduzissem formas relativamente autónomas de dominação política e económica sobre as periferias territoriais.<sup>72</sup> Goa era uma cidade estrategicamente localizada junto à foz do rio Mandovi, integrada em território virado para o Índico, o que lhe permitia um comércio intercontinental muito próspero. Tal prosperidade, foi fator de atração e fixação de outros povos, além das populações locais. Foi, portanto, um território potenciador do encontro e relacionamento, nem sempre pacífico, de diversas sociedades que ali se cruzaram.

Luís Filipe Thomaz descreve a cidade de Goa e o Estado da Índia como novidade no contexto expansionista português pelo facto de ter sido criado de fora por uma população estranha à área em que se desenvolveu. Considera a paisagem fundamentalmente indiana, mas de marca profundamente cristã.<sup>73</sup> Maria de Jesus dos Mártires Lopes, por sua vez, descreve a situação estratégica de Goa como propícia à união de povos oriundos do Ocidente

<sup>72</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, op. cit., p. 470.

<sup>73</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R – De Ceuta a Timor, p. 245. Luiz Filipe Thomaz fala de Goa de Albuquerque como a primeira Goa portuguesa, uma cidade mercantil, cosmopolita e assaz tolerante. Capital de um império que procurava estruturar-se, frágil em virtude da sua marginalidade em relação a uma Ásia onde sólidos interesses económicos e políticos se tinham estabelecido desde há muito. Era a primeira cidade da Ásia integralmente sujeita à soberania portuguesa. A sociedade da época, segundo o autor, era uma sociedade aberta, móvel, mesclada, onde os cristãos apenas representavam uma pequena percentagem da população.

e do Oriente e refere que “viveram ali, além dos seus naturais, europeus, africanos e asiáticos de outras proveniências”. Para a autora, tais circunstâncias históricas transformaram Goa “num cadinho em que se amalgamaram gentes, credos e culturas”, o que foi determinante na heterogeneidade social e diversidade de usos e costumes.<sup>74</sup>

No século XIX, a sociedade goesa era, pois, constituída por naturais e europeus. Os naturais compreendiam os hindus, cristãos e muçulmanos. Os cristãos eram o grupo maioritário e os muçulmanos o mais reduzido. Os europeus incluíam os reinóis e os estrangeiros. Os primeiros, católicos e os segundos, maioritariamente, protestantes. Segundo Maria de Jesus dos Mártires Lopes, foi o grupo dos luso-descendentes que estabeleceu a ligação entre os naturais cristãos e os europeus.<sup>75</sup> Era neste grupo que se incluía a família de Claudino de Sousa e Faro, que à semelhança de outras gozou de um estatuto social elevado e desempenhou cargos administrativos de relevância na vida local. Muitos dos seus elementos dedicaram-se à atividade militar, como vimos anteriormente, incluindo, Claudino de Sousa e Faro. Podemos, pois, considerar que muitos ambicionaram aceder a esses territórios, pelo que consideramos que existiram fatores que terão facilitado esse processo.

Da leitura de amiúde documentação, percebemos o peso que teve a proximidade pessoal ao Rei, as relações familiares e clientelares, a experiência militar e o conhecimento do território. Estes terão sido aspetos relevantes na nomeação para os cargos de governação na Índia, de governador e de vice-rei. Quer por via de nomeação no reino, quer por via de sucessão, ser governador do Estado Português da Índia era causa prestigiante e de reconhecimento e, portanto, um cargo muito desejado pela fidalguia.

Com maior projeção económica, permitida pelas conquistas dos territórios de Pondá, Sanguém, Quepém, Canácona, Perném, Bicholim e Satari, intensificou-se na 2ª metade do século XVIII, a defesa do território de Goa e esta “torna-se uma pequena entidade com mais autonomia na sua governação”.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, op. cit., p. 37.

<sup>75</sup> Idem, p. 38-39.

<sup>76</sup> THOMAZ, Luís Filipe, op. cit., p. 259-261. O autor refere que a cidade de Goa ao longo do século XVIII vivencia um período de nova política religiosa, fruto da atmosfera cultural em Portugal, marcada pelo racionalismo do iluminismo que esfriou o rigorismo da Contrarreforma e permitiu o regresso à política de tolerância e reconhecimento legal da liberdade religiosa aos Hindus. Por outro lado, a expulsão dos Jesuítas em 1761 significaram, também em Goa, um rude golpe para as missões católicas, para o ensino tradicional e para a influência da Igreja na sociedade.

Foi neste território goês que nasceu Claudino de Sousa e Faro e muitos dos seus familiares. O local de nascimento da maioria dos seus familiares, incluindo o próprio, foi Ribandar. No nosso trabalho de pesquisa verificámos também a referência a lugares como Pangim, Rachol, Taleigão, S. Pedro e Nerul.<sup>77</sup>

Alice Santiago Faria refere que Ribandar, ligada a Pangim pela ponte de conde de Linhares, ia até à Igreja de S. Pedro. Era o bairro da aristocracia goesa e luso-descendente e o local onde viviam muitos portugueses que se queixavam de não ter habitações condignas em Pangim.<sup>78</sup>

No conjunto de territórios de presença portuguesa, Goa foi a principal cidade portuguesa na Índia, e um território não muito extenso, mas muito variado na estrutura sociocultural. As habitações foram um dos traços diferenciadores na organização do território. Encontramos várias referências a capelas e oratórios privativos de residências senhoriais pertencentes à linhagem Carneiro Sousa e Faro e a outras com as quais se funde por uniões matrimoniais, o que releva o estatuto social e poder abastado destas famílias luso-descendentes.<sup>79</sup> Alguns dos casamentos ocorrem nas capelas privativas destas famílias luso-descendentes, sendo um fator de relevância no estatuto social e económico de então. Um desses exemplos foi o casamento dos pais de Claudino de Sousa e Faro, Bernardo Carneiro de Sousa e Faro e Maria Rita Correia Mendes, celebrado na capela da casa do pai do noivo, em Ribandar em 6 de fevereiro de 1833.

Esta comunidade luso-descendente foi-se radicando ao longo dos séculos e criou um núcleo principal à volta da cidade de Pangim, que vivia sobretudo do Exército da Índia. Foi ligada a este contexto geográfico de forte ligação ao Exército da Índia, que viveu a família de Claudino de Sousa e Faro. Esta família teve várias gerações, transversalmente vinculadas pela formação no exército, onde alguns se afirmaram como engenheiros militares e assumiram as Obras Públicas, em Goa e nas possessões coloniais africanas. Contudo, a situação dos sargentos do exército da Índia, maioritariamente, luso-descendente, sofreu um revés com a

---

<sup>77</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 347.

<sup>78</sup> FARIA, Alice Santiago – Pangim entre o passado e a modernidade: a construção da cidade de Nova Goa, 1776-1921, p. 74.

<sup>79</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 350-353.

Sobre os casamentos de Bernardo Carneiro de Sousa e Faro, “C. no oratório da casa de seus pais em Ribandar a 29-01-1815, com Josefa Francisca Teresa”, Bernardo Carneiro de Sousa e Faro, “C. na capela de seu pai a 6-02-1833, com Maria Rita Correia Mendes”; Inácio Luís Carneiro de Sousa e Faro “C. na capela de seus pais em Taleigão a 15-08-1746, com Jacinta Coutinho do Amaral e Menezes”; Joaquina Caetana de Sousa e Faro e Noronha “C. na capela de seu sogro a 27-11-1734, com José Luís Coutinho”.

extinção do Exército da Índia, em 1871 e conseqüentemente a decadência económico-social da comunidade luso-descendente marcou a 2ª metade do século XIX.

Sobre este século, Alice Santiago Faria refere-o como tendo sido uma época de grande disputa entre as elites sociais de Goa, e entre estas e o poder colonial, situação determinante na acentuada decadência da comunidade luso descendente, a qual perdeu poder em diversos setores da sociedade, mantendo, no entanto, o domínio no sector das Obras Públicas.<sup>80</sup>

Luiz Filipe Thomaz considera que o decreto de 11 de novembro de 1871, promulgado pelo ministro Jaime Moniz, que extinguiu o Exército da Índia, representou uma viragem na história de Goa, ao precipitar a dissolução parcial da nobreza indo-portuguesa na elite local.<sup>81</sup>

Malgrado as vicissitudes, foi na realização de uma carreira militar que muitos luso-descendentes procuraram adquirir, manter e aumentar o prestígio social, pelo que, a extinção do exército da Índia levou alguns destes homens a procurar ingressar em carreiras administrativas e a competir diretamente com a elite católica de naturais brâmanes e chardós<sup>82</sup> e muitos outros a abandonar o território. Ao longo dos tempos formou-se uma sociedade endogâmica onde todos se esforçavam para ascender na categorização social. A formação académica militar foi determinante na manutenção da valorização social da elite militar.

De referir que além dos cargos militares, estes homens ocuparam importantes cargos de governação, o que lhes possibilitou a mobilidade e ascensão social. A linhagem Carneiro de Sousa e Faro não foi uma exceção no contexto que descrevemos. É na Índia do século XVIII que a linhagem Carneiro de Sousa e Faro surge com forte ligação à carreira militar profusamente evidente, com a conquista de novos territórios que aumentaram o território goês, fruto de grandes campanhas militares. Em África encontramos apenas um elemento da

---

<sup>80</sup> FARIA, Alice Santiago – O Papel dos Luso-descendentes na Engenharia Militar e nas Obras Públicas em Goa ao longo do século XIX, p. 225-237.

<sup>81</sup> THOMAZ, Luís Filipe, op. cit., p. 266.

<sup>82</sup> Brâmanes eram considerados a casta mais elevada sempre predisposta a lutar pelo estatuto e distinção. Sobre o sistema de castas, os autores referem que durante a vida o indivíduo permanece ligado à casta onde nasceu, sem qualquer hipótese de mudança, sendo o nascimento a condição para se definir uma dada posição. A sociedade das castas é marcada por uma forte rigidez na hierarquia social, baseada na hereditariedade de cada indivíduo. O filho teria a mesma profissão do pai e estão confinados a casarem-se com pessoas da mesma casta. Há quatro castas principais, os Brâmanes, os Chardós, os Vaixiás e os Sudras. Os brâmanes assumiam a função de sacerdotes, chefes religiosos, intelectuais e estudiosos. Apesar de muitas decisões serem mal acolhidas pelas castas mais altas da sociedade goesa, que por vezes ameaçaram abandonar a cidade, muitas delas acabaram por se converter ao cristianismo, como forma de não perderem os seus privilégios. Veja-se CUNHA, Mafalda Soares da, e MATOS, Artur Teodoro, Os Espaços de um Império, p. 61.

família ligado à carreira militar, Francisco Luís Carneiro de Sousa e Faro, 2º conde da Ilha do Príncipe, 6ª geração, que foi capitão general de Mazagão e também seu governador.

No estudo da genealogia da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, que já apresentámos de forma esquematizada, os títulos nobiliárquicos de Senhor da Ilha do Príncipe e de Conde da Ilha do Príncipe, explanam a elevação social desses indivíduos no contexto africano. No Estado da Índia, o exercício de cargos militares é comum às várias gerações que lá se desenvolveram. Nos cargos estritamente ligados à carreira militar, identificámos os de capitão, sargento-mor, capitão de mar e guerra da Armada Real da Índia, coronel de artilharia, general dos rios de Goa, coronel das milícias das Ilhas de Goa, capitão de artilharia do Exército da Índia, tenente, major, general de brigada, tenente de engenharia e sargento graduado. Nos cargos de governação, identificámos os de comendador, governador, presidente e vereador do Senado.<sup>83</sup>

Apesar da ligação da linhagem à carreira militar nem todos se destacaram, pelo que apresentamos os nomes dos que assumiram maior protagonismo no exercício de funções militares e governativas: Inácio Luís Carneiro de Sousa e Faro (n. S. Pedro, 1729), 2ª geração da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, na Índia, moço fidalgo, cavaleiro da Casa Real, foi capitão da Armada Real da Índia e governador de Diu (1770-1771) e Vasco Luís Carneiro de Sousa e Faro, 3ª geração, (n. Taleigão, 1749), também governador de Diu (1782) e de Macau (1790-1793), foi presidente do Senado de Goa (1786-1789).<sup>84</sup>

Verificámos que além de Claudino de Sousa e Faro, um irmão deste, José Dionísio de Sousa e Faro (n. 1837, Ribandar, †1909, Lisboa), bacharel em Medicina, viveu e trabalhou em São Tomé e foi inspetor da Fazenda de São Tomé, além de dois dos seus filhos, um professor do Liceu Lourenço Marques, Bernardo Carneiro de Sousa e Faro, e outro que manteve a tradição militar, José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro (n. São Tomé, 1868, † Lisboa, 1962). Este último, manteve a ligação à carreira militar. Foi Vice-almirante da Armada Portuguesa, comandante de vários navios, governador do distrito da Zambézia (1900-1902), da província de São Tomé e Príncipe, chefe da 2ª repartição da Direção-Geral da Marinha, chefe do Gabinete do secretário de Estado da Marinha, subinspetor da Marinha, superintendente do Arsenal da Marinha, chefe do Estado-Maior Naval, inspetor da Marinha, presidente do

---

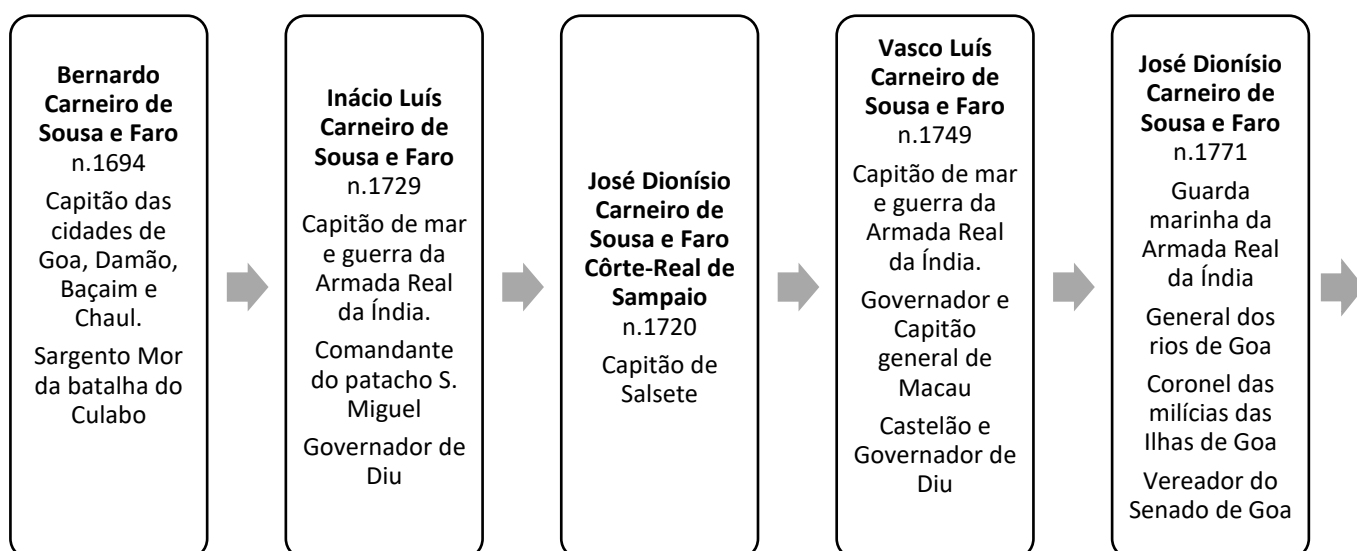
<sup>83</sup> FORJAZ, Jorge, op. cit., p. 350-351.

<sup>84</sup> Idem. p. 352.

Instituto de Socorros a Náufragos e da Comissão do Domínio Público Marítimo. Foi, ainda, senador independente (1918-1919), ministro da Marinha (1918-1919) e governador-geral de Angola (1930-1932).<sup>85</sup>

Sobre Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, 1876, † Lisboa, 1952), o filho mais velho de Claudino de Sousa e Faro e 2º conde de Sousa e Faro, foi tenente da Armada e diretor da Companhia da Ilha do Príncipe, autor do levantamento cartográfico da Baía Praia Rei e administrador da Roça Água Izé entre 1915-1926.

De forma a clarificar o exposto, apresentamos a seguinte esquematização sobre alguns elementos da linhagem, ascendentes e colaterais de Claudino de Sousa e Faro, que exerceram não só cargos militares, mas também funções governativas no Estado da Índia.



<sup>85</sup> Idem. p. 359.

Relativamente a José Dionísio de Sousa e Faro (n. São Tomé, 1868, † Lisboa, 1962), são enaltecidos os seus trabalhos, cita-se: “possuía as condecorações grã-cruz da Ordem de Avis; medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar; medalha de prata da Rainha D. Amélia, comemorativa da Expedição a Moçambique em 1884-1885; medalha de ouro comemorativa das campanhas do exército português no mar em 1916-17 (...) medalha da Vitória; medalha de ouro de Filantropia e Caridade; grã-cruz da Ordem da Coroa da Bélgica; grande-oficial da Ordem da Estrela de Anjouan e grande-oficial da Ordem de Cristo. Publicou as monografias da *Zambézia, Índia, Angola como eu a vi em 1930-1931 e Portugal no Atlântico*.

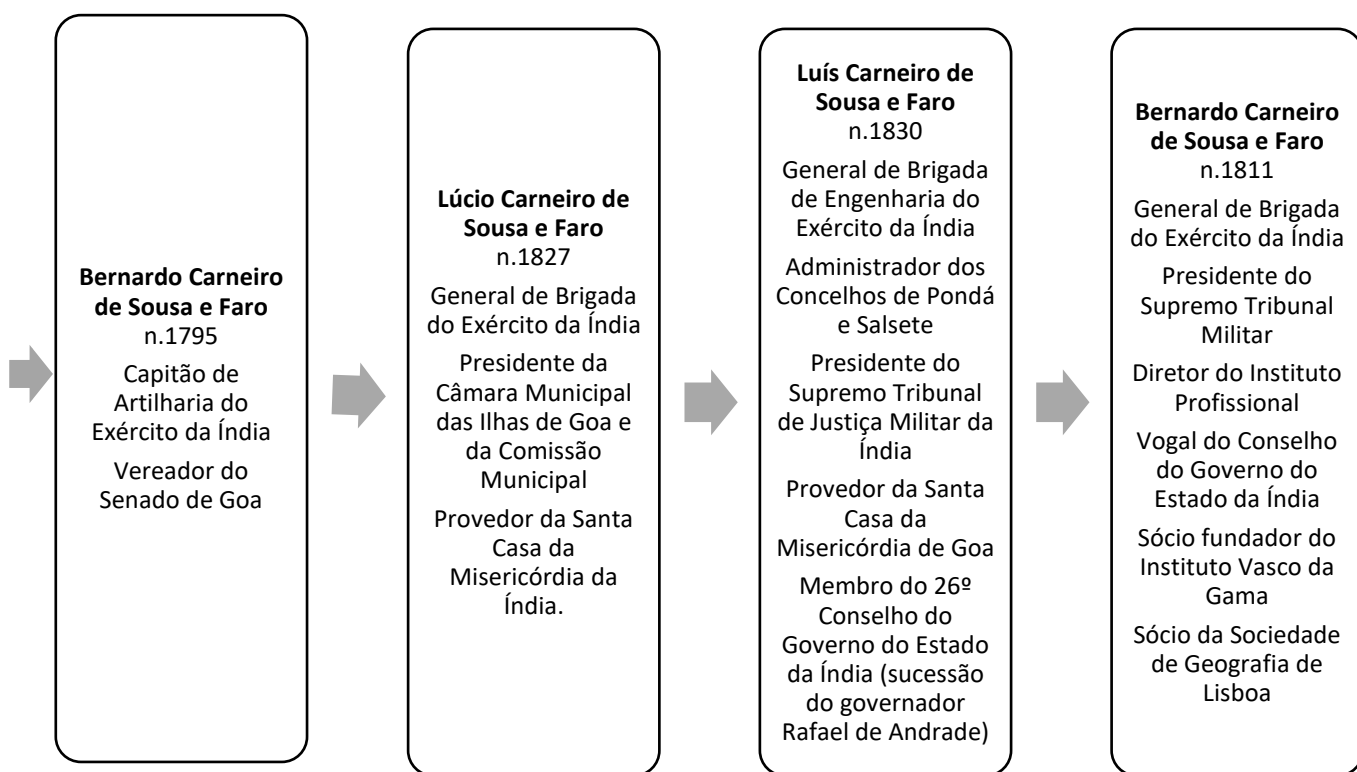


Fig. 15. Cargos militares e de governação na linhagem Carneiro de Sousa e Faro, na Índia.

### 1.3. Claudino de Sousa e Faro: militar, lente e político

Nesta parte do nosso trabalho apresentamos três áreas em que Claudino de Sousa e Faro realizou a sua atividade. Consideramos que todas se complementaram e em cada uma delas existiu evidência da sua proatividade. A vertente militar assumiu provavelmente maiores implicações na sua trajetória de vida, como base da sua formação de engenheiro militar. Porém, no período em que exerceu funções de lente, investiu no seu conhecimento e na forma como o transmitiu aos seus alunos. A publicação de manuais é um registo de tal. A dimensão política foi a mais ténue uma vez que apesar de se ter candidatado por duas vezes às funções de deputado, em ambas não conseguiu ser eleito. Apesar de tudo, acreditamos que teve foco nos seus atos e preocupação em dar o seu contributo na política provincial.

### 1.3.1. Exercício militar

À semelhança de vários familiares, Claudino de Sousa e Faro seguiu um percurso militar, iniciado em 1855.<sup>86</sup> Recorremos ao estudo de Alice Santiago Faria sobre o papel dos luso-descendentes na Engenharia Militar e nas Obras Públicas em Goa no longo século XIX, de forma a entender as reformas operadas no Exército da Índia e a ligação dos luso-descendentes ao Exército e à Academia Militar de Goa que formou muitos militares entre eles Claudino de Sousa e Faro.<sup>87</sup> No estudo, a autora fala das sucessivas reformas aplicadas ao Exército da Índia e da sua extinção (1871) com forte impacto na queda dos luso descendentes. Tinha sido através do exército e das Escolas Militares que os luso descendentes tinham feito a formação que os capacitara para a assunção das Obras Públicas em Goa e posteriormente em territórios africanos, situação inclusiva ao nosso biografado.

A Academia Militar de Goa, fundada em 1817, pelo Vice Conde do Rio Pardo, teve como objetivo remodelar o exército e formar engenheiros. Para tal, ministrava os cursos de Artilharia, Marinha e Engenharia. Este processo de remodelação teve grande foco nas aulas de engenharia militar em meados do século XIX (1838) frequentadas pelos luso-descendentes formados na referida Academia Militar de Goa.<sup>88</sup> A legislação produzida em vários regulamentos exigiu a presença de um Estado Maior e Engenheiros em cada governo de província para providenciar o levantamento de cartas geográficas e hidrográficas dos portos e costas de cada território. A Academia Militar foi extinta em 1841 e no seu lugar foi criada a Escola Matemática e Militar. Como refere Alice Santiago Faria, a Escola Matemática e Militar era uma escola para o império por forma a dotar de técnicos de engenharia o espaço do ultramar português.

Claudino de Sousa e Faro cumpriu um percurso militar conforme já explanámos no início do capítulo 1 deste trabalho e apresentámos uma esquematização na página 31.

---

<sup>86</sup> COSTA, António José Pereira da, op. cit., p. 324.

<sup>87</sup> FARIA, Alice Santiago, op. cit., p. 225-230.

<sup>88</sup> Dom Diogo Martim de Sousa Teles de Meneses, primeiro Conde do Rio Pardo (1755-1829), foi militar e administrador colonial português. Doutorado em matemática na Universidade de Coimbra (1789), serviu no exército, na arma de Cavalaria, foi nomeado capitão geral de Moçambique (1793), foi vice-rei e capitão geral da Índia (1816-1821). Foi conselheiro de guerra e assumido defensor do Miguelismo.



Fig. 16. Relação nominal de alunos premiados, Escola Matemática e Militar, Boletim do Governo do Estado da Índia (1856) com referência a Claudino de Sousa e Faro.

No nosso trabalho de procura e análise de fontes arquivísticas consultámos documentação de registo biográfico de Claudino Sousa e Faro como oficial, em particular nos arquivos. Na referida documentação é descrita a nomeação de funções, a avaliação das mesmas, e a nomeação de título nobiliárquico de 1º Conde de Sousa e Faro. São elencadas as condecorações que recebeu, nomeadamente, medalha de prata, da Classe de Bons Serviços, medalha de prata da Classe de Comportamento Exemplar, medalha de prata de Serviços Distintos no Ultramar e medalha de Prata de Assiduidade de Serviço no Ultramar. Relativamente à Medalha de Prata da Classe de Comportamento Exemplar, Claudino de Sousa e Faro fez um requerimento a 24 de dezembro de 1897, no qual solicitou a concessão de medalha de ouro, em substituição da de Prata, concedida por decreto de 21 de outubro de

1870. Foi recusado o requerimento por “contar apenas 46 anos e 22 dias de serviço e por isso não o julgo nas condições de ser agraciado com o distintivo que solicita”.<sup>89</sup>

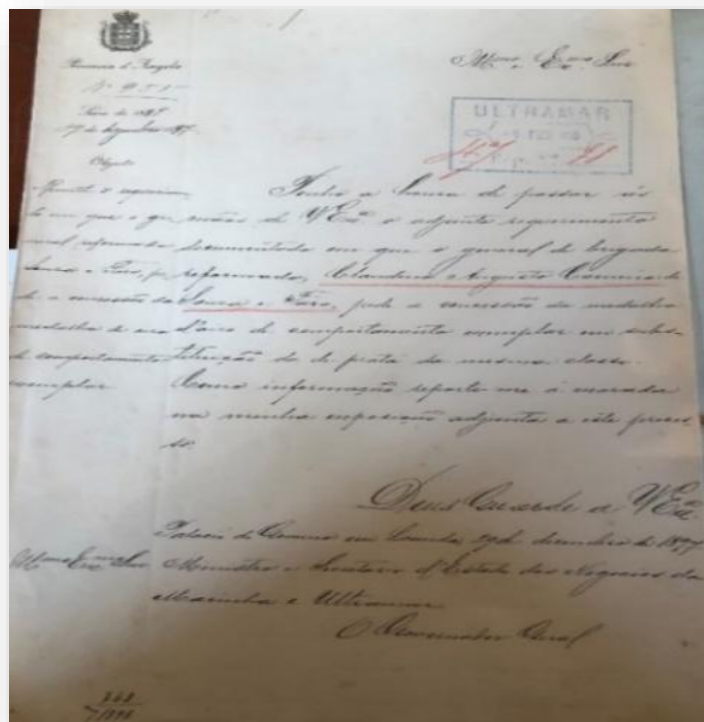


Fig. 17. Requerimento para concessão de medalha de ouro.

<sup>89</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Província de Angola: Requerimento nº955, de Claudino Sousa e Faro a solicitar a concessão de medalha de ouro de comportamento exemplar, 29 de dezembro de 1897.

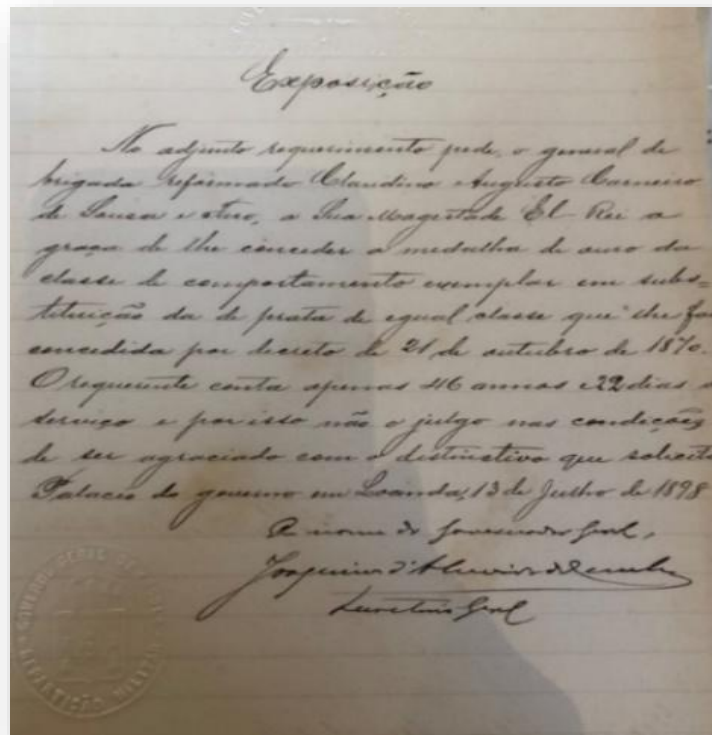


Fig. 18. Resposta ao requerimento de Claudino de Sousa e Faro.

Sobre o percurso militar de Claudino de Sousa e Faro, relevamos a utilidade da apresentação de algumas fontes manuscritas a que tivemos acesso no Arquivo Histórico Ultramarino. Acedemos à descrição pormenorizada do seu percurso militar, em nota de assentamento oficial, do então coronel Claudino de Sousa e Faro, datada de 31 de dezembro de 1888.<sup>90</sup> A submissão de alguns requerimentos feitos por Claudino de Sousa e Faro à Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, levou-nos a estabelecer a ligação dos mesmos à extinção do Exército da Índia e integração no Exército do Reino. Revelam a sua apreensão e retratam um período complicado para estes homens, onde o próprio Claudino de Sousa e Faro se inclui, que experienciaram a extinção do Exército da Índia em 1871.

Alice Santiago Faria considera que foi por via do Exército e das escolas militares que os luso-descendentes de Goa mantiveram o controlo das Obras Públicas até às primeiras décadas do século XX, tal como foram as Obras Públicas que permitiram à referida comunidade manter

<sup>90</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares: Claudino de Sousa e Faro, notas biográficas como oficial (1890-1899).

um papel preponderante, no desenvolvimento do território goês e na sociedade durante o século XIX e inícios do século XX.<sup>91</sup> A extinção do Exército da Índia levou Claudino de Sousa e Faro a fazer vários requerimentos: a 12 de fevereiro (1875) solicitou, com fundamento na lei de 24 de abril de 1873, para ser colocado no exército do reino, num dos corpos de cavalaria ou infantaria. Argumentou ser cavaleiro, distinto estudante e lente na escola da Índia e distinto empregado no distrito de Angola; a 14 de fevereiro (1875), pediu a transferência para os quadros de cavalaria ou infantaria do reino; a 3 de março (1876) requereu a transferência para o quadro da África Ocidental, com contagem de antiguidade de posto à data do decreto de 3 de julho de 1873, que o promovera a oficial de engenharia; a 4 de fevereiro (1878) pediu a melhoria na antiguidade de posto; a 3 de fevereiro (1882), Custódio Borja leu novo requerimento de Claudino de Sousa e Faro, sobre a contagem de antiguidade. A leitura foi assistida de elogios ao oficial do Exército de África, cita-se:

“O requerente que eu me honro de conhecer pessoalmente, é um oficial muito ilustrado do Exército da África Ocidental, que de há muito tem exercido e exerce o importante cargo de diretor de obras públicas, tanto na província de Angola como na de Cabo Verde e atualmente na de S. Tomé e Príncipe e pelo que julgo credor de que este pedido mereça toda a consideração da parte da ilustre Comissão a que tem de ser presente. Entre as razões alegadas pelo requerente em favor de sua causa, há uma, sobretudo que julgo de bastante peso e por isso a cito. É o facto de a comissão do ultramar na sessão legislativa de 1876, quando este mesmo oficial pediu a sua transferência ao parlamento, do cargo de engenheiro da Índia, a que pertencia então, para o exército a que hoje pertence, ter considerado favorável esta sua pretensão de agora. Esse parecer, porém, conquanto aprovado por esta casa do parlamento, não chegou a converter-se em lei e o requerente foi transferido por um simples decreto nas condições ordinárias da lei de 1869. Além desta poderosa razão há outras expostas com toda a proficiência pelo requerente, que considero mais que suficientes para bem calarem no animo da ilustre Comissão do Ultramar, em favor da justiça que lhe assiste e porque as julgo de todo o ponto atendíveis.”<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> FARIA, Alice Santiago, op. cit., p. 225.

<sup>92</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Processos individuais militares, PT. 8A, Proc. 137 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1890-1899).

**Extracto do anterior ao des**

**Ferimentos** *R*

**Condecorações e louvores** *Ordem e Officiário honorários em todas as campanhas do exército de artilharia e engenheiro com colméia esculpta de mathematica militar de Goa, no annos felizes de 1855 a 1862.*

**Applicação litteraria** *Em alvará do Gov. Nacional e da escola de mathematica militar de Goa. Tem o curso*

**Tempo de licença por motivo de molestia e tratamento nas hospitaes** *L*

Augmento do tempo de serviço				Notas biographicas como official	Deductão do tempo de serviço			
Motivo	Anno	Mez	Dia		Motivo	Anno	Mez	Dia
/				<i>Promovido a 5. tenente para o subtenente corpo de engenheiros de Escola de India por decreto de 25 de setembro de 1853. Primeira tenente para o mesmo corpo por decreto de 11 de maio de 1871. Capitão em conformidade do artigo 16.º de decreto de 3 de dezembro de 1867, por decreto de 9 de julho de 1873. Transfido para o decreto de 2 de dezembro de 1867, por decreto de 25 de setembro de 1877. Perena superannuaria de quadro de commissario da provincia de Cabo Verde art. 5.º do estatuto militar de Ultramar nº 4 de 1 de setembro de 1878. Chegou ao provincia de Bengala como director das obras publicas de 13 de agosto de 1873 a 23 de dezembro de 1875. Portaria do governo geral daquelle provincia nº 324 de 18 de agosto de 1877. Despacho do governador de Cabo Verde de 12 de janeiro de 1880. Chegou para o servio em 16 de maio de 1881 por ter ultimada a Commissão. Depois por decreto de 29 de julho de 1883. Collocado no provincia de S. Thomé e Principe por determinação inserta no estatuto militar de Ultramar nº 8 de 3 de agosto. Chegou para a provincia de Chigola em 25 de janeiro de 1885 e foi considerado fora do quadro de guerra daquelle provincia por se achas ser <b>Está pago de soldo até (n)</b> vindo das obras publicas conforme despacho de 11 de dezembro de 1884. Collocado no quadro de commissario da provincia por haver sido reconduzido da república com</i>	/			

*Quartel em* \_\_\_\_\_ *aos* \_\_\_\_\_ *de* \_\_\_\_\_ *de* 18\_\_

**O commandante,**

Fig. 19. Assentamento do official Claudino de Sousa e Faro, 1893.

### 1.3.2. Exercício como lente

Claudino de Sousa e Faro foi nomeado lente substituto das cadeiras da extinta Escola de Matemática Militar de Goa por portaria do governo geral nº 194 de 18 de novembro de 1864. Em artigo de opinião de imprensa, não assinado, anexo à sua publicação *As Pontes do Lucala*, informa-se que Claudino de Sousa e Faro, foi nomeado lente da Escola Matemática e Militar, precedendo concurso, em 12 de novembro de 1864 e coordenou compêndios que foram aprovados pelo conselho escolar e mandados publicar pelo governo para servir de texto às lições de levantamentos topográficos e construções geodésicas. Já como lente publicou duas compilações: *Construções Geodésicas e Projeções*, aprovado pelo Conselho da Escola Matemática e Militar, em Nova Goa a 20 de dezembro de 1867 e *Levantamento Topográfico*,

aprovado pelo Conselho da Escola Matemática e Militar, em Nova Goa a 14 de agosto de 1868.<sup>93</sup>

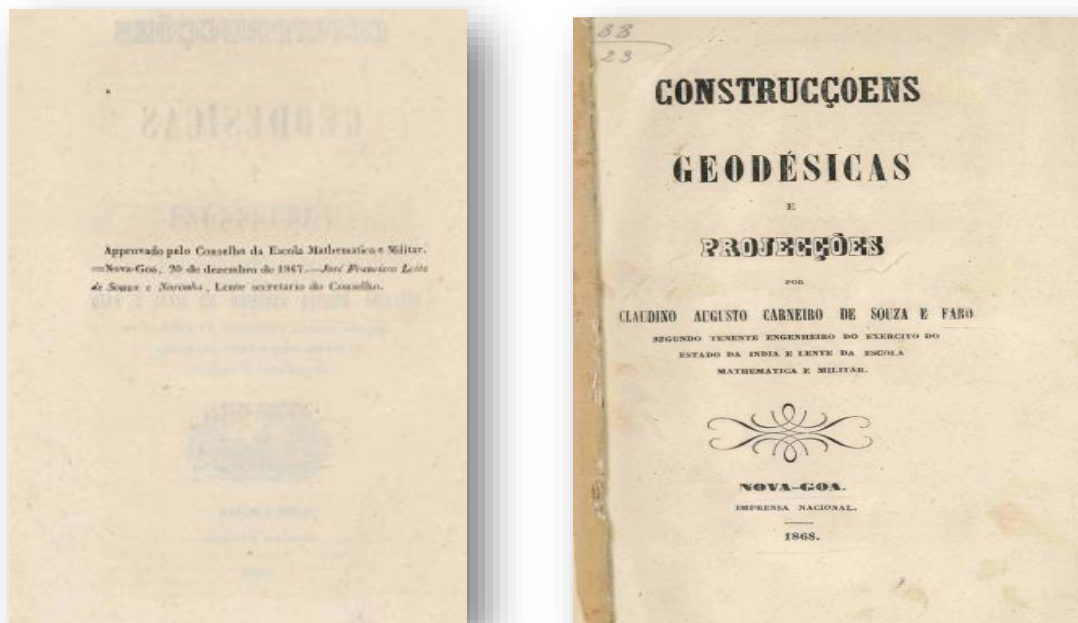


Fig. 20. Claudino de Sousa e Faro, capa do manual *Construções Geodésicas* (1868).

<sup>93</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1840-1919. Cx.23-88.

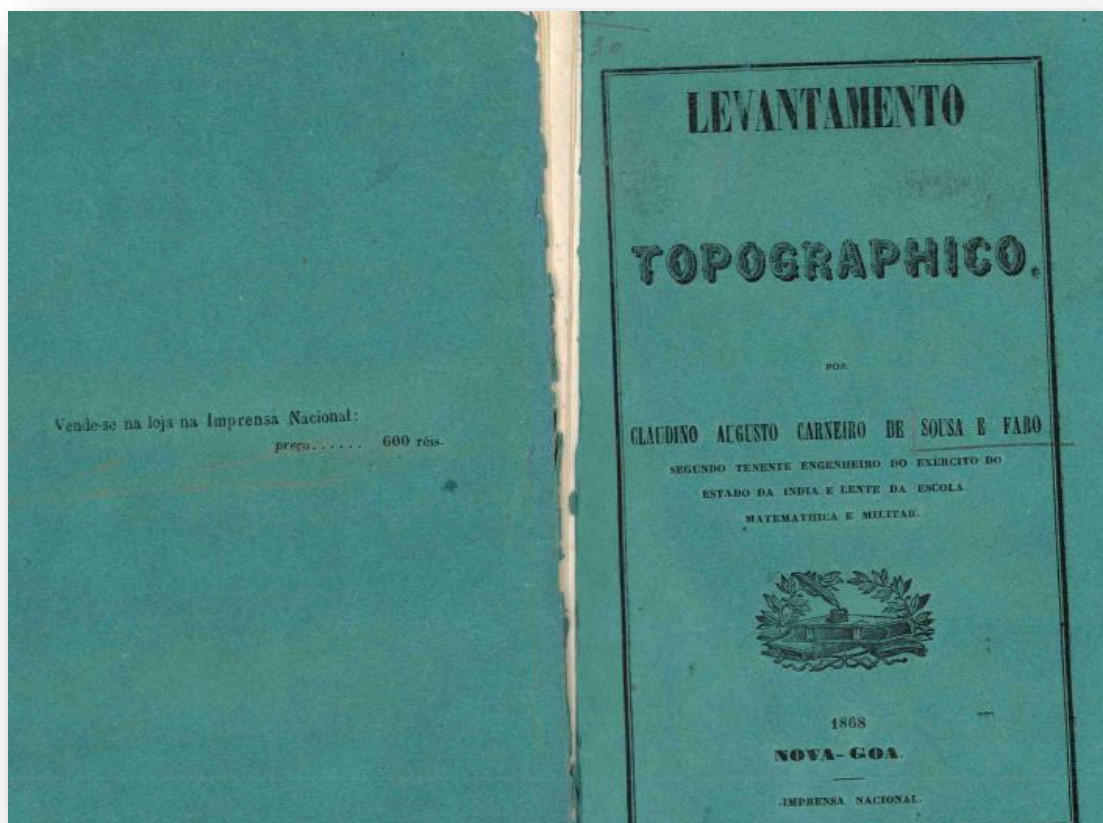


Fig. 21. Claudino de Sousa e Faro, capa do manual Levantamento Topográfico (1868).

A compilação *Construções Geodésicas e Projeções* está estruturada em cinco capítulos: capítulo 1, considerações gerais sobre a formação do “esqueleto” de uma carta geográfica; capítulo 2, vantagens da Forma equilátera; capítulo 3, cálculo dos triângulos; capítulo 4, várias projeções perspectivas e o capítulo 5, projeção dos pontos do globo sobre o esqueleto geodésico.

O *Levantamento Topográfico* é constituído de duas partes, a primeira parte com 6 capítulos: capítulo 1, Noções gerais de Topografia; capítulo 2, Esqueleto Topográfico; capítulo 3, Nivelamento topográfico e do relevo do terreno; capítulo 4, Desenho de Cartas topográficas; capítulo 5, Levantamentos e reconhecimentos militares e capítulo 6, Levantamentos por perspectivas. A segunda parte versa sobre Planos Cotados, sua aplicação à topografia; escala de declive; resolução de questões relativas a linhas e planos cotados e superfícies dadas pelas suas seções horizontais.

Consideramos que em *Construções Geodésicas e Projeções*, o docente revela preocupação na exemplificação de conceitos, clareza na narrativa e na fundamentação

científica e faz várias referências à obra *Francoeur Géodésie* (ou *Geodésie de Francoeur*).<sup>94</sup> Facto revelador da sua provável atualização como docente, sobre o conhecimento da obra de notáveis matemáticos, físicos e astrónomos, como Legendre<sup>95</sup> e Delambre.<sup>96</sup>

De notar que o conhecimento científico à época foi potenciado pelo contributo destes homens, matemáticos e astrónomos franceses. França era um país de referência no desenvolvimento do saber necessário à cartografia, engenharia militar e imposição de convenções como o calendário, o meridiano de origem para a longitude, e o estabelecimento de um sistema de unidades fundamentais à compreensão de questões da ciência e aplicação na prática.<sup>97</sup>

Na apresentação do manual, Claudino de Sousa e Faro, explica de forma pormenorizada a importância da medição rigorosa das dimensões da Terra, considerando-a um problema científico da maior importância e conseqüentemente a necessidade de representação cartográfica rigorosa de forma a permitir a delimitação de fronteiras e o melhor planeamento possível da organização e condução das campanhas militares. Refere algumas vezes, Delambre, quando fala do metro, como nova unidade de medida de comprimento e interliga, de forma constante, a ciência à compreensão da natureza. Defende que a representação cartográfica é fundamental na organização do território. Refere a nova carta de França como a melhor obra topográfica dos tempos modernos<sup>98</sup> e apresenta o exemplo da

---

<sup>94</sup> Claudino de Sousa e Faro refere-se a Louis-Benjamin Francoeur.

Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Louis-Benjamin\\_Franc%C5%93ur](https://pt.wikipedia.org/wiki/Louis-Benjamin_Franc%C5%93ur) e a sua obra “Géodésie, ou Traité de la figure de la terre et de ses parties”, publicado em 1835. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5803167c>.

<sup>95</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – Construções Geodésicas e Projeções, p.5. Sobre Adrien-Marie Legendre, Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Adrien-Marie\\_Legendre](https://pt.wikipedia.org/wiki/Adrien-Marie_Legendre).

<sup>96</sup> Idem, p. 11. Sobre Jean Baptiste Joseph Delambre. Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean\\_Baptiste\\_Joseph\\_Delambre](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Baptiste_Joseph_Delambre).

<sup>97</sup> Apesar de ter sido possível comprovar que obras destes autores existem nas bibliotecas da Universidade de Coimbra, não foi possível, e não cabe no âmbito desta tese, perceber se o conhecimento destes autores chegou a Goa por essa via, apesar de ser o mais provável, uma vez que os preparatórios da Universidade de Coimbra serviam há muito de referência para os primeiros anos de ensino militar em Goa. Cf. FARIA, Alice Santiago. 2022. Academia Militar de Goa in e Viterbo. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. ISBN: 978-989-8492-77-7 e FARIA, Alice Santiago. 2022. Escola Matemática e Militar in e Viterbo. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. e ISBN: 978-989-8492-77-, ambas no prelo e brevemente disponíveis em: <https://eviterbo.fcsh.unl.pt>.

<sup>98</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – Construções Geodésicas e Projeções, op. cit., p. 27. Segundo o autor, a nova carta de França apresentava a projeção francesa, representando paralelos por arcos de círculo concêntricos, à semelhança da projeção cônica, e substituía a projeção usada por Flamstead, na construção de planisférios que deformava as regiões afastadas do meridiano médio AB.

A carta de França era conhecida também por carta de Cassini e foi levantada entre 1744 e 1793, servindo de modelo às realizadas em outros países da Europa, por representar com o maior rigor possível a posição dos lugares. Veja-se, Dias, Maria Helena, *Portugalliae descriptio*: do primeiro mapa conhecido (1561) ao primeiro

projeção de cartógrafo Gerhard Mercator (1569), referindo-a de grande utilidade no período das grandes navegações, mas tem o cuidado de explicar que a referida projeção distorce o tamanho dos territórios, sobretudo os que mais distavam da linha do Equador.<sup>99</sup> Evoca as projeções de Edouard Wrigt e John Neper e explora de forma mais aprofundada a projeção de Flamstead, que serviu de base à elaboração da nova carta de França.<sup>100</sup>

Em *Levantamento Topográfico*, remete igualmente para a obra *Géométrie analytique*, de Francoeur para explicitação, no capítulo terceiro, do nivelamento topográfico e do relevo do terreno.<sup>101</sup> Explica o nivelamento simples e composto e apresenta equações algébricas para determinação de cotas de nível. Sublinha o facto de a topografia em escalas menores, sobretudo, levantamentos militares, exigirem meios mais expeditos e detalha o processo de desenho sobre a minuta, do relevo do terreno, com operações da planimetria, para reunir com precisão todos os detalhes do terreno.<sup>102</sup> Aborda no capítulo quarto, o desenho de cartas topográficas e apresenta exemplos de desenhos e escalas, da carta de França. No capítulo cinco faz a explicação dos levantamentos e reconhecimentos militares, como um trabalho de exigência e rigor, composto pela planta topográfica, com noções exatas no desenho, e memórias estatísticas e militares, devendo estas memórias dar uma descrição física e geológica do terreno. Isto é, devem conter informação sobre estradas e caminhos, tipo de construção e estado da mesma e se são aptas a servir o movimento das armas, infantaria, cavalaria e artilharia. Deve ainda constar as posições ofensivas e defensivas, existentes em determinada localidade, os trabalhos a executar para garantir os acampamentos e sobretudo assegurar a passagem ao exército. Conclui, salientando, que num levantamento militar, o relevo do terreno é tão essencial como a planta. Os levantamentos por perspectivas, capítulo sexto, encerra a apresentação, elencando as vantagens do uso de desenhos perspectivados na determinação da linha da terra. Estes desenhos eram feitos por instrumentos próprios, sendo que, Claudino de Sousa e Faro destaca a preferência pelo daguerreótipo, por exigir menos tempo para a execução do desenho e por apresentar os detalhes com maior precisão.<sup>103</sup>

---

mapa moderno (1865). Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2006, ISBN 989-21-0084-0, e <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e85.html>

<sup>99</sup> Idem, p. 32.

<sup>100</sup> Idem, p. 39. Cf. <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/projecao-mercator.htm>.

<sup>101</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – *Levantamento Topográfico*, p. 21.

<sup>102</sup> Idem p. 19-20.

<sup>103</sup> Idem p. 32.

Pelo exposto, consideramos que como lente foi um pedagogo atualizado cientificamente na informação disponível na Europa oitocentista, a qual partilhou com os seus alunos, o rigor de obras, teorias e autores, como demonstrámos. cremos que foi um lente interessado pelo mundo, pela ciência, pelo saber e pela transmissão do mesmo aos outros, no caso, alunos.

Da leitura que fizemos do relatório de 1868, sobre *Informação dos lentes da Escola Matemática e Militar do Estado da Índia*, concluímos que Claudino de Sousa e Faro, aos 28 anos, baseado no parecer do lente diretor, Cândido José Mourão Garcez Palha, em 10 de janeiro de 1869, desempenhava satisfatoriamente as suas funções como lente substituto. Era visto como tendo boa aparência militar, homem de boa conduta civil e de companhias decentes. Homem sociável e cumpridor dos deveres na conduta militar e aplicado aos estudos da matemática, da gramática latina e línguas estrangeiras, conhecedor de geografia e desenho militar e civil e leitor de folhetos, regulamentos e ordens do Exército e aplicado na leitura de autores militares.<sup>104</sup>

Ambas as compilações foram oferecidas à Biblioteca da Universidade de Coimbra e constam do Anuário da universidade, referente ao ano letivo de 1877-1878, facto que revela a sua intenção de alargar a prática da sua docência e conhecimento a um público douto mais vasto.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup>Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais 12-D1, 3186, PT. 4A, Proc. 452 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1869-1879). Veja-se, também, o Boletim do Governo do Estado da Índia, nº60, de 1 de agosto de 1856.

<sup>105</sup>Anuário da Universidade de Coimbra, Ano Letivo de 1877-1878, p. 232.

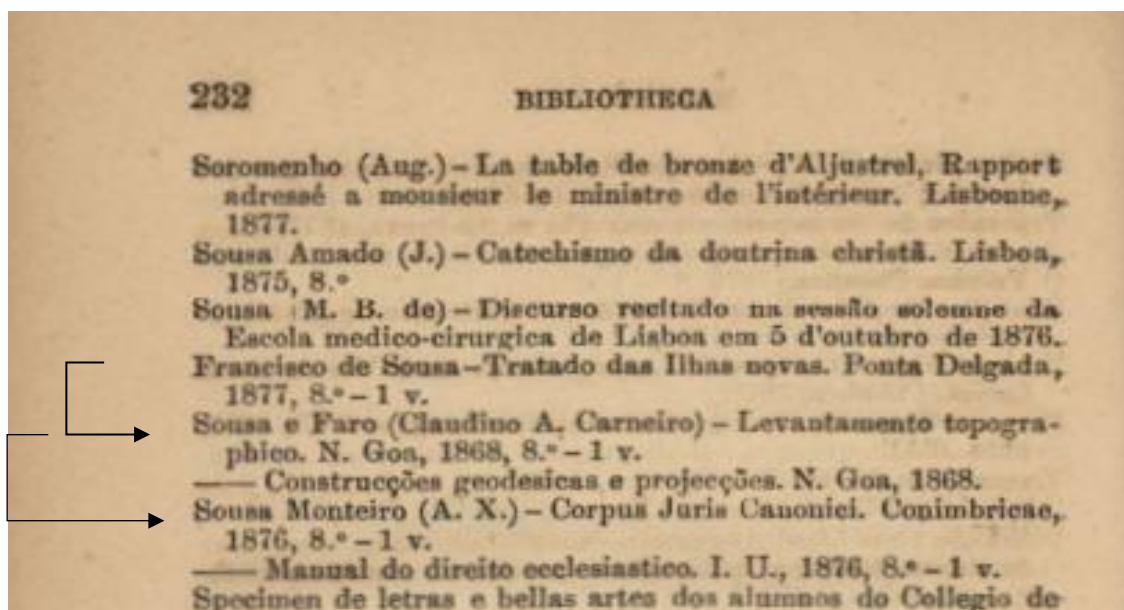
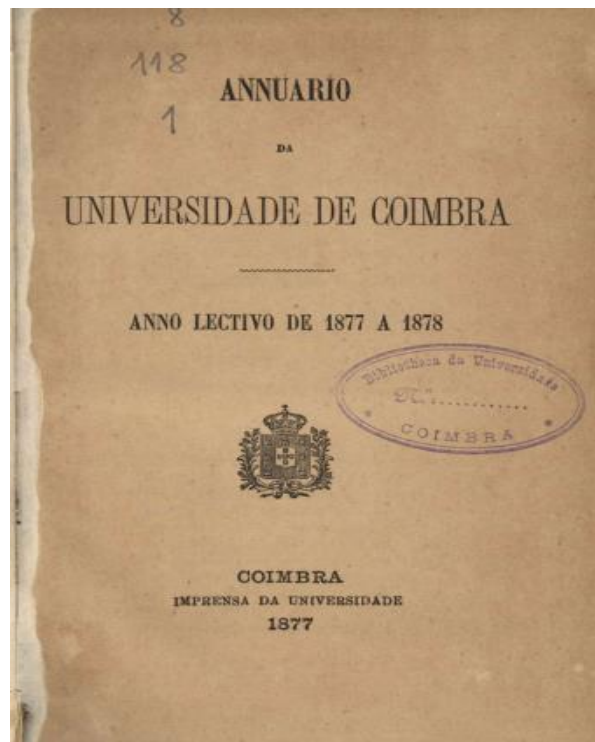


Fig. 22. Anuário da Universidade de Coimbra, 1877.

### 1.3.3. Exercício como político

Relativamente à sua atividade política encontrámos alguma informação sobre duas candidaturas, uma pelo círculo eleitoral de Quelimane, em Moçambique, publicado no Diário da Sessão da Câmara dos Deputados de 16 de maio de 1890, e outra pelo círculo de Nova Goa, na Índia, em 1894, como consta no Diário da Sessão da Câmara dos Deputados de 9 de outubro.

De referir que foi a Constituição de 1822 que consagrou a existência de uma Câmara dos Deputados. Esta Câmara era eleita por um período de dois anos, por sufrágio direto e secreto, sendo eleitos entre 3 e 6 deputados, escolhidos em cada província administrativa. Esta Câmara reuniu pela primeira vez em 15 de novembro de 1822 e foi autossuspensa nas atividades devido ao movimento da Vila-Francada, em 1823. Em 1834 reabrem as Cortes, mas mantêm-se as crises políticas e sociais, determinando a aprovação da Constituição de 1838, que manteve a Câmara dos Deputados, eleita agora por um período de três anos e permitida aos que tivessem uma renda mínima de quatrocentos mil réis. Nem todos podiam concorrer nem votar. Os Regimentos Internos determinavam o funcionamento e procedimentos da Câmara dos Deputados, tendo sido alterados e adaptados ao longo dos anos de forma a garantir o seu bom funcionamento. O primeiro Regimento Interno da Câmara dos Deputados foi aprovado em 1827. Em 1857 e 1876 foram aprovados novos Regimentos, e novamente em 1896, que se manteve até 1910.<sup>106</sup>

Como referimos, Claudino Augusto de Sousa e Faro candidatou-se por duas vezes, mas não foi eleito em nenhuma das candidaturas. Na sua candidatura pelo círculo eleitoral de Quelimane, em 1890, foi bastante acentuada a diferença de votos que obteve (11 votos) em relação a António José Ennes (13.190 votos) e a Joaquim José Machado (1757 votos).<sup>107</sup> Tal situação ter-se-á devido ao protagonismo dos candidatos opositores, em Moçambique. António José Ennes destacou-se como político, escritor e conhecedor dos assuntos coloniais, tendo sido enviado para Moçambique com o estatuto de comissário régio, onde procurou implementar reformas. Foi várias vezes eleito deputado (1890; 1888-87; 1887-89; 1890-91) e assumiu a pasta da Marinha e Ultramar em 1890. Homem exigente e expedito na resolução de problemas, organizou a expedição militar a Moçambique em 1891 para fazer face à crescente pressão dos interesses britânicos no território. Nomeado comissário régio em Moçambique em 1891 e 1894, deu provas de saber e competência. Em 1896 foi nomeado

---

<sup>106</sup><https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/guia-fundo-camara-deputados-1822-1910.aspx>

Veja-se *Regimento Interno da Câmara dos Senhores Deputados seguido da Carta Constitucional e da legislação relativa à mesma Câmara*. Lisboa: na Imprensa Nacional, 1876 e SANTOS, Manuel Pinto dos - *Monarquia Constitucional: organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados. 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 1986..

<sup>107</sup>Cf. <https://debates.parlamento.pt/pesquisa?q=Claudino%20Augusto%20de%20Sousa%20e%20faro%20&offset=10> (1890 - 1894).



**ORDEN DO DIA**

Discussão do parecer n.º 112 (eleição do Quelimane, 2.º) e do projecto de lei n.º 109 (título de indumentário).

*Leu-se o seguinte:*

**PROJECTO DE LEI N.º 112**

Senhores. — A vossa comissão de verificação de poderes foi presente o processo eleitoral da eleição transacta, relativo ao círculo eleitoral Quelimane 2.º, do qual se mostra que o numero de votantes foi de 15:067 votos, sendo votados os seguintes cidadãos:

Antonio José Ennes.....	13:190	votos
Joaquim José Machado.....	1:757	»
Claudino Augusto Carneiro de Sousa Faro.....	11	»
Miguel Augusto dos Santos Severino.....	11	»
Henrique Carlos de Lima.....	9	»

O cidadão mais votado, Antonio José Ennes, já foi proclamado deputado pelo círculo n.º 82 (Sastarem), em conformidade com o parecer d'esta mesma comissão n.º 71, approved em sessão da junta preparatoria de 28 de abril ultimo, tendo preferencia a eleição por este círculo, que é plurinominal, em virtude do disposto no artigo 2.º da lei de 21 de maio de 1884. Nenhum dos cidadãos immediatos em votos chegou a reunir o numero exigido pelo artigo 90.º do decreto de 30 de setembro de 1882 para ser considerado eleito. N'estes termos, e em conformidade com o disposto no artigo 113.º do decreto anteriormente citado, é a vossa comissão de parecer que deve continuar a tomar assento na camara o deputado Abilio Guerra Junqueiro, que é era pelo círculo referido na legislatura anterior.

Sala da comissão, 10 de maio de 1890. — Pedro Victor da Costa Sequeira — Harão de Paço Vieira (Alfredo) — L. Bandeira Coelho — Marcellino Mesquita — José Estevão de Moraes Sarmento.

Fig.23.Resultado do processo eleitoral do círculo de Quelimane, 1890.

**SENHORES DEPUTADOS**

fundado em supposta infração da lei e falta de formalidade.

Mostra-se, enfim, que, junto ao processo se acha um documento autentico pelo qual se prova que o cidadão dr. Gil Mont'Alverno Sequiera não é cidadão portuguez.

Em vista do que, a vossa comissão, attendendo a que o privativo apresentado na assembleia de apuramento não é de attendêr, por vir desacompanhado de provas e por certas averções gratuitas que não podem prevalecer contra os actos da eleição, que têm força de documentos authenticos, e attendendo a que o cidadão Gil Mont'Alverno Sequiera não é cidadão portuguez, e portanto não pôde ser eleito deputado da nação portuguez, é de parecer que a eleição de círculo plurinominal de Ponta Delgada seja approved e proclamados deputados os cidadãos Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Athayde, Duarte de Andrade Albuquerque Bettencourt e Henrique de Andrade Albuquerque Bettencourt, e deputado da minoria o cidadão Carlos Maria Gomes Machado, por serem os mais votados, depois do dr. Gil Mont'Alverno Sequiera.

Sala da terceira comissão de verificação de poderes, 10 de outubro de 1894. — Atilio Machado — Carlos Cyrillo Machado — Alvaro Fossello — Abilio Augusto de Medeiros Boga.

*A imprimir.*  
*Leu-se o*

**PARECER N.º 54**

**Círculo de Nova Goa**

Senhores. — A vossa terceira comissão de verificação de poderes examinou o processo eleitoral do círculo de Nova Goa (India), e verificou que obtiveram votação os seguintes cidadãos:

Capitão Christovão Ayres.....	25.734	votos
Claudino Carneiro de Sousa Faro.....	227	»
Conde de Mahem (D. José Joaquim de Noronha).....	197	»
José Antonio Samuel Graças.....	100	»
José Filippe Alvaros.....	4	»

Fig. 24. Resultado do processo eleitoral do círculo de Nova Goa, 1894.

conselheiros, governadores e ministros, afirmaram-se por campanhas militares de ocupação em Moçambique, um território que à época suscitava muito interesse por parte dos ingleses. Admitimos, também, que o facto dos resultados eleitorais obtidos por Claudino de Sousa e Faro não terem sido positivos, não objetam o contributo que ele terá ambicionado dar na governação dos espaços ultramarinos. O contexto político em que ambas as candidaturas ocorreram, era complicado. Viviam-se os últimos tempos da monarquia a par da agitação política e social resultante do ultimato de 1890, o que nos parece, dignifica a candidatura destes homens. A questão colonial era uma questão central e certamente homens com anos de experiência em África, sentiram a necessidade de contribuir para a resolução dos problemas existentes

## Capítulo 2

### 2.Contextualização histórica das vivências de Claudino de Sousa e Faro em território africano

Procuramos neste capítulo, conhecer mais sobre a ação efetiva do nosso biografado nos territórios ultramarinos africanos. Pretendemos perceber o seu trabalho como diretor e como inspetor de Obras Públicas e o impacto que os seus projetos e determinações tiveram nas províncias de Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e por fim analisaremos a sua ação como administrador da Roça Água Izé.

Claudino de Sousa e Faro viveu grande parte da sua vida em território africano, nomeadamente, em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e fez parte da elite que participou no processo de governação do império português, como engenheiro militar, diretor e inspetor de Obras Públicas e administrador de uma roça. Cremos que esta elite além de ser um instrumento de operacionalização do poder da coroa nas colónias, revelou grande autonomia no cumprimento das funções nos espaços periféricos. Atendendo ao papel desempenhado pelos engenheiros militares na organização e desenvolvimento dos territórios ultramarinos, situação em que se integra Claudino de Sousa e Faro, consideramos pertinente a abordagem de Alice Santiago Faria sobre a organização geral dos serviços de obras públicas nas províncias ultramarinas, em que a autora se refere à reorganização das instituições administrativas centrais do ultramar de 1869, como tendo sido a primeira vez que se atuou de um modo estruturado nas Obras Públicas em todo o Ultramar Português.<sup>111</sup> Promulgada a 14 de novembro de 1869, pelo Ministério dos Negócios do Reino e Direção Geral do Ultramar, através do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Luiz Augusto Rebello da Silva,<sup>112</sup> a legislação decretada sobre a Organização Geral do Serviço de Obras Públicas

---

<sup>111</sup> Cf. FARIA, Alice Santiago, *O Papel dos Luso Descendentes na Engenharia Militar e nas Obras Públicas em Goa, ao longo do século XIX*, Universidade Nova de Lisboa p.231. Veja-se, também, FARIA, Alice Santiago – *Administração Colonial e Obras Públicas: As Direções de Obras Públicas Nos Territórios Do Antigo Oriente Português (1869–1926)*, p. 237–59.

<sup>112</sup> *Diário do Governo*, nº284, de 14 de dezembro de 1869, p. 2. Pela pertinência da matéria, cita-se um excerto das propostas apresentadas: “Entre os melhoramentos de que mais carecem as províncias ultramarinas, avulta o de estimular o desenvolvimento eficaz dos progressos materiais de que depende em grande parte a sua prosperidade. Sem estradas e comunicações fluviais, que abreviem as distâncias e aproximem os produtos dos mercados, facilitando os transportes, sem trabalhos apropriados para minorar em diversas regiões as causas da insalubridade, e, finalmente, sem uma aplicação inteligente e ativa de forças e de vontade perseverante à transformação do estado atual, tudo o que se conceber para dar impulso aos melhoramentos coloniais sairá

(capítulo I) e Escolha do Pessoal, seus Vencimentos e Reformas (capítulo II), é representativa da utilidade deste serviço.<sup>113</sup> Para cada província considerava-se necessário existir um diretor de Obras Públicas, e engenheiros, condutores de trabalhos e desenhadores, que as necessidades de serviço exigirem (artigo 6º) e o diretor das obras públicas era considerado o chefe de todo o pessoal técnico da província e aquele que decidia em conformidade com a urgência do expediente. A reorganização dos serviços previa a colocação de técnicos ao serviço nas obras públicas do Ultramar, a promoção e aumento na contagem de tempo de serviço. Segundo Alice Santiago Faria, tentava-se “atrair técnicos mais qualificados para os territórios ultramarinos”.<sup>114</sup>

O conhecimento técnico dos engenheiros e a assertividade na observação, planeamento e execução de obras, tornou-se exigente e fundamental ao trabalho a realizar a bem do desenvolvimento económico dos territórios coloniais. A passagem de engenheiros militares a engenheiros de Obras Públicas, implicou um processo e uma aprendizagem mais ou menos formal. Eram os engenheiros que projetavam e supervisionavam as infraestruturas, elaboravam o desenho das fortificações, faziam o planeamento de sistemas de defesa e construção de aglomerados populacionais e demais obras necessárias nos vários territórios.<sup>115</sup>

---

imperfeito, mutilado e incompleto. A Civilização impõe deveres, e para atrair há um só caminho, que é cumprilo. As obras públicas hão-de forçosamente entrar com uma parte importante nesta empresa”.

<sup>113</sup> Diário do Governo, nº284, de 14 de dezembro de 1869, p. 3. No capítulo 1, artigo 3º “Para o Serviço de Obras Públicas, as Províncias Ultramarinas constituem duas divisões: a 1ªdivisão compreende as províncias de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola; a 2ªdivisão compreende a província de Moçambique, o Estado da Índia e o governo de Macau e Timor”. No capítulo 2, artigo 12º “Para os lugares de diretores de obras públicas e de engenheiros nas províncias do ultramar só poderão ser nomeados indivíduos com o curso de engenharia civil, ou militar, de estado maior ou de artilheria, quer estejam, ou não empregados nos quadros do reino, quer pertençam aos quadros da Índia.” Ainda no capítulo 2, artigo 16º “Os militares do exército de Portugal ou os do exército da Índia que saírem do reino, ou daquele estado, quando colocados na situação de serviço de obras públicas no ultramar, deixam de fazer parte do quadro das suas armas ou corpos, são promovidos ao posto imediato sem prejuízo dos mais antigos da respetiva classe e arma e ficam obrigados servir três anos naquela comissão, contando-se-lhes todo o tempo que nela permanecerem para os efeitos de promoção.”

<sup>114</sup> Diário do Governo, nº284, de 14 de dezembro de 1869, p. 4.

<sup>115</sup> Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 17 de fevereiro de 1882. Em 1882, na sessão de 17 de fevereiro, Hintze Ribeiro, Ministro das Obras Públicas, apresentou a proposta de lei sobre a reorganização do serviço técnico do referido ministério. A sessão, com a presença de 50 deputados e do Ministro das Obras Públicas apresentava o Plano reorganização do corpo de Engenheiros de Obras Públicas regulamentado no artº1 que dispunha o seguinte: criação de um corpo de engenheiros, dividido em duas seções, obras públicas e minas; artº2: criados 2 corpos auxiliares, de arquiteto e de condutores para coadjuvar o corpo de engenheiros; artº3: a seção de obras públicas compreendia os estudos, trabalhos técnicos, administração, fiscalização e polícia concernente a estradas e pontes, caminhos-de-ferro, rios, canais e portos de mar. Refira-se que as Obras Públicas coloniais não dependiam do Ministério das Obras Públicas mas sim do Ministério da Marinha e do Ultramar. A legislação do Reino não era aplicada automaticamente nas colónias, no entanto apresentam muitas semelhanças, sobretudo depois das reformas de 1892.

A resiliência e capacidade de adaptação ao espaço colonial eram fundamentais e implicavam a convivência com condicionalismos e adversidades como o clima e as débeis condições sanitárias. A contingência da mão-de-obra, problema constante, está registada em muitos relatórios de Claudino de Sousa e Faro como diretor de Obras Públicas nas províncias onde exerceu o cargo. A crescente necessidade de realização de Obras Públicas no território ultramarino, potenciou o debate sobre as mesmas em artigos de imprensa e nos trabalhos parlamentares.

A habilitação ao serviço de engenharia e quadros militares, era feita também no Estado da Índia, na Escola Matemática e Militar de Goa, escola frequentada pelo nosso biografado.

Sublinhamos que nas propostas legislativas apresentadas, em relação ao pessoal técnico, se referia que no Estado da Índia existiam escolas, que habilitavam para o serviço de engenharia e quadros militares. A referida legislação relevou a formação, o conhecimento e a responsabilidade na execução do serviço. Será sobre todas estas capacitações na figura de Claudino de Sousa e Faro que falaremos neste capítulo do nosso trabalho.

Ser Diretor de Obras Públicas implicava ter habilitações e graduações na carreira do Exército e Engenharia e espírito de missão e de sacrifício em função dos serviços necessários em territórios e regiões desafiantes, pelo rigor do clima, insubordinação das populações nativas e acuidade na organização dos serviços destes espaços periféricos.

José Capela faz referência à classe profissional dos engenheiros portugueses como um dos grupos que esteve na base do lançamento do último período do colonialismo português e aborda este grupo social como um grupo dinâmico na circulação do espaço ultraperiférico colonial.<sup>116</sup>

Consideramos que estes homens além de executantes de leis, tinham uma missão de elevada exigência e responsabilidade em fazer face à resolução dos problemas emergentes nas províncias ultramarinas. Ou seja, as necessidades de ligação às decisões da metrópole *per si* não bastavam, o processo implicava a ação, muitas vezes imediata, dos agentes que coordenavam e administravam os territórios periféricos do império. Reconhecemos na figura do nosso biografado todas estas capacitações.

---

<sup>116</sup> CAPELA, José – Moçambique pela sua História, p. 128.

## **2.1. Claudino de Sousa e Faro e as Direções de Obras Públicas: Angola e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.**

### **2.1.1. Direção de Obras Públicas de Angola (1873-1876;1884-1886).**

Claudino de Sousa e Faro foi nomeado diretor de Obras Públicas da província de Angola por decreto de 6 de fevereiro de 1873, por Andrade Corvo. Exerceu o cargo desde 13 de agosto de 1873 até 29 de março de 1876, tendo regressado ao reino por licença da Junta de Saúde.<sup>117</sup> Foi promovido ao posto de capitão a 3 de julho de 1873 e em 1876 requereu a transferência do extinto Exército da Índia para o Exército da África Ocidental, mantendo o posto. Em Angola realizou levantamentos topográficos e construções geodésicas.<sup>118</sup> É ainda em 1876 que é indicado para ser diretor do quadro do pessoal técnico das Obras Públicas de Cabo Verde, tendo ocupado o cargo em setembro e transitado em novembro, para o quadro do Exército de África Ocidental.

No período entre 1873-1876, era governador da província de Angola António de Lencastre (1772-1779)<sup>119</sup> e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1871) e Ministro da Marinha e do Ultramar (1872), João de Andrade Corvo, que em vasta obra publicada em 1883 descreve as potencialidades do território angolano e expõe procedimentos a tomar no território, de forma a torná-lo atrativo e desenvolvido.<sup>120</sup>

João de Andrade Corvo considerou Angola a província africana mais importante. Um território imenso e fértil em recursos naturais, subaproveitado pela falta de diretrizes da metrópole na regulamentação de alguns setores. Preocupava-o a débil definição de fronteiras no território, sobretudo a norte, os entraves por parte de alguns, relativamente à política de cooperação com a Inglaterra e a falta de vias de comunicação que ligasse o litoral ao interior, entre outras questões, e entendia a questão das Obras Públicas como uma questão económica e principalmente política. Afirmou que não houve em Angola organização no serviço de obras

---

<sup>117</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – As Pontes do Lucala na Província de Angola, p.68.

<sup>118</sup> Claudino de Sousa e Faro e Viterbo [http://eviterbo.fcsh.unl.pt/wiki/Claudino de Sousa e Faro\\_prelo](http://eviterbo.fcsh.unl.pt/wiki/Claudino_de_Sousa_e_Faro_prelo) e brevemente disponíveis em: <https://eviterbo.fcsh.unl.pt>.

<sup>119</sup> Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_governadores\\_coloniais\\_de\\_Angola](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_coloniais_de_Angola).

<sup>120</sup> CORVO, João de Andrade – Estudos sobre as Províncias, p. 142-145.

públicas até 1877.<sup>121</sup> Tal observação causa-nos alguma perplexidade, uma vez que é coincidente com a presença de Claudino de Sousa e Faro como diretor de Obras públicas (1873-76) como já referimos. Além de que este foi nomeado para o exercício de funções pelo próprio João de Andrade Corvo. No entanto, verificámos que havia o mesmo entendimento, de parte a parte, relativamente ao facto de considerarem a província de Angola merecedora de maior atenção da metrópole quanto ao prioritário desenvolvimento de vias de comunicação e também quanto à necessidade de um modelo administrativo ajustado à realidade do território, que potenciasse os seus recursos. João de Andrade Corvo, fala da ausência de um plano de obras, sem estudos prévios nem orçamentos definidos, na província de Angola,<sup>122</sup> e Claudino de Sousa e Faro, refere as mesmas problemáticas dando como exemplo o projeto das pontes do Lucala, do engenheiro Ferreira Maia, que o nosso biografado foi incumbido de concluir. Considerado “um projeto com poucos cálculos de despesas, de medição pouco conscienciosa, e de nenhuma precisão e rigor nos cálculos de resistência”<sup>123</sup> o que segundo Claudino de Sousa e Faro denotava a desorganização em que encontrou o serviço das obras públicas em 1884.

A visibilidade do trabalho técnico de Claudino de Sousa e Faro como engenheiro militar e diretor de Obras Públicas em Angola está em grande parte ligada à conclusão das pontes do Lucala, apesar de ter projetado e supervisionado outras obras. Foi um engenheiro preocupado com as vias de comunicação, muito noticiadas na imprensa da época, nomeadamente na revista *As Colónias Portuguesas*.<sup>124</sup> O atraso na construção da via ferroviária de Mossâmedes foi um assunto muito questionado tal como a conclusão da estrada de Dondo a Casengo e a reconstrução da ponte sobre o rio Lucala, que referimos. Consideramos importante explicar algumas considerações feitas por Claudino de Sousa e Faro sobre a logística do trabalho

---

<sup>121</sup> Idem. p. 214.

<sup>122</sup> Idem, p. 215-216.

<sup>123</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – As Pontes do Lucala na Província de Angola, op. cit. p. 2829.

<sup>124</sup> Cf. Revista Ilustrada, *As Colónias Portuguesas*, nº1, de 21 de fevereiro de 1891, p.7.

Reproduz-se a notícia: “Em Cazengo há uma quantidade enorme de café que, por falta de carregadores, não pode ser transportada para o litoral. É indispensável fazer o transporte em carros, mas para isso era preciso que houvesse estradas que se prestasse ao transporte por este meio”. A informação é complementada com referências ao Governo, pela sua atitude interventiva, de investimento de verbas, canalizadas para o arranjo de estradas. Porém critica-se o mesmo por ter aplicado “15 contos, para a construção de apenas alguns Km, feitos com todos os preceitos de engenharia e ciência, apesar de os negociantes continuaram a não poder transportar o seu café para o litoral”.

realizado na província de Angola, uma vez que elucidam sobre os constrangimentos com que se deparava o pessoal das Obras Públicas nos territórios ultramarinos.

O trabalho de obras públicas em Angola tinha por detrás situações determinantes à sua execução. Claudino de Sousa e Faro aborda no Relatório das direções de Obras Públicas de Angola<sup>125</sup> quatro problemáticas: estudos e campos de trabalho; execução e construção de obras; aquisição de materiais e administração. Em quase todas existe a dificuldade de mão de obra técnica capaz de atuar eficaz e atempadamente. Considera os estudos e trabalhos de campos importantes, mas morosos, devido à escassez de pessoal técnico e um clima “mortífero”. O pessoal inferior habilitado, como apontador e medidor, não existia pelo que o trabalho era feito pelos condutores, também poucos. Acresciam as dificuldades técnicas e a inexistência de cartas corográficas, que implicavam gastar mais tempo no reconhecimento do território. Eram várias as dificuldades com pessoal fiscal, pessoal inferior, pessoal operário e trabalhadores, para execução e construção das obras, como pequenas estradas, na província de Angola. Claudino de Sousa e Faro fala concretamente de Benguela, na construção da estrada do Dombe ao Cuio, obra onde havia apenas havia um condutor, nenhum pessoal inferior, quase nenhum pessoal operário e poucos trabalhadores. O nosso biografado explica o problema da falta de braços para o trabalho, pelo “caracter do preto e desconfiança” adquirida ao longo de muito tempo em relação ao branco. Por outro lado, os fazendeiros e habitantes, do concelho de Dombe eram também um impedimento ao desenvolvimento das Obras Públicas ao manter trabalhos de escravidão disfarçada.<sup>126</sup>

Sobre a aquisição de materiais aponta os preços elevados e critica o facto de não serem importados pela direção de Obras Públicas, permitindo-se lucros excessivos de mercados africanos paralelos, que não proviam as quantidades de material necessárias às obras. A questão administrativa é também denunciada por Claudino de Sousa e Faro. Fala de desorganização administrativa, desconhecimento da província de Angola e das suas efetivas necessidades, da não existência de um regulamento de serviços além de uma administração centralizada e emperrava resoluções rápidas no território angolana onde as distâncias e comunicação eram totalmente diferentes das da metrópole. No seu entendimento a província podia dividir-se em três partes: Luanda, Benguela e Mossâmedes, sendo beneficiadas se

---

<sup>125</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Livro de Relatórios das Obras Públicas e outros documentos, p. 14-16.

<sup>126</sup> Idem, p.18.

existisse um modelo descentralizado que contemplasse liberdade de ação por um chefe do pessoal superior das Obras Públicas, sob fiscalização do diretor. Defendia perentoriamente que cada uma das sedes de distrito deveria ter uma repartição de contabilidade, uma pagadoria, uma repartição de expediente e um depósito de materiais com pessoal suficiente.<sup>127</sup>

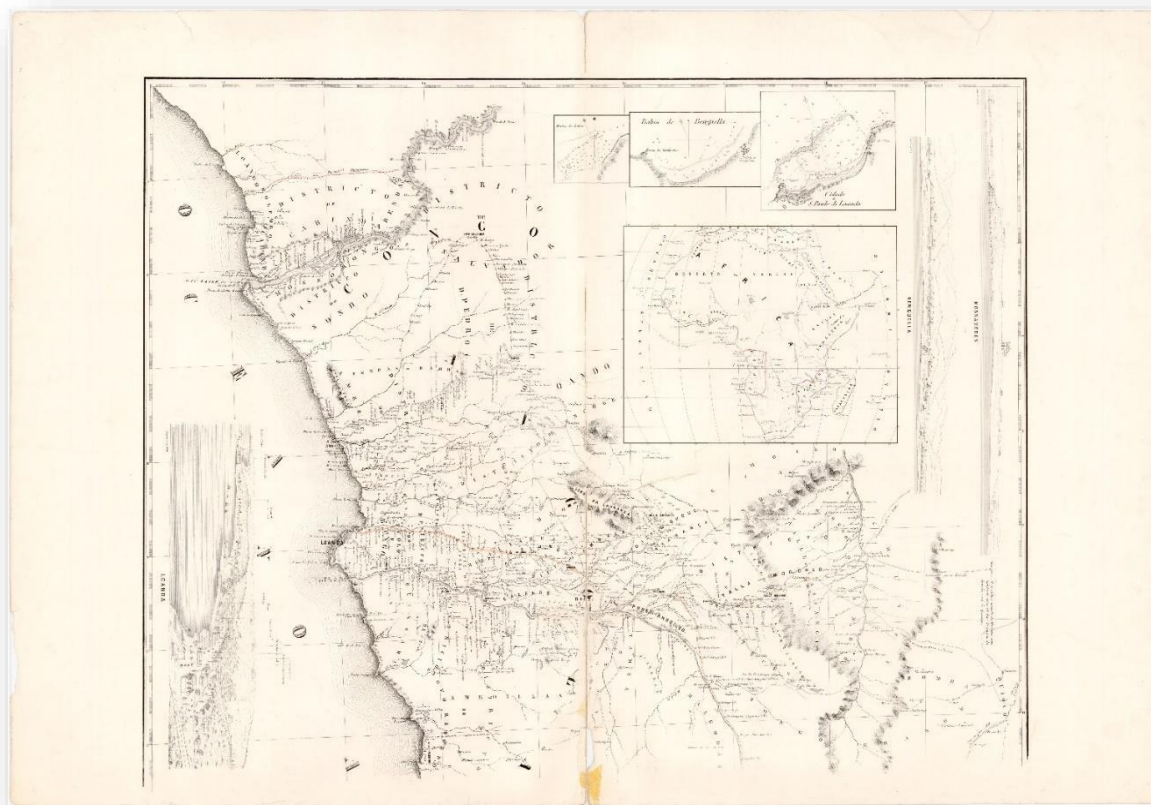


Fig.25. Angola por Leal, Fernando da Costa, 1863.

### Trabalhos projetados e executados na província de Angola

**Ponte Pinheiro Chagas,**  
sobre o rio Lucala.  
projeto reformulado em  
1884, teve como  
condutor Francisco Maria  
Victor Cordon.

**Hospital Maria Pia de  
Luanda,**  
Projetado em 1875, os  
trabalhos foram iniciados  
em 1877.

**Vias de comunicação:**  
estradas de Dondo a Caculo;  
Alto Dande; Dondo a Casengo;  
Donbe ao Cui; Mossamedes a  
Capagombe

<sup>127</sup> Idem, p. 21.

A Ponte Pinheiro Chagas projetada por Claudino de Sousa e Faro, foi considerada uma das obras mais monumentais da África portuguesa. A deliberação da sua construção deveu-se ao governador Ferreira do Amaral, que para prover a esta grande construção solicitou verbas ao Ministro da Marinha, Pinheiro Chagas. As expensas foram autorizadas para construir a obra sobre o rio Lucala de forma a permitir o acesso aos concelhos férteis do interior do distrito de Luanda, na província de Angola. A obra iniciou-se em 1884 e foi alvo de elogios do engenheiro Joaquim José Machado, responsável pela inspeção às obras públicas de Angola em 1887.<sup>128</sup> O projeto da obra mereceu da parte de Claudino de Sousa e Faro o registo da memória intitulada *As Pontes do Lucala na Província de Angola*, a qual ofereceu à Sociedade de Geografia de Lisboa. No seu registo agradece o reconhecimento do seu trabalho na referida obra, feito pelos jornais da capital. No prefácio partilha a mágoa que sofreu por ter sido exonerado do cargo de diretor das Obras Públicas de Angola, na fase de quase conclusão das obras do Lucala.<sup>129</sup> Fala do primitivo projeto da ponte, do falecido engenheiro Ferreira Maia, considerando que “foi um projeto com algumas lacunas de medição e rigor nos cálculos de resistência”.<sup>130</sup> Claudino de Sousa e Faro, reformulou o projeto, tornando-o definitivo.<sup>131</sup>

Segundo ele, as bases do novo projeto eram “recomendadas pela ciência e aconselhadas por uma prática esclarecida na construção das grandes pontes”.<sup>132</sup>

---

<sup>128</sup> O Ocidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, nº297, de 21 de março de 1887, p.67.

Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1887/N297/N297\\_master/N297.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1887/N297/N297_master/N297.pdf)

<sup>129</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro – *As Pontes do Lucala na Província de Angola*, op. cit. p.9.

<sup>130</sup> Idem, p. 28.

<sup>131</sup> Idem, p. 29.

<sup>132</sup> Idem, p. 34. Na apresentação minuciosa do projeto, técnica e orçamental, Claudino de Sousa e Faro alude ao facto das reformulações feitas, por exigências de ordens superiores, do conselheiro Guilherme Augusto de Brito Capelo. Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_governadores\\_coloniais\\_de\\_Angola](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_coloniais_de_Angola)

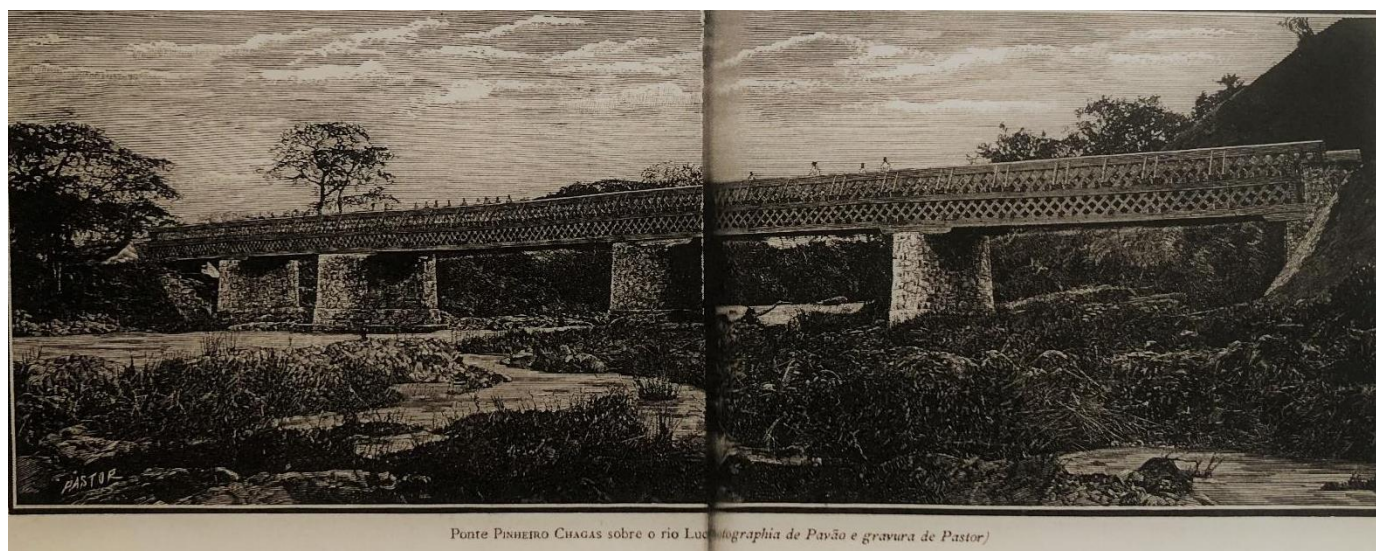


Fig. 26. Ponte Pinheiro Chagas sobre o rio Lucala.

O projeto de construção do Hospital Maria Pia teve como mentores José Batista de Andrade, Caetano Alexandre de Almeida Albuquerque, Vasco Guedes de Carvalho Meneses e José Cordeiro d'Araújo Feio.<sup>133</sup> O edifício do Hospital Maria Pia veio a ser uma obra projetada por Claudino de Sousa e Faro, em 1875<sup>134</sup>. Os trabalhos iniciaram-se em 4 de junho de 1877, após aprovação das alterações pelo conselho técnico. Tais alterações foram motivadas por critérios económicos, questões de irregularidade do terreno, ventilação do edifício e aspetos decorativos na fachada principal.<sup>135</sup> A obra foi construída num terreno anteriormente ocupado pelo Convento de S. José e junto ao antigo cemitério, e sofreu várias interrupções até à sua finalização. Foi inaugurada em 1 de julho de 1883.<sup>136</sup>

O hospital era constituído por seis corpos, cada um com de 92 m de comprimento, separados por cinco pátios abertos, cujas larguras oscilavam entre os 9,8 e 21m. A superfície total do edifício era de 14,533 m<sup>2</sup>, com capacidade para 212 doentes. Tinha 192 enfermarias, 32 quartos particulares e para oficiais. As doenças infecciosas seriam tratadas numa barraca de

<sup>133</sup> Cf. [http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/files/pdf/d\\_mariapia.pdf](http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/files/pdf/d_mariapia.pdf).

<sup>134</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, OP 13902. Angola Hospital in 867\_1. Cod. Dep. Atual 1L. SEMU. Cx. 1876\_1881. Obras Públicas. Angola.

<sup>135</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório das Direções de Obras Públicas e Outros Documentos nas Possessões de África, 1876-1881, p. 22. Sobre o início e processo de construção do Hospital Maria Pia existem outras informações sobre a data de início da obra oitocentista, sendo apontado o ano de 1865 como data de início da sua construção, a qual terá sido concluída em 1883. Veja-se, <https://hpi.org/pt/Heritage/Details/65>.

<sup>136</sup> Cf. [http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/files/pdf/d\\_mariapia.pdf](http://www.arquitecturasdasaude.pt/main/files/pdf/d_mariapia.pdf)

construção mais económica. A demora na conclusão da obra esteve sobretudo ligada à falta de materiais como ferro e telha oriundos de Marselha.<sup>137</sup>

O orçamento do projeto foi noticiado em 112.000.000 réis e teve a aprovação dos poderes públicos,<sup>138</sup> porém no relatório de obras públicas da província de Angola, Claudino de Sousa e Faro estima o valor total final da obra em 157.725.286 réis, aproximadamente.<sup>139</sup> Provavelmente, o facto de ser considerado um edifício antigo e emblemático do bairro alto da cidade de Luanda, sede do Convento de São José, construído em 1604 pelos franciscanos, que já não reunia as condições necessárias para prestar um bom serviço aos utentes, validou a obra dispendiosa e o processo de construção, que foi lento devido ao “irregular acidentado terreno”.<sup>140</sup>

O projeto teve a aprovação dos poderes públicos e foi amplamente noticiado pela imprensa da época. Caracterizado como “verdadeiramente monumental em terra d’Africa”, estava bem situado era dotado de bons recursos. O edifício possuía 20 janelas, as quais lhe conferiam um traço arquitetónico moderno. A infraestrutura estava preparada para receber em “condições ordinárias 300 e extraordinariamente 500 enfermos.”<sup>141</sup> A obra incluía ainda espaços exteriores ajardinados e capela além de outras casas anexas como: habitação para o diretor e para o farmacêutico, farmácia, laboratório, lavandaria e arrecadações.<sup>142</sup>

Ainda sobre o período de Claudino de Sousa e Faro na província de Angola encontramos em registo no Diário do Governo, a notícia da Direção do Montepio Oficial que regista a relação dos funcionários civis e militares admitidos como sócios do Montepio Oficial<sup>143</sup> nos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 1876, onde consta “Claudino Augusto

---

<sup>137</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório das Direções de Obras Públicas e outros Documentos nas Possessões de África 1876-1881, op. cit., p. 24.

<sup>138</sup> Revista África Ilustrada, nº1, de 14 de agosto de 1892, p. 77.

Em notícia datada de 23 de outubro de 1875 da revista África Ilustrada, dinamizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, era vasta a informação sobre a cidade de “Loanda”, nomeadamente sobre o Hospital Maria Pia e Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro “que honra a escola da Índia de que é filho, o qual elaborou o grande projeto.”

<sup>139</sup> Livro-Relatório das Direções de Obras Públicas e outros documentos nas possessões de África, op. cit., p. 25.

<sup>140</sup> Idem, ibidem, p. 78.

<sup>141</sup> Revista O Ocidente, nº692 de 20 de março de 1898, p. 58.

<sup>142</sup> Idem, p. 58-59.

<sup>143</sup> Veja-se PISTOLA, Renato José Bogalho da Silva, Entre o Mutualismo e o Capitalismo. Os caminhos do Montepio Geral. Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2018. P.215. Tese de doutoramento. O autor refere que contrariamente a outras associações que se regiam por lógicas profissionais e limites geográficos, o Montepio defendia uma abrangência profissional e geográfica maior, apesar de nem sempre ter existido uma posição pacífica sobre a situação, entre os sócios instituidores, numa fase inicial da sua existência.

Carneiro de Sousa e Faro, capitão de engenheiros do Estado da Índia, inserido em fevereiro de 1876”. Refira-se que esta associação mutualista foi aprovada em 25 de agosto de 1840 por D. Maria I, e nos estatutos não considerava qualquer proibição geográfica para a admissão de sócios.<sup>144</sup>

Em 16 de junho de 1886 o Boletim Militar do Ultramar noticiava a exoneração do major do Exército da África Ocidental “Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro, do cargo de diretor das Obras Públicas da província de Angola, lugar para que fora transferido por decreto de 5 de novembro de 1884.”<sup>145</sup>



Fig.27. Hospital D. Maria Pia, Luanda.

---

<sup>144</sup> Diário do Governo, nº 77, de 7 de abril de 1876, p. 5. Disponível em: <https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

<sup>145</sup> Diário do Governo, nº 147, 5 de julho de 1886, p. 12. Disponível em: <https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

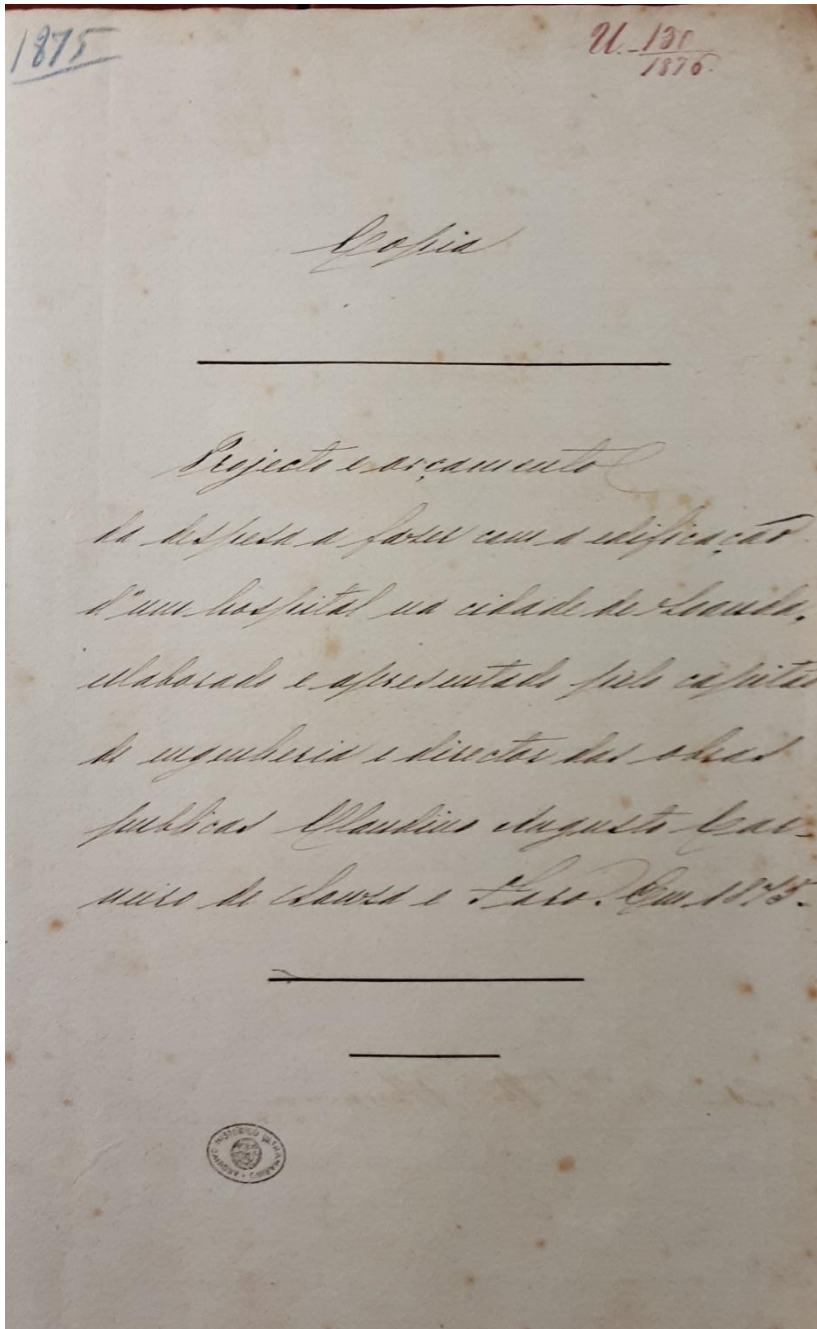


Fig. 28. Capa do Projeto e Orçamento da edificação do Hospital de Luanda, 1875.

### **2.1.2. Direção de Obras Públicas de Cabo Verde (1876-1881)**

Conforme referimos anteriormente, em 1876, a 29 de março, Claudino de Sousa e Faro foi indicado para ser diretor do quadro do pessoal técnico das Obras Públicas de Cabo Verde, tendo ocupado o cargo em setembro e transitado em novembro, para o quadro do Exército de África Ocidental. Em setembro de 1877 é nomeado chefe de uma expedição extraordinária na província de Cabo Verde, no âmbito das expedições de Obras Públicas lançadas pelo Ministro João de Andrade Corvo, que potenciaram o desenvolvimento nas colónias ultramarinas africanas. Em 1879 foi pedida a sua substituição no cargo e nomeado um inspetor, pelo Ministro Tomás Ribeiro, para apreciar os atos da direção que concluíram sobre a regularidade das contas esplanadas nos mapas dos trabalhos apresentados. Claudino de Sousa e Faro manteve-se em Cabo Verde e concluiu a comissão em 1881. Entre 1881 e 1884 foi nomeado diretor das Obras Públicas de direção e fiscalização de algumas obras e na supervisão de São Tomé e Príncipe.<sup>146</sup> Durante este período no território de Cabo Verde, trabalhou com quatro governadores diferentes, aos quais respondia diretamente, alguns dos quais governaram por períodos muito reduzidos. No período entre 1869-1876, era governador da província de Cabo Verde, Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, nomeado posteriormente, ainda em 1876, governador geral da província de Angola e em 1878, governador geral da Índia. Sucedeu-lhe na governação de Cabo Verde, em 1877, Guilherme Quintino Lopes de Macedo, que além das funções de governador da referida província, foi Deputado eleito pelas listas do Partido Regenerador e colaborador próximo de Fontes Pereira de Melo. Em 1878 o cargo de governador é assumido por Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, que já tinha sido governador geral de Moçambique em 1853, sendo nomeado ainda em 1878, governador geral de Angola, cargo no qual se manteve até 1880. Entre 1879 e 1881, a governação da província de Cabo Verde esteve a cargo de António do Nascimento Pereira de Sampaio.<sup>147</sup>

Claudino de Sousa e Faro, em Cabo Verde, lidou com as adversidades do clima e da geologia do arquipélago, como diretor (1876-1881) e como inspetor de Obras Públicas do Ultramar (1887-1892). Bateu-se pela superação do atraso económico da província, tendo sido

---

<sup>146</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares-2S-D1, 915, PT. 8A, Proc. 137 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1890-1899).

<sup>147</sup> Cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_governadores\\_de\\_Cabo\\_Verde](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Cabo_Verde)

responsável por várias obras nas Ilhas do Arquipélago, nomeadamente, na ilha de Santiago, Maio, Fogo, Brava, Santo Antão e Boavista, as quais apresentaremos de forma esquematizada.

A situação problemática subjacente às várias ilhas, em particular a questão das fomes, levou Claudino de Sousa e Faro a elaborar um exaustivo estudo em *As Crises Alimentícias no Arquipélago de Cabo Verde*. Tal estudo, baseado num questionário estatístico e precedido de um relatório, dá entrada na secretaria da Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde em 26 de julho de 1890. Claudino de Sousa e Faro era então tenente coronel inspetor. O referido estudo elencou as causas das periódicas crises alimentícias do Arquipélago, e apresentou estratégias de superação, sem as quais considera ser impossível o desenvolvimento do Arquipélago de Cabo Verde.<sup>148</sup>

Apesar das más notícias transmitidas pela imprensa, denunciando a débil exploração das ilhas de Cabo Verde, com impacto no insignificante comércio e no desalento que pairava no Reino,<sup>149</sup> outras notícias foram divulgadas com natural satisfação. Referimo-nos à notícia do investimento do Banco Ultramarino na ilha de Santo Antão, na plantação de cafeeiros, e na ilha do Fogo, nas sementeiras de algodão.<sup>150</sup> O incentivo ao investimento da metrópole, económico e científico, foi também defendido por António Lobo Almada Negreiros, administrador do concelho da Ilha de São Tomé e homem conhecedor da realidade dos territórios do ultramar. O referido administrador argumentou que Cabo Verde apesar de ser um arquipélago de adversidades, era também território de potencialidades agrícolas.<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, nº32, de 9 de agosto de 1890, p. 171-174.

<sup>149</sup> Revista Universal Lisbonense, nº9, de 29 de agosto de 1845, p.97 e 98. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1845-1846/Agosto/N.%C2%BA%20009/N.%C2%BA%20009\\_item1/P2.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1845-1846/Agosto/N.%C2%BA%20009/N.%C2%BA%20009_item1/P2.html)

<sup>150</sup> Relativamente à produção de café e de algodão, estes produtos integram o Questionário Estatístico formulado por Claudino de Sousa e Faro: na questão 18 “Há plantações de café? Que extensão ocupam? A quanto se eleva a colheita? A que despesas obriga? Qual o seu preço mais próximo de consumo? Quanto se exporta? Sobre o algodão, na questão 21 “Que desenvolvimento tem as plantações de algodão? Quantos hectares ocupam? Quais as espécies mais espalhadas?”

<sup>151</sup> NEGREIROS, António Lobo de Almada – *L'Agriculture dans les colonies portugaises*, Mémoire présenté à la première Reunion Internationale d'Agronomie Coloniale, apud PACHECO, Cármen – *O Pensamento Económico de António Lobo Almada Negreiros (1868-1939)*, p.23. Cita-se: “Malgré toutes ces causes de déchéance et de décadence, les principales cultures d'île ont progressé. Faisant toujours la comparaison des vingt dernières années, nous constatons qu'en 1885 l'archipel a exporté à peine pour 210.000 Fr. de purgueira. Quant à l'exportation du café, elle demeure stationnaire. Elle ne s'est élevée, en 1885, qu'à 200.000 francs environ. (...) Il serait, cependant, à souhaiter que le gouvernement de la métropole, aidé des colons de l'archipel, pût procéder, sans retard, - e d'une façon tout à fait scientifique, - au boisement de ces contrées arides, en y essayant un système d'irrigation approprié, qui transformerait avantageusement la culture du sol.»

O trabalho técnico de Claudino de Sousa e Faro foi explanado no relatório da direção de Obras Públicas de Cabo Verde, em cumprimento do decreto de 4 de setembro de 1877, no qual se informa sobre os trabalhos da direção “durante o período de dez meses, decorridos desde 15 de novembro do ano próximo passado, dia em que cheguei a esta província, até à presente data.”<sup>152</sup> Em conformidade com o citado relatório, Claudino de Sousa e Faro realça o fator das diferenças entre as ilhas que compõem o Arquipélago, na estrutura e disposição orográfica do solo e no clima, como fatores determinantes no aproveitamento dos recursos naturais. O relatório minuciosamente descritivo de cada ilha, apresenta os projetos de melhorias, concluídos ou em vias de conclusão.

Verificámos o cuidado do engenheiro na justificação das opções tomadas nas obras em que atuou e que projetou nas diversas ilhas, e que apresentaremos de seguida.

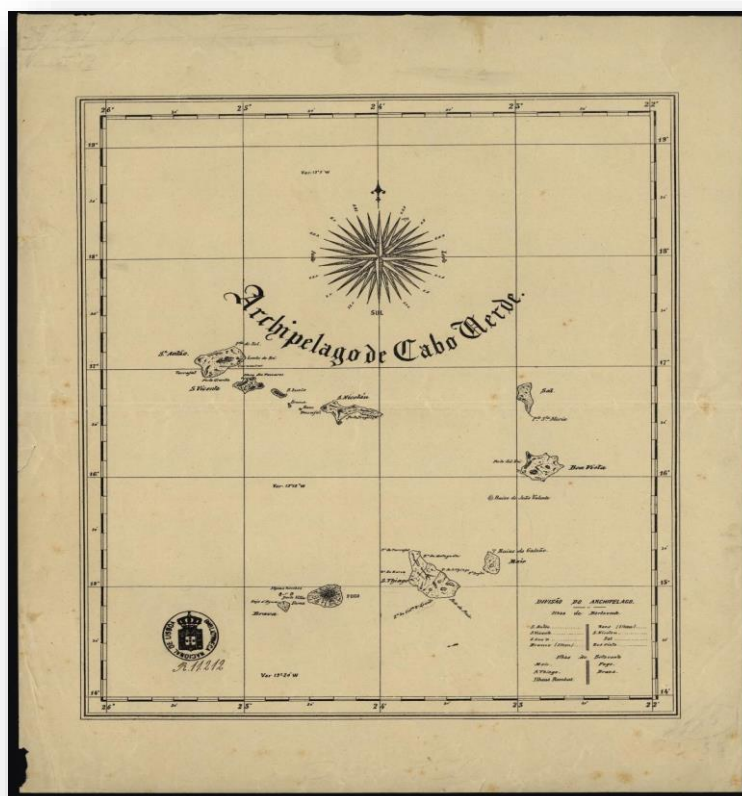


Fig. 29. Mapa do Arquipélago de Cabo Verde.

<sup>152</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório da Direção de Obras Públicas da Província de Cabo Verde, 1 de outubro de 1879, diretor Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro, p. 1.

## Trabalhos Projetados e executados na província de Cabo Verde

### Ilha de Santiago

São realizadas as obras:

- Projeto da Ponte Ribeira dos Órgãos, maio de 1878
- Ponte cais no porto, dezembro de 1878
- Nova alfandega
- Projeto da Enfermaria barraca anexa ao hospital, setembro de 1878
- Ampliação do quartel militar, dezembro 1878
- Estrada da alfandega, fevereiro de 1878
- Projeto do Palácio residência de governadores, maio de 1878
- Aterro da alfandega, junho de 1878

### Ilha de Maio

São propostos em 1878, melhoramentos para:

- Casa da alfandega
- Projeto do Cais da alfandega
- Projeto de melhoria da Área de terreno salinável
- A construção da Igreja Matriz

### Ilha do Fogo

São propostos em 1878, estudos, para:

- Projeto de construção da estrada carreteira de ligação do porto de São Filipe à praia Ladrão
- Continuação das obras na Igreja Matriz

### Ilha Brava

São propostos em 1878, melhoramentos para:

- Ponte na Ribeira da Furna
- Estrada de ligação ao porto de Fajã
- Estrada de acesso à Fonte do Vinagre
- Projeto do Cais do porto da Furna

### Ilha de S. Vicente

- Melhorias no Porto Grande de S. Vicente
- Projeto de ampliação da alfandega, maio de 1878
- Instalação de faróis no canal de Santo Antão

### Ilha de Santo Antão

- Conclusão da Igreja Matriz da vila da Ribeira Grande, janeiro de 1879.
- Conclusão do quartel militar e Projeto para ampliação do edifício com uma cadeia civil, agosto de 1878
- Estudo da estrada de ligação dos concelhos Ribeira Grande ao Paul

### Ilha da Boavista

- Melhoramentos na cobertura da Alfândega
- Projeto da Ponte-cais, agosto de 1878
- Conclusão de uma Igreja

Consideramos que o trabalho desenvolvido pelo diretor de Obras Públicas Claudino de Sousa e Faro, na província de Cabo Verde, foi de grande envergadura. Apesar das contingências com que se debateu, as quais menciona no relatório apresentado em 1 de

outubro de 1879 à Direção de Obras Públicas da Província de Cabo Verde,<sup>153</sup> realizou trabalhos que contemplaram várias ilhas do Arquipélago. No referido relatório, o engenheiro alude às dificuldades de comunicação entre as ilhas, considera-as demoradas e incertas e menciona o problema da falta de pessoal do quadro técnico em especial a falta de condutores de 1ª e 2ª classe habilitados ao serviço de supervisão e fiscalização dos trabalhos de campo e de gabinete.<sup>154</sup> Mais uma vez era considerado o problema recorrente dos recursos humanos para desenvolver os trabalhos das obras.

Sobre as questões relacionadas com o pessoal nomeado para as Obras Públicas, considerámos pertinente a informação que encontrámos em registo no Diário do Governo, onde se refere a apresentação da relação nominal do pessoal nomeado para as Obras Públicas da província de Cabo Verde, aprovada em 27 de junho de 1878, na qual Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro foi nomeado engenheiro diretor, acompanhado de um engenheiro subdiretor, de quatro condutores de primeira classe, de quatro condutores de segunda classe, de três condutores auxiliares, de dois desenhadores e de um ferramenteiro geral. Há também referência às importâncias abonadas por adiantamento aos empregados das Obras Públicas da província de Cabo Verde, num total de 2.311.000.000 réis.<sup>155</sup> Considerando a informação e tendo presente o número de ilhas do Arquipélago, o pessoal nomeado era claramente insuficiente constituindo um obstáculo à realização célere das obras identificadas como necessárias nas várias ilhas do Arquipélago. Claudino de Sousa e Faro demonstra essa preocupação ao longo do seu trabalho desenvolvido em território africano.

O engenheiro militar realizou trabalho em sete ilhas do arquipélago, trabalho esse desenvolvido no ano de 1878 e que se desdobrou em acabamentos e melhorias de obras já iniciadas. Deve-se-lhe a autoria do projeto da Ponte sobre a Ribeira dos Órgãos, na Ilha de S. Tiago, que permitiu a ligação direta à cidade da Praia e a deslocação de pessoas e produtos agrícolas. A sua execução deu-se num sistema misto em alvenaria, ferro e madeira “muito recomendado pelos engenheiros franceses, e com frequência empregado nas grandes redes de estradas e caminhos de ferro dos países estrangeiros.”<sup>156</sup> A ponte de 16,85m, com tabuleiro

---

<sup>153</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório das Direções de Obras Públicas e Outros Documentos nas Possessões de África, 1876-1881, p. 14.

<sup>154</sup> Idem, p. 14.

<sup>155</sup> Diário do Governo nº 151, de 10 de julho de 1878. Disponível em: <https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

<sup>156</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório das Direções de Obras Públicas e Outros Documentos nas Possessões de África, 1876-1881, p. 14.

de ferro foi orçamentada em 5.800.000 réis e mandada executar por portaria do governo geral nº158 de 22 de maio de 1877. A conclusão foi morosa por falta de mão de obra e pela distância, de cerca de 30 km, do local da obra à Cidade da Praia, situação que dificultou o transporte de materiais de construção. O Palácio de residência dos governadores foi outro projeto de Claudino de Sousa e Faro justificado pelo facto de Cabo Verde ser a única província onde o governador habitava uma casa arrendada e sem as devidas comodidades de alojamento da primeira autoridade da província. O edifício foi orçado em 33.000.000 réis, aprovado em sessão do conselho técnico de 11 de maio de 1877.<sup>157</sup> Elaborou ainda o projeto da Enfermaria-barraca, anexa ao hospital da Praia, com capacidade para vinte e quatro doentes, pensado de forma a melhorar as condições higiénicas da edificação, com janelas à semelhança dos hospitais modernos para permitir a “renovação do ar” e a cobertura era do sistema Reiterdach<sup>158</sup> adotado nos modernos hospitais da América e Europa e ensaiado nas enfermarias-barracas anexas ao hospital Estefânia em Lisboa.<sup>159</sup> O orçamento do projeto foi de 6.000.000 réis. O quartel militar, da cidade da Praia, sofreu obras de ampliação, com a construção de mais de seis “casas espaçosas” tendo-se concluído.<sup>160</sup> Foram concluídos alguns trabalhos e foram iniciadas obras de melhoramento, durante o ano de 1878. O relatório de obras públicas refere ainda a realização de obras num edifício espaçoso com seis casas grandes destinado a escolas, biblioteca e museu. É referida a construção, quase concluída, de uma casa para autópsias e mortuária, junto ao hospital militar e civil.<sup>161</sup>

O engenheiro militar procedeu a reparações em praticamente todos os edifícios públicos e defendeu a necessidade de estudos sobre a rede de comunicações interiores, nomeadamente, a estrada de ligação do porto de Pedra Badejo ao centro da freguesia de S. Lourenço, junto à ponte em construção sobre a Ribeira dos Órgãos. Propôs-se agilizar a comunicação na região leste da ilha e garantir as necessidades de comércio da região.<sup>162</sup>

Na ilha do Maio, Claudino de Sousa e Faro constatou a existência de muitas casas em ruínas. Estava em construção a edificação da casa da alfândega e o engenheiro defendeu a necessidade de fazer o projeto de obras no cais para garantir a segurança no embarque e

---

<sup>157</sup> Idem, p. 5.

<sup>158</sup> Sistema que permitia a renovação do ar.

<sup>159</sup> Idem, p. 7.

<sup>160</sup> Idem, p. 7.

<sup>161</sup> Idem, p. 7.

<sup>162</sup> Idem, p. 8.

desembarque. Parece-nos, porém, que a ação de maior responsabilidade terá sido no estudo para recuperação da área de terreno salinável desta ilha. Considerada pela sua riqueza, dela dependia economicamente grande parte da sua população. Claudino de Sousa e Faro é incumbido pelo governador geral de projetar as obras de arte e os melhoramentos “de que ela carece”.<sup>163</sup>

Na Ilha do Fogo, o seu trabalho foi dedicado ao estudo do terreno numa área de 12 km para projetar a estrada de ligação entre o porto S. Filipe e a Praia Ladrão. Esta era uma ilha sem qualquer edifício público pertencente ao Estado.<sup>164</sup>

Na ilha Brava projetou o cais no Porto da Furna e uma obra de arte na passagem da ribeira da Furna.<sup>165</sup>

Na ilha de S. Vicente fez o projeto de ampliação do espaço da alfândega, tendo aproveitado o espaço “devoluto à retaguarda do edifício” numa área de 370 m<sup>2</sup>.<sup>166</sup> Propôs, ainda, a colocação de um farol na ponta Este de Santo Antão, dada a boa localização do Porto Grande de S. Vicente para navegação transatlântica.<sup>167</sup>

Na ilha de Santo Antão, Claudino de Sousa e Faro, apresentou o projeto de ampliação do quartel militar com inclusão de um espaço destinado ao funcionamento de uma “cadeia civil”, obra orçamentada em 2.000.000 réis e autorizada por portaria do governo geral nº224 de 21 de fevereiro.<sup>168</sup>

Na Ilha da Boa Vista projetou a ponte-cais no porto de Sal Rei, a obra foi orçada em 2.000.000 réis e autorizada pelo governo geral nº230 de 7 de setembro.<sup>169</sup>

---

<sup>163</sup> Idem, p. 10.

<sup>164</sup> Idem, p. 11.

<sup>165</sup> Idem, p. 12.

<sup>166</sup> Idem, p. 12.

<sup>167</sup> Claudino de Sousa e Faro defende a necessidade da instalação de faróis no Arquipélago no relatório de Obras Públicas de Cabo Verde. Na Ilha de S. Vicente destaca que “torna-se indispensável a colocação de um farol na ponta E da ilha de Santo Antão. É de necessidade que o alcance deste farol não seja inferior a 20 milhas (...) Para o navio que avista o farol da ponta L da ilha de Santo Antão poder facilmente demandar o Porto Grande da ilha de S. Vicente, é indispensável que a entrada deste porto seja indicada por outro farol, que pode ter menor alcance que o primeiro, e que deve de preferência ser colocado no ilhéu dos Pássaros. A escolha deste local, de preferência nas pontas N e S da baía do ancoradouro, é determinada pela razão de que a luz no ilhéu alumia as duas entradas do canal. É também conveniente a colocação de uma luz de porto com alcance mínimo de 3 milhas no desembarcadouro da vila do Mindelo (...) Completarão mais tarde o sistema de iluminação marítima alguns faróis nas outras ilhas, merecendo preferência pelas vantagens que imediatamente resultam à navegação, e que eu procurarei justificar em relatório especial, a colocação na ponta meridional da ilha de Santo Antão, na ponta oeste da ilha de S. Vicente, na ponta N da ilha do Sal, na ponta L da ilha de S. Nicolau, no ilhéu do porto de Sal Rei da Boa Vista, na ponta N e na ponta da Temerosa ao S da ilha de S. Tiago.”p. 12.

<sup>168</sup> Idem, p. 13.

<sup>169</sup> Idem, p. 14.

Concluimos que Claudino de Sousa e Faro, além das obras de melhoria nas edificações degradadas, apresentou projetos de obras em sete ilhas do Arquipélago de Cabo Verde e o seu trabalho foi reconhecido na avaliação feita em assento biográfico do seu desempenho.<sup>170</sup> Em artigo de opinião da imprensa, no jornal *As Colónias Portuguesas*, é comentado o trabalho que realizou como diretor das Obras Públicas de Cabo Verde e como chefe da expedição extraordinária de Obras Públicas:

“Deixava ultimada a alfândega da Praia, a igreja matriz da ilha do Fogo, os Paços do Conselho, casa da administração e igreja matriz da ilha de Santo Antão (...) Projetara e realizara na ilha da Boa Vista uma ponte-cais; na ilha de S. Tiago, o grande aterro marginal da baía, a ponte cais numa extensão de 125 metros, que recebeu o nome do infante D. Henrique inaugurada em 15 de agosto de 1880; a ponte metálica *Príncipe D. Carlos* sobre a grande ribeira dos Órgãos, inaugurada a 31 de outubro, e o farol da ponta de Temerosa. Deixava ainda projetadas e em via de conclusão, na ilha de S. Tiago uma enfermaria-barraca, anexa ao hospital da Praia, a estrada da Ribeira da Barca, e a que liga os concelhos da Praia e de Santa Catarina, e em S. Vicente o farol do ilhéu dos Pássaros. É também realização de um projeto seu, aprovado superiormente, o grande lazareto de S. Vicente.”<sup>171</sup>

Apesar do trabalho desenvolvido, Claudino de Sousa e Faro foi alvo de contestação por parte de um grupo de cidadãos, habitantes de Cabo Verde. Maioritariamente negociantes da Cidade da Praia, estes apresentaram em 12 de fevereiro de 1879 um abaixo assinado de 53 habitantes da província de Cabo Verde. Questionaram a gestão da administração de fundos e a fraca execução das obras públicas e solicitavam a substituição do diretor Claudino de Sousa e Faro “por um engenheiro competente e habilitado”.<sup>172</sup> Constituída por negociantes, três proprietários e dois advogados, a representação de cidadãos considerava que as obras realizadas tinham sido escassas e de má qualidade. Pugnavam pela má utilização de fundos “desbaratados sem proveito não se tendo concluído nenhuma obra importante”, e

---

<sup>170</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Governo Geral da Província de Cabo Verde, 3ª repartição, ofício nº42: assentamento de registo biográfico. Transcreve-se parte do texto que integrava o ofício emitido: “Por esta ocasião cumpre-me igualmente a honra de passar a Vª Exª a confirmação do capitão Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro no cargo de Diretor das Obras Públicas desta província que tem exercido desde novembro de 1877. O zelo com que tem desempenhado os deveres do seu cargo e a proficiência demonstrada em todo o seu serviço, que tem sido profícuo e relevante dão-lhe incontestável direito a esta confirmação.”

<sup>171</sup> FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e – *As Pontes do Lucala na Província de Angola*, op. cit., p. 69-70.

<sup>172</sup> Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, doc. 86, Processo de Exoneração de Claudino de Sousa e Faro, 1879.

denunciavam o abandono a que tinha sido votada a Guiné, com as fortalezas degradadas as estradas intransitáveis e a falta de arborização necessária à agricultura. As queixas foram reportadas ao Governo e Claudino de Sousa e Faro procedeu à elaboração de um relatório esclarecendo a aplicação dos fundos e especificando as obras feitas, e atribuiu a situação a vingança pessoal, por parte de José Pereira de Borja, filho do então agente do Banco Ultramarino. O engenheiro solicitou, ainda, a nomeação de um delegado visitador ou inspetor, para se inteirar da situação da direção de Obras Públicas e esclarecer equívocos. Claudino de Sousa e Faro contou com o apoio do governador, António do Nascimento Sampaio, que o considerou um bom empregado “que tem prestado contas com a devida regularidade, que as obras lhe parecem estarem feitas com solidez e com todos os preceitos da economia”, não havendo fundamento nas acusações feitas. Em ofício datado de 30 de maio de 1881, assinado pelo Governo Geral da Província e pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios e Marinha do Ultramar, era reconhecida a inteligência e instrução, bem como o comportamento e zelo na dedicação ao serviço de obras na província ao diretor Claudino de Sousa e Faro, não se verificando razão para não continuar a exercer o bom trabalho.<sup>173</sup>

Claudino de Sousa e Faro cumpriu a comissão em Cabo Verde e regressou a 15 de maio de 1881 para Lisboa. Assumiu em novembro de 1881 as funções de diretor de Obras Públicas em São Tomé e Príncipe onde se manteve até 1884.<sup>174</sup>

Considerámos pertinente uma informação sobre a publicação do Regulamento para a Administração e Fiscalização das Obras Públicas da província de Cabo Verde. Regulamentada no decreto de 4 de setembro, fixou o quadro do pessoal técnico que seria empregue nos serviços, que apresentamos no quadro abaixo (fig.30). Nesta publicação do Diário do Governo consta ainda a distribuição de 1.000.000.000 de réis “levantados por empréstimos para serem exclusivamente empregados na consecução e conservação de obras e melhoramentos públicos nas províncias de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.”<sup>175</sup> A referida publicação espelhou as consequências da aprovação da Carta de Lei de 12 de abril de 1876.

---

<sup>173</sup> Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Governo Geral da Província de Cabo Verde, 2ª Repartição folha 88, Processo de Exoneração de Claudino de Sousa e Faro, 1881.

<sup>174</sup> Claudino de Sousa e Faro, [http://eviterbo.fcsb.unl.pt/wiki/Claudino\\_de\\_Sousa\\_e\\_Faro](http://eviterbo.fcsb.unl.pt/wiki/Claudino_de_Sousa_e_Faro).

<sup>175</sup> Diário do Governo, nº 208 de 15 de setembro de 1877. <https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

Por fim, encontrámos a notícia da licença concedida ao oficial “por motivo de moléstia”, em que lhe é permitido um período de 90 dias para fazer tratamentos, em 2 de junho de 1881. O oficial havia seguido viagem para Lisboa a 15 de maio do mesmo ano, como já referimos, após ter completado a comissão na província de Cabo Verde.

Concluímos que Claudino de Sousa e Faro deixou evidências no trabalho realizado na província de Cabo Verde. Sem agradecer a todos, o que também é uma impossibilidade, contornou obstáculos e teve foco na atuação realizada nas várias ilhas do Arquipélago por onde circulou, tendo em conta as necessidades locais de cada uma. Destaca-se a grande urgência na melhoria das acessibilidades pois estas decidiam o sucesso económico nos territórios ultramarinos e o objetivo da política colonial era mesmo esse, rentabilizar o espaço ultramarino e não o tornar uma agravante da condição económica da metrópole.

**Tabella dos vencimentos mensaes do pessoal destinado ás obras publicas na provincia de Cabo Verde, approvada por decreto d'esta data**

Categories	Saldo ou ordenado	50 por cento do saldo ou ordenado	Gratificações	Ajudas de custo	Total mensal
1 Engenheiro director, a .....	30,5000	15,5000	30,5000	45,5000	120,5000
1 Engenheiro sub-director, a .....	30,5000	15,5000	30,5000	45,5000	120,5000
4 Conductores de 1.ª classe, a .....	30,5000	15,5000	10,5000	24,5000	79,5000
4 Conductores de 2.ª classe, a .....	25,5000	12,5000	5,5000	18,5000	60,5000
3 Conductores auxiliares, amanuenses, a .....	25,5000	12,5000	-5-	-5-	37,5000
2 Conductores auxiliares, desenhadores, a .....	25,5000	12,5000	-5-	-5-	37,5000

Paço, em 8 de setembro de 1877. — José de Mello Gouveia.

Fig. 30. Tabela de vencimentos mensais do pessoal de Obras Públicas de Cabo Verde, 1877.

Achando-se fixado, por decreto regulamentar de 4 do presente mez, o quadro do pessoal tecnico que tem de ser empregado no serviço de obras publicas da provincia de Cabo Verde: hei por bem nomear para constituirem o dito quadro os individuos abaixo mencionados, cujos vencimentos constam da tabella junta.

Engenheiro director

Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro, capitão de engenheiros do estado da India.

Engenheiro sub-director

Joaquim José Fernandes Arez, tenente de engenheiros do estado da India.

Conductores de 1.ª classe

Arthur Gomes da Silva, conductor de 3.ª classe das obras publicas em Angola.

José Jacinto Lino da Costa Monteiro, alferes de infantaria do exercito do reino.

Antonio Xavier Crato, alferes da infantaria do exercito do reino e conductor de obras publicas em Cabo Verde.

Gaspar Candido Taveira, conductor auxiliar de obras publicas no districto de Bragança.

Conductores de 2.ª classe

Bernardo Pereira de Sá Nogueira, alferes da guarnição da provincia de S. Thomé e Príncipe.

Rodrigo Jayme Correia, alferes do exercito de Portugal, conductor de trabalhos em Cabo Verde.

Jayme Thesouro de Mendonça, primeiro sargento aspirante a official de caçadores n.º 3 do exercito de Africa.

Olympio Justino Rosado e Silva.

Conductores auxiliares para servirem n'esta qualidade e na de desenhadores e manicueiros

Francisco de Carvalho Nogueira Junior, primeiro sargento de cavallaria n.º 4.

Antonio Bernardo de Freitas Tavares Amorim, primeiro sargento de cavallaria n.º 4.

José Diogo Rodrigues Madeira, sargento ajudante do batalhão de caçadores n.º 5.

Paulino Filippe da Silva, primeiro sargento graduado, aspirante a official de caçadores n.º 5.

Francisco Carlos Xavier Henriques, primeiro sargento graduado, aspirante a official de caçadores n.º 5.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 8 de setembro de 1877. — RFI. — José de Mello Gouveia.

Fig. 31. Quadro de pessoal técnico do serviço de Obras Públicas de Cabo Verde (1877).



Fig. 32. Palácio do Governador, Praia, Ilha de Santiago, 2022.



Fig. 33. Quartel militar, Praia, Ilha de Santiago, 2022.



Fig. 34. Alfândega no Mindelo, Ilha de São Vicente, 2022.

### 2.1.3. Direção de Obras Públicas de São Tomé e Príncipe (1881-1884,1892)

Claudino de Sousa e Faro foi nomeado diretor de Obras Públicas de São Tomé e Príncipe por decreto de 18 de agosto de 1881, pelo ministro Júlio de Vilhena.<sup>176</sup> Desempenhou funções nesta província entre 1881 e 1884.<sup>177</sup> Esteve nesta província “desde 29 de novembro de 1881, acedendo à solicitação da câmara municipal, feita por intermédio do governo da província procede à montagem do tabuleiro metálico numa ponte por ele projetada.”<sup>178</sup>

Durante o período em que exerceu funções em São Tomé e Príncipe, teve como governadores, Augusto Maria Leão (1881-1882), Francisco Teixeira da Silva (1882-1884) e Custódio Miguel de Borja (1884-1886).<sup>179</sup> Em vários relatórios de avaliação anual de Claudino de Sousa e Faro, constam boas apreciações e elogios ao seu trabalho. O governador Francisco Teixeira da Silva menciona no relatório correspondente ao ano de 1883 “faço bom juízo deste empregado. É inteligente”. No relatório de 1885 também o governador Custódio Miguel Borja mencionava que “este funcionário me merece muito bom conceito. É inteligente, ativo e muito dedicado ao serviço a seu cargo e zeloso no cumprimento geral dos seus deveres.”<sup>180</sup> Pela informação constante nas fontes do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (AHSTP), os serviços prestados na qualidade de diretor de Obras Públicas, foram diversos, contemplando trabalhos em estradas, elaboração de projetos, direção e fiscalização de obras e superintendência das mesmas. Consta ainda o levantamento que fez da planta da Vila de Santa Cruz dos Angolares no planalto sobranceiro a Angra de S. João, na zona leste da ilha, em 1883 de forma a poder estruturar as acessibilidades de comunicação com o resto da ilha, uma vez que eram inexistentes.

---

<sup>176</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares 12-D1, 3231, PT. 6A, Proc. 35 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1878-1884).

<sup>177</sup> Claudino de Sousa e Faro. e Viterbo [http://eviterbo.fcsh.unl.pt/wiki/Claudino\\_de\\_Sousa\\_e\\_Faro](http://eviterbo.fcsh.unl.pt/wiki/Claudino_de_Sousa_e_Faro)

<sup>178</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, 765 1D UM cx.1874-1923 Processos Individuais STP.

<sup>179</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_governadores\\_de\\_S%C3%A3o\\_Tom%C3%A9\\_e\\_Pr%C3%ADncipe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe)

<sup>180</sup> Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, cx.184, pasta nº2, Secretaria Geral do Governo, Obras Públicas, Claudino de Sousa e Faro.

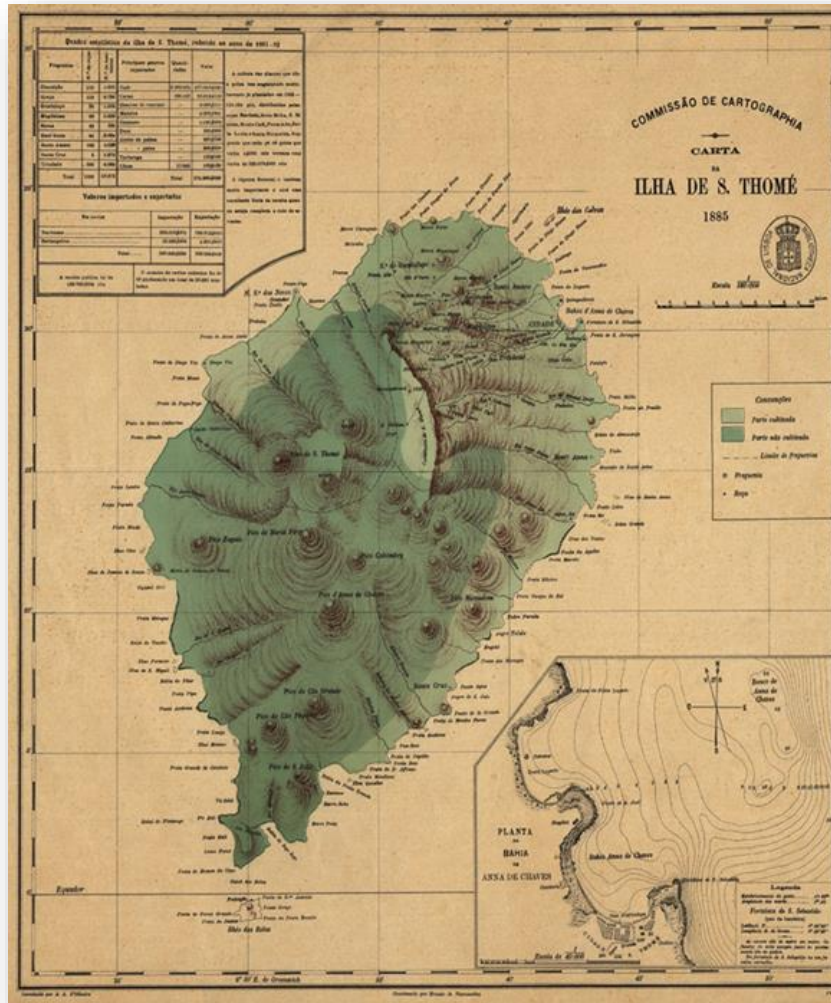


Fig. 35. Carta da Ilha de São Tomé, Comissão de Cartografia, 1885.

### Trabalhos Projetados e executados na província de São Tomé e Príncipe

#### São Tomé

-Levantamento da planta de Santa Cruz dos Angolares no planalto sobranceiro à Angra de S. João, situado a leste da Ilha, 1883.

#### São Tomé

-Construção de estradas para ligação com os numerosos portos de mar. 1883-84  
 -Edificação de um depósito de carvão junto da alfândega. 1883

#### São Tomé

-Conclusão da obra da ponte provisória para servir a alfândega. 1883  
 -Conclusão dos armazéns do rés-do-chão da alfândega.

Como diretor de obras públicas na província de São Tomé e Príncipe, Claudino de Sousa e Faro preocupou-se com as vias de comunicação, considerando-as fundamentais ao progresso económico do território. Artigos de imprensa da época dão conta de obras públicas realizadas em São Tomé (1881) nomeadamente, na alfândega, no quartel e no palácio do governo. No entanto, as notícias veiculavam também a preocupação de ausência de estradas e pontes e a urgência na construção da ponte sobre o rio Manuel Jorge, considerado um local de “constantes afogamentos.”<sup>181</sup>

O livro *São Tomé e a Roça Água Izé*, (1907) que já citámos, espelha muito das preocupações sobre as obras no território de São Tomé, um território considerado repleto de constrangimentos, onde a natureza desafiava o trabalho do homem apesar de “não haver já impossíveis para a ciência do engenheiro, mas extremamente difícil e dispendioso um traçado regular de comunicações interiores.”<sup>182</sup>

Claudino de Sousa e Faro fez estudos da disposição orográfica em São Tomé e Príncipe e propôs a construção de acessibilidades que franqueassem a deslocação de pessoas e produtos, tendo considerado de grande importância garantir um bom acesso ao porto Anna Chaves. Durante o período em que exerceu as funções de diretor de Obras Públicas nesta província, defendia-se a construção de “uma estrada ou caminho de ferro de cintura”.<sup>183</sup> Sobre o assunto, o engenheiro mostrou opinião contrária e apresentou ao governo propostas baseadas na orografia e hidrografia, viáveis à resolução do problema de “viação nesta ilha.” Tais propostas defendiam a divisão do território em secções regionais.<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> Revista Ilustrada As Colónias Portuguesas, op. cit., p. 3.

<sup>182</sup> Idem. p. 20.

<sup>183</sup> CAMPOS, Ezequiel de – *Viação de S. Tomé: apontamentos*, 1904.

Ver ainda Atas do Colóquio Internacional São Tomé-Desenvolvimento Santomense na Perspetiva de Ezequiel de Campos, Teresa Nunes, FCSH, 2012, Lisboa. Ezequiel de Campos foi engenheiro auxiliar no quadro das Obras Públicas da Província de S. Tomé e Príncipe e escreveu sobre o arquipélago Santomense. Na abordagem das suas fragilidades como economia insular refere a relevância económica que o investimento na viação iria gerar. Defendeu para a Ilha de S. Tomé a implementação de uma via de cintura e uma estrada central no prolongamento da que ligava a cidade a Trindade.

<sup>184</sup> Idem, p.45. A divisão metódica da ilha, com secções regionais, servidas pela respetiva bacia hidrográfica que, em conformidade com a disposição orográfica de cada uma das secções regionais, se estabelecesse o sistema mais conveniente de viação a adotar, tendo-se sempre em vista completa-lo com qualquer carreira regular de vapores costeiros, comunicando os diversos portos de mar com o de Anna de Chaves (...) Que, por um sem numero de razões, largamente expostas então, acompanhadas de dados estatísticos, aconselhava para cada secção regional, em vez de estradas carreiteiras, macadamizadas ou não, a construção de caminhos de ferro, de tração animal, a vapor ou elétrica, onde esta espécie de tração fosse possível em condições económicas, cabendo ao governo, além do encargo de promover o estabelecimento de uma carreira de navegação em volta da ilha, o da construção da principal artéria de viação em cada secção regional, e aos agricultores interessados o da construção de ramais de ligação direta com a artéria principal”. p. 45.

No primeiro ano em que assumiu as funções em São Tomé e Príncipe, em 1881, concluiu obras já iniciadas. Projetou a cobertura de ferro do pátio da alfândega e terminou o trabalho de assentamento do quartel militar. O palácio do governo foi reparado tal como a estrada de ligação do palácio ao quartel. Procedeu ainda à instalação do farolim na fortaleza de S. Sebastião e do farol do ilhéu das Cabras. Fez obras no cais, construiu pontes e estradas.<sup>185</sup> Entre 1883 e 1884, Claudino de Sousa e Faro procedeu ao levantamento da planta da Vila de Santa Cruz dos Angolares, por ser uma região isolada em relação ao resto da Ilha de São Tomé. Expôs no relatório geral enviado ao Governo da província e à Comissão de Inquérito Parlamentar, a necessidade de se construir uma rede de estradas “que cortem a ilha de norte a sul e de leste a oeste, atravessando os centros agrícolas de maior importância que carecem de fiel comunicação com os numerosos portos de mar”.<sup>186</sup>

No ano de 1884 a conta de pagamentos relativa ao mês de dezembro, incluía nas obras e edifícios, respetivamente, a estrada da Vila da Trindade, 120.385 réis, e as obras na alfândega e no palácio do governo, 565.275 réis, além das despesas com o pessoal técnico, constituído por 1 engenheiro diretor, 2 condutores de 2ª classe e 3 condutores auxiliares, no valor de 369.140 réis.<sup>187</sup>

Os factos reportam a sua ação e dinâmica de trabalho em São Tomé e Príncipe, considerada como “não inferior à de Cabo Verde”, na construção de estradas, no aterramento de pântanos, na construção de uma ponte metálica sobre o rio Água Grande e na ampliação dos armazéns da alfândega.<sup>188</sup> Em São Tomé deixou assinalada “a sua inteligente atividade, principalmente na construção das estradas para o interior da ilha, em que teve o concurso do pessoal operário oferecido pelos agricultores da localidade.”<sup>189</sup> Claudino de Sousa e Faro exerceu ainda as funções de inspetor e diretor interino de Obras Públicas, na província de São Tomé e Príncipe, em 1892. Fontes documentais do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (AHSTP) apresentam informação constante em ofícios na comunicação entre o engenheiro

---

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>186</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, ACL-SEMU-DGU-cx70-n565-Obras Públicas de STP-1880-1885. Assunto: Necessidades a atender na região Meridional da Ilha de São Tomé. f.58.

<sup>187</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, ACL, SEMU-DGU-cx71-n565-Obras Públicas de STP-1880-1885. Assunto: conta dos pagamentos efetuados no mês de dezembro de 1884, f. 86.

<sup>188</sup> Coronel João Alexandre Lopes Galvão, *A Engenharia Portuguesa na Moderna Obra da Colonização*, 1940, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, p. 250.

<sup>189</sup> FARO, Claudino de Sousa e, *As Pontes do Lucala*, opinião da Imprensa, op. cit., p. 70.

militar e o Secretário Geral do Governo e o Governador. Percebemos que se mantinha a falta de pessoal no quadro de obras públicas Claudino de Sousa e Faro declinou algumas responsabilidades pelo facto de não conseguir cumprir todo o trabalho solicitado. Argumentou com as instruções regulamentadas no decreto de 19 de agosto de 1859, dando conta das dificuldades nas condições de trabalho para “desempenhar as obrigações do meu cargo as de direção das obras públicas que pelo governo de S. M.me foi confiada.”<sup>190</sup> Afligia-o não existir um trabalho rigoroso e metódico de contabilidade pelas consequências que daí poderiam advir para os cofres do Estado.

Apesar das contingências, parece-nos que Claudino de Sousa e Faro, mais uma vez, correspondeu com determinação e competência na realização das suas funções. Constam, nos ofícios enviados pelo engenheiro, informações sobre a conclusão da obra da ponte provisória para o serviço da alfândega e o fim das obras realizadas nos armazéns do rés-de-chão do seu edifício.<sup>191</sup> Existem ainda referências à reparação da canalização que transportava a água para o hospital, trabalho esse acompanhado pelo condutor Aires Cândido da Silva Saturnino, pessoa considerada e estimada por Claudino de Sousa e Faro. Conseguimos perceber que foi apresentado pelo nosso biografado o projeto de edificação, junto à fortaleza de São Sebastião, de um depósito de carvão para os navios de guerra da marinha portuguesa. Sobre o referido projeto Claudino de Sousa e Faro teve o cuidado de sublinhar que lhe parecia “satisfazer também as indicações que acompanhavam o pedido do digno capitão de fragata, Conselheiro Augusto de Castilho”.<sup>192</sup> Também se operaram obras na Ilha do Príncipe, em cumprimento das ordens do governador da província, Francisco Eugénio Pereira de Miranda <sup>193</sup>, que determinou que fossem aproveitadas as paredes do velho palácio e restante material da demolição para construir uma enfermaria provisória. As obras orçaram 300.000 réis e foram enviados 2 carpinteiros e 2 pedreiros para a Ilha do Príncipe, não tendo sido solicitado nenhum condutor para acompanhar a obra.<sup>194</sup>

---

<sup>190</sup> Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Secretaria Geral do Governo da Província de São Tomé e Príncipe, cx. nº184, pasta 2, assunto: obras públicas, Claudino de Sousa e Faro, f. 40.

<sup>191</sup> Idem, f. 49.

<sup>192</sup> Idem, f. 106.

<sup>193</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_governadores\\_de\\_S%C3%A3o\\_Tom%C3%A9\\_e\\_Pr%C3%ADncipe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe)

<sup>194</sup> Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Secretaria Geral do Governo da Província de São Tomé e Príncipe, cx. nº184, pasta 2, assunto: Obras Públicas, Claudino de Sousa e Faro, f. 152.

## 2.2. Claudino de Sousa e Faro, Inspetor de Obras Públicas do Ultramar (1887-1892)

Claudino de Sousa e Faro foi nomeado para um dos lugares de inspetor das obras públicas do Ultramar por decreto de 8 de julho de 1887.<sup>195</sup> Na qualidade de inspetor serviu nas províncias de Cabo Verde, São Tomé de Príncipe e Moçambique. Relativamente à última província não encontramos documentação a indicar a sua atividade. As funções de inspetor em São Tomé e Príncipe acumulou-as com as de diretor interino de obras públicas nessa província.

Relativamente a Cabo Verde, na relação de várias informações dirigidas ao conselheiro governador geral, o inspetor Claudino de Sousa e Faro indagou sobre o estado debilitado de vários edifícios, na cidade da Praia, Cabo Verde em 1890.<sup>196</sup> O edifício da biblioteca e escola, concluído em 1878, apresentava em 1890 grande degradação “revelando o mais completo desleixo e a mais condenável incúria e abandono”. Sem vidros, com portas e janelas danificadas e uma quantidade de livros de valor completamente estragados pela água que entrou na biblioteca. Pairava um cenário de destruição que para o inspetor “pode envergonhar-nos aos olhos do estrangeiro que se lembre de visitar a biblioteca e o edifício onde se ministra a instrução”. O edifício da alfândega acusava mau estado “visível nas fendas das portas, na falta de peças e na escassa pintura indispensável para a sua conservação”. Era uma das edificações que exigia célere intervenção para evitar “total ruína”.<sup>197</sup>

Sobre a ponte-cais, Infante D. Henrique, situada em frente à alfândega, Claudino de Sousa e Faro considerou-a uma obra resistente, apesar da violência das maresias e do choque constante das embarcações. Construída em 1880, apresentava, segundo o inspetor abandono e vandalismo, visível na falta de estacas e grades de ferro, retiradas indevidamente da ponte e na danificação do farolim. Substancialmente deteriorada, a ponte necessitava de rápida intervenção, pela utilidade que tinha para a realização do comércio da vila. Da sua atividade como inspetor de obras públicas em Cabo Verde elaborou também um *Questionário Estatístico*, precedido de um *Relatório*, em 1890, no qual após rigoroso levantamento das

---

<sup>195</sup> Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Secretaria Geral do Governo da Província de São Tomé e Príncipe, cx. nº184, pasta 2, assunto: obras públicas, Claudino de Sousa e Faro, f. 154.

<sup>196</sup> Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde, cx. 615- Solicitação dos Boletins oficiais da província de Cabo Verde, nº5, 6, 7 e 8 do mês de fevereiro de 1877, pelo inspetor Claudino de Sousa e Faro em 1890, f. 4.

<sup>197</sup> Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde, cx.615-Relatório sobre o estado de conservação do edifício da alfândega, Cidade da Praia, 1890, f. 8.

necessidades emergentes das crises alimentícias, apresentou propostas conducentes à resolução do problema emergente das fomes. Defendeu a isenção de direitos aduaneiros na importação de cereais, a suspensão de todas as execuções administrativas pelo não pagamento das décimas e a abertura de trabalhos em larga escala por todas as ilhas.<sup>198</sup>

Como diretor de obras públicas em Cabo Verde (1876-1881), Claudino de Sousa e Faro disse não ter presenciado nenhuma crise alimentícia, porém o estudo que desenvolveu pretendeu identificar estratégias de resolução para contrariar o frequente fenómeno das fomes no arquipélago. O estudo que dedicou às várias ilhas, levou-o a concluir a necessidade de se agir rapidamente no abastecimento das populações para garantir a proteção dos mais carenciados, nomeadamente, os indigentes.

Da ação inspetiva que desenvolveu em Cabo Verde, consta a análise rigorosa dos mapas da inspeção do período decorrido de 1881 a 1890, onde detetou “as enormes somas despendidas nos quatro anos de crise mais ou menos acentuada”. O inspetor apresenta o valor de despesas contraídas que ascenderam a 223.167.941 réis e refere o facto de não existir documentação relativa ao período entre 1876 a 1882, facto que o impossibilitou de aferir a despesa feita com as crises anteriores a 1875.<sup>199</sup> Esta baliza cronológica é coincidente com o período em que Claudino de Sousa e Faro exerceu o cargo de diretor de Obras Públicas de Cabo Verde o que poderá explicar-se pelo facto de no período considerado não terem ocorrido crises profundas, como o mesmo afirma no relatório da inspeção das Obras Públicas do Ultramar de 29 de julho de 1890, em que durante os cinco anos consecutivos que serviu a província de Cabo Verde como diretor de Obras Públicas não conheceu “de *visu* as dificuldades de tão aflitiva situação.”<sup>200</sup> Além da preocupação com o fenómeno das crises é notória a sua atenção para com a ausência de boas estradas carreteiras e a existência de “trincheiras abertas em circunstâncias de mal servirem ao trânsito público”.<sup>201</sup>

Ao estudar os recursos e as necessidades das várias ilhas do arquipélago, o inspetor revelou pragmatismo na intervenção e na resolução dos problemas. Exigia conhecer a veracidade das situações e agir rapidamente de forma a evitar “atraso de civilização,

---

<sup>198</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório da Inspeção das Obras Públicas do Ultramar, de 29 de julho de 1890, p. 171.

<sup>199</sup> Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, ano de 1890, nº32 de 9 de agosto, p. 171.

<sup>200</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório da Inspeção das Obras Públicas do Ultramar, de 29 de julho de 1890, p. 171.

<sup>201</sup> *Idem*, p. 172.

representado por algumas dezenas de anos”.<sup>202</sup> Elencou as causas dos problemas e destacou a “falta de arborização no litoral”, considerando-a um mal endémico do Arquipélago, a par da desorganização da propriedade agrícola, mal regulamentada e gerida, e o desleixo evidente perante o dente daninho da cabra”.<sup>203</sup>

No intuito de agilizar a resolução dos problemas existentes, Claudino de Sousa e Faro defendeu o rápido levantamento da carta agrícola das ilhas que constituem o arquipélago “a principiar pela de S. Tiago e a seguir pela de Santo Antão, Fogo e outras, na ordem da importância produtiva de cada uma”.<sup>204</sup> De acordo com o Regulamento para a Administração e Fiscalização das Obras Públicas da Província de Cabo Verde, o artº1º no ponto 1 estipula o levantamento de cartas e plantas.<sup>205</sup> No caso, o levantamento da carta agrícola permitiria conhecer a localização, a extensão e as características do território, de forma a identificar os espaços incultos, áridos, despovoados e de outras situações. Um trabalho intenso que na opinião do nosso biografado só poderia ser concretizado efetivamente com o aumento do pessoal técnico das Obras Públicas da província de Cabo Verde e “dotar o serviço com os meios extraordinários, exigidos pelas condições especiais em que ele tem de ser executado”.<sup>206</sup>

De forma a dar o seu melhor contributo para a resolução dos problemas que afetavam o arquipélago, Claudino de Sousa e Faro remeteu ao Conselheiro Governador Geral, Augusto César Cardoso de Carvalho, o questionário para aprovação, considerando ser o meio mais adequado para obter informação e “conhecimento dos factos que interessam à sua vida económica e ao desenvolvimento da sua agricultura e comércio”. O questionário solicitava a colaboração de proprietários agrícolas, comerciantes e industriais e “dos indivíduos mais conhecedores das necessidades e recursos desta província”. Apresentava o questionamento de grande variedade de assuntos e apelava à informação fidedigna. O objetivo do trabalho de

---

<sup>202</sup> Idem, p. 173.

<sup>203</sup> Na descrição pormenorizada das causas que assistem as crises alimentícias no arquipélago de Cabo Verde, Claudino de Sousa e Faro, além das que citámos no texto, elenca as seguintes: “A destruição de árvores e arbustos para converter em combustível, levada a cabo por um povo ignorante; falta de arborização nos pontos mais elevados das montanhas para atrair a humidade, formar nascentes e combater a aridez; falta de mão-de-obra, muito em parte pela fuga dos indígenas aos quais não é imposto o trabalho obrigatório, mas remunerado; fraco incentivo à imigração voluntária, que poderá ser um incentivo e um estímulo dos bons exemplos a praticar nas ilhas”

<sup>204</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório da Inspeção das Obras Públicas do Ultramar, de 29 de julho de 1890, p. 173.

<sup>205</sup> Coleção da Legislação Novíssima do Ultramar, p. 496.

<sup>206</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relatório da Inspeção das Obras Públicas do Ultramar, de 29 de julho de 1890, p. 173.

Claudino de Sousa e Faro como inspetor era reunir e coordenar todas as informações obtidas de forma a enriquecer as suas investigações já realizadas e contribuir para a “regeneração agrícola e remodelação económica” da província.

Creemos que o trabalho de Claudino de Sousa e Faro assentou em estudos de abrangência determinados pela geografia dos espaços ultramarinos. No caso, Cabo Verde, assumia-se na sua importância de espaço insular, de configuração de rotas comerciais, pelo que era absolutamente necessário traçar medidas e aplicá-las para potenciar o território ultramarino. Como inspetor criticou de forma acutilante a falta de organização administrativa existente.

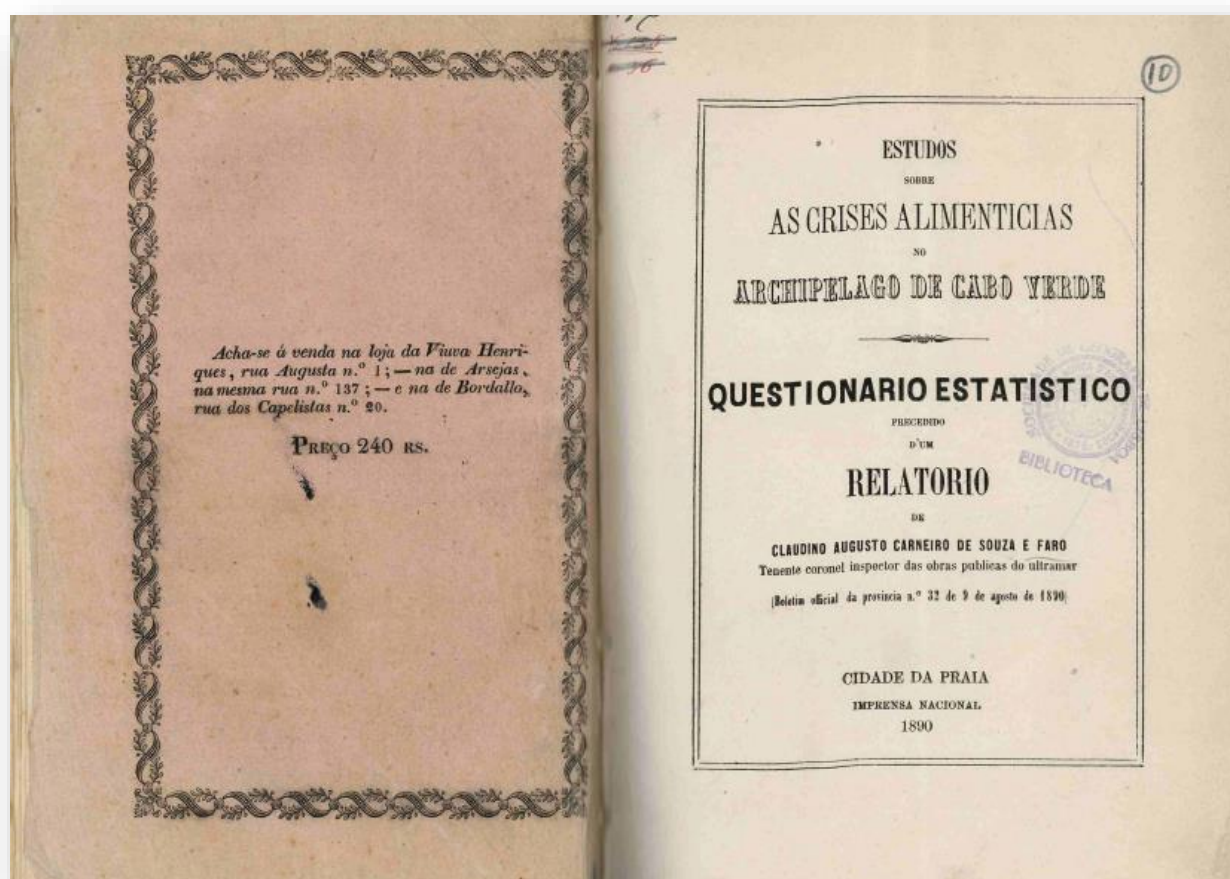


Fig. 36. Estudos sobre As Crises Alimentícias do Arquipélago de Cabo Verde-Questionário.

Em 18 de agosto de 1891, foi-lhe concedida por portaria de 17 de junho, licença de 90 dias para se tratar e um ano depois a Junta de Saúde Pública da Província de Cabo Verde

concedeu-lhe nova licença para se tratar no reino “fazendo uso de águas minerais Vidago ou Pedras Salgadas”. No relatório da Junta de Saúde foi feita referência à “insalubridade da quadra de chuvas nesta localidade, a má qualidade das águas e alimentos que fazem perigar a vida do inspecionado se aqui permanecer.”<sup>207</sup>

O ano de 1892 foi marcado pela instauração de um processo que determinou a exoneração de Claudino de Sousa e Faro da Inspeção das Obras Públicas. A 17 de Agosto do referido ano foi-lhe ordenado que abandonasse de imediato a província e se dirigisse à ilha de Santiago, em Cabo Verde, por motivos de averiguação de um processo judicial. Foi substituído por Bernardo Heitor Pereira Garcez, condutor de 1ª classe adido ao quadro.<sup>208</sup> Já na província de Cabo Verde, a 29 de agosto de 1892, foi-lhe recomendada pela Junta de Saúde Pública da Província de Cabo Verde licença de três meses no reino. Teve licença dada pela Junta de Saúde Naval e Ultramar de tratamento por doença devido a causas climáticas e bromatológicas.<sup>209</sup> Em fevereiro de 1893 a licença foi prorrogada por 2 meses.<sup>210</sup> Em 1893 Claudino de Sousa e Faro residia no Estado da Índia, onde foi encarregado de proceder ao levantamento da planta das regiões arborizadas da Índia Portuguesa.<sup>211</sup> No início de janeiro de 1895 regressou ao reino na companhia da irmã e de 6 filhos, 3 menores de idade, e dois criados.<sup>212</sup>

---

<sup>207</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Cabo Verde, cx. 34, doc. 295, Licença para tratamentos emitida pela da Junta de Saúde Pública da Província de Cabo Verde, 3ª Repartição, 29 de agosto de 1892. É referido no relatório que Claudino de Sousa e Faro tinha uma lesão contraída no serviço, dilatação do estômago e hipertrofia do fígado.

<sup>208</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, “Claudino de Sousa e Faro”, 17-08-1892.

<sup>209</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, “Claudino de Sousa e Faro”, 29-08-1892.

<sup>210</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, “Claudino de Sousa e Faro”, Mapa da Inspeção feita pela Junta de Saúde Naval e Ultramar, 19/11/1892.

<sup>211</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, “Claudino de Sousa e Faro”, 8-09-1893.

<sup>212</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, “Claudino de Sousa e Faro”, 4-01-1895.

### 2.3. Claudino de Sousa e Faro e a administração da Roça de Água-Izé (1895-1915)

Neste último subcapítulo do nosso trabalho, falamos de Claudino de Sousa e Faro como administrador da Roça Água Izé, função que exerceu entre 1895 e 1915.

Baseámo-nos, em grande parte, na leitura e análise das memórias registadas no seu livro *A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé*, publicado em 1908. No prefácio, Claudino de Sousa e Faro, apresenta-se como um funcionário cumpridor da Companhia da Ilha do Príncipe, à época uma vasta exploração agrícola, símbolo de desenvolvimento e dotada dos mais “aperfeiçoados maquinismos”.<sup>213</sup>

A Roça Água Izé foi sede da Companhia da Ilha do Príncipe e um importante espaço agrícola, sendo considerada por Claudino de Sousa e Faro uma obra com “providências aconselhadas pela ciência e pela experiência.”<sup>214</sup> Terá sido deste misto de ciência e experiência que resultou uma vasta plantação agrícola de impacto local e imperial, associado à cultura do cacau, além de outros produtos de impacto económico mais tímido. A Roça Água Izé tinha em 1908, 2.500 trabalhadores e a soma de expensas de vencimentos de 26.500.000 réis.<sup>215</sup>

No seu livro, registo de muitas memórias, Claudino de Sousa e Faro descreve a ilha, percorre-a topograficamente, apresenta os interesses dos agricultores, os do Estado e a necessidade de braços para cultivo da terra. Objetivamente descreve o espaço roça: 2 quintos de terra inculca, 4.800 hectares de plantações e 1.800 hectares de edificações.

O administrador Claudino de Sousa e Faro foi um homem preocupado com as relações de trabalho e a forma como estas eram pensadas na metrópole. Questiona se a nação portuguesa será “capaz de compreender a aliança do trabalho com a liberdade, para obter da natureza próspera e inesgotável, tudo o que ela pode oferecer”.<sup>216</sup>

Os seus entendimentos práticos das situações aliados aos longos anos de permanência em África terão ajudado na tomada de decisões como administrador da Roça Água Izé na Ilha de São Tomé. Mais uma vez a questão centro e periferias no contexto do império ultramarino, em que os agentes locais assumem um papel bastante importante na medida em que são estes agentes os que atuam de forma imediata na operacionalização das situações nos

---

<sup>213</sup> FARO, Conde de Sousa e – *A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé*, p. 7.

<sup>214</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>215</sup> *Idem*, p. 159.

<sup>216</sup> *Idem*, p. 12.

territórios ultramarinos. Cremos que a sua perspicácia e perseverança eram indissociáveis do bom rumo económico da Roça Água Izé “vastíssima propriedade em agrimensura.”<sup>217</sup>

Consideramos também necessário referir que ao longo do século XIX, mas sobretudo na segunda metade e após o ultimato a autoridade portuguesa é imposta aos povos autóctones dos territórios ultramarinos e o império costeiro foi-se transformando numa entidade mais territorializada, com novas “modalidades de exploração económica e servida por uma rede de postos administrativos, transportes e comunicações.”<sup>218</sup> Uma situação que nos remete para uma reconfiguração das formas de exploração do território e por consequência das formas de relacionamento com as sociedades nativas, para a concretização do paradigma do sucesso económico. Claudino de Sousa e Faro é um administrador cômico do que deve fazer numa plantação que quer tornar lucrativa e que apesar de revelar algum discurso retórico de missão civilizadora, pretende mobilizar os seus empregados africanos para o trabalho organizado.

Um momento certamente único na vida de Claudino de Sousa e Faro, terá sido o da visita do Infante D. Luís Filipe à Roça Água Izé em 1907. Consultámos alguma imprensa da época que fez a cobertura da referida visita, e que nos permitiu perceber a ligação de proximidade de Claudino de Sousa e Faro ao poder político da metrópole. Consideramos que o momento terá permitido partilhas importantes sobre o desenvolvimento económico da roça, por parte do nosso biografado para com o Infante e talvez condicionado a opinião deste sobre as capacidades de Claudino de Sousa e Faro, como administrador, e as terá comunicado ao Rei D. Carlos. Lembramos que a atribuição do título nobiliárquico de Conde, data do referido ano de 1907.

---

<sup>217</sup> Idem, p. 10-11.

O administrador da roça Água-Izé descreve o espaço com os seguintes dados: “2/5 incultos; 4.800 hectares cultivados; 3.000 hectares de plantações e 1.800 hectares preenchidos pelas edificações”.

<sup>218</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, José Damião, OLIVEIRA, Pedro Aires – História da Expansão e do Império Português, p. 410.

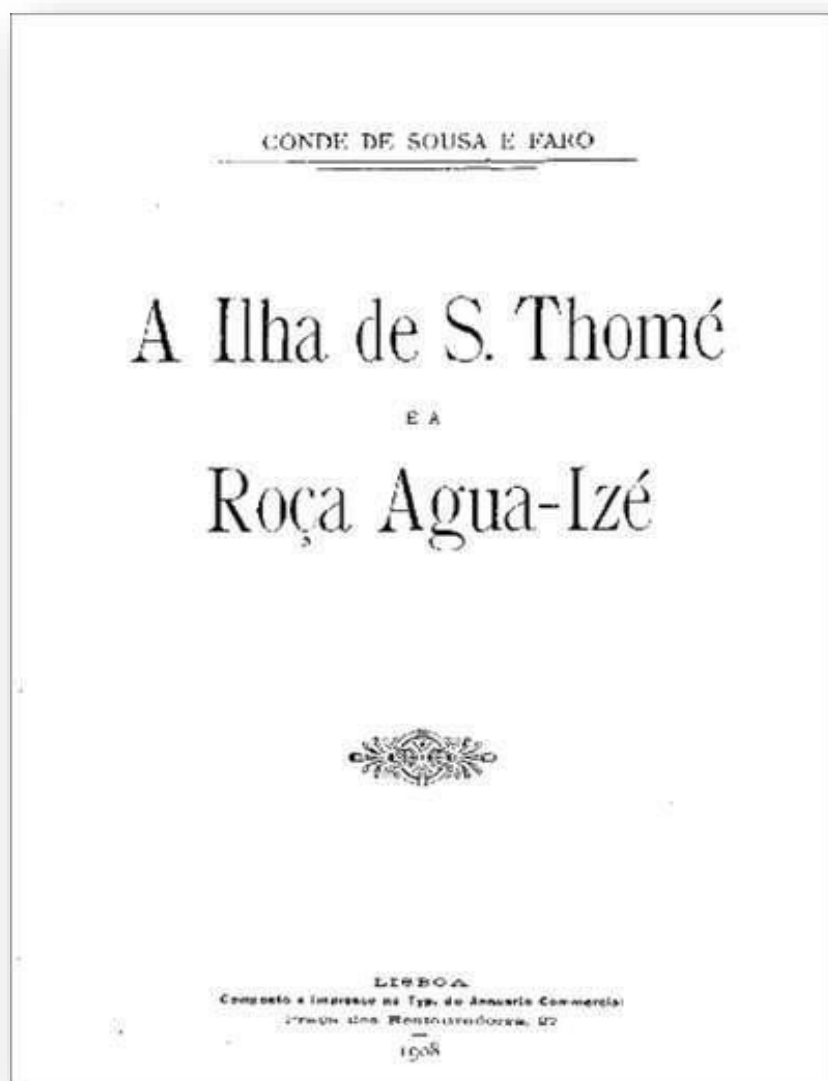


Fig. 37. Capa do livro do Conde de Sousa e Faro, 1908.

A Roça Água Izé fez parte da vida de Claudino de Sousa e Faro durante duas décadas, facto que explica provavelmente a sua atenção relativamente aos dados estatísticos da população entre 1899-1900 relativos a São Tomé. Tal leva-o a apresentar no seu livro, que já referimos, os números defendidos pelo *Anuário Estatístico dos Domínios Ultramarinos* e os dados apresentados na Monografia de M. Aug. Chevalier, *Le Cacaoyer dans l'ouest Africain*. Ambos os valores populacionais, defendidos por cada uma das fontes, são contrariados por Claudino de Sousa e Faro, especialmente no que respeita ao número de europeus, que considerou ser maior, e ao número de serviços distribuídos pelas roças.<sup>219</sup> O foco do

---

<sup>219</sup> Idem, p. 62-63.

administrador nas questões estatísticas remete-nos para a consideração de um administrador informado e entendido em assuntos diretamente ligados ao *modus operandi* da roça.

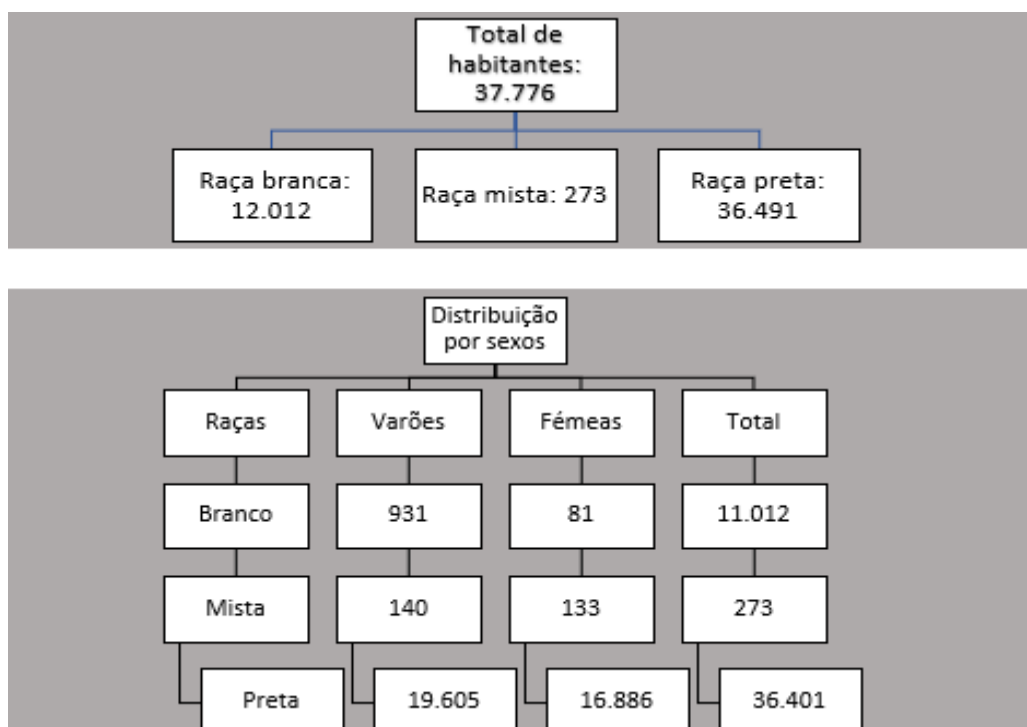


Fig. 38. População da Ilha de São Tomé, Anuário Estatístico dos domínios ultramarinos, 1900.

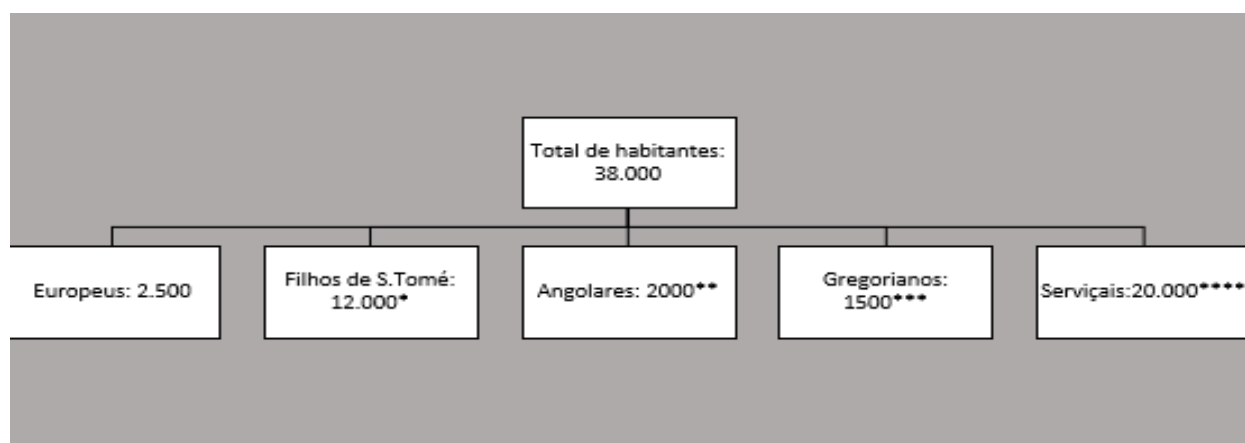


Fig. 39. População de São Tomé, Dados da Monografia de M. Aug. Chevalieur, *Le Cacaoyer dans l'Ouest Africain*, 1900.<sup>220</sup>

<sup>220</sup> Na respetiva Monografia, os filhos de São Tomé (\*) são considerados os das cidades e vilas; sobre os Angolares (\*\*), são descritos como descendentes dos primitivos naufragados na costa meridional da Ilha, em 1540; sobre os Gregorians (\*\*\*), são considerados os libertos de 1876; sobre os Serviçais (\*\*\*\*), consideram-se os provenientes de Angola e outros pontos, além de vários indivíduos de raças diversas. p. 69.

Neste retorno do nosso trabalho à Ilha de São Tomé e Príncipe, relembramos que a ligação da linhagem Carneiro à Ilha remonta ao século XV com a condenação ao degredo de António Carneiro, como já referimos no capítulo 1. Quanto à história da Roça Água Izé está ligada a João Maria de Sousa e Almeida (n. Ilha do Príncipe, 1816, † Ilha de S. Tomé, 1869). O 1º Barão de Água-Izé tal como o conde de Sousa e Faro, também foi um nobre fidalgo que exerceu cargos de governação em África. Ambos foram agraciados com títulos honoríficos e nobiliárquicos e contribuíram para o desenvolvimento de Água Izé deixando testemunho de trabalho no território.<sup>221</sup> O cacau foi também um aspeto comum aos dois homens. A planta mereceu especial atenção por parte do barão de Água Izé, que a considerou a primeira das culturas e “a mais remuneradora de todas.”<sup>222</sup> Por sua vez, o conde de Sousa e Faro enalteceu as plantações de cacau e café como as principais da roça Água Izé.

O administrador Claudino de Sousa e Faro mostrou-se um homem preocupado com o espaço destinado às habitações na roça para o pessoal dirigente europeu e para o pessoal indígena. O pessoal dirigente ocupava a área mais reduzida composta por edificações com rés-do-chão, destinado aos escritórios da administração, e o piso 1 era destinado à habitação do administrador e do seu “imediate”. Cada senzala tinha capacidade para alojar 25 casais de trabalhadores ocupando uma área de 300 m<sup>2</sup>. À data de 1908 a roça contava com 2.500 trabalhadores, tendo uma área ocupada de cerca de 30.000 m<sup>2</sup>, sem incluir terreiros nem ruas que separavam o conjunto das senzalas.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> No livro *O 1º Barão de Água-Izé e seu filho Visconde de Malanza*, o Barão é descrito da seguinte forma: “O Barão de Água-Izé, tendo 52 anos, tomando em consideração não só os importantes serviços prestados no desempenho de diversos cargos e comissões de interesse público, mas também os generosos atos de filantropia e beneficência por ele praticados, devendo lembrar-se os que fez em favor das ilhas de Cabo Verde (1863) e ainda os capitais que distribuiu em diferentes obras e melhoramentos nas ilhas de S. Tomé e Príncipe.” p. 9.

<sup>222</sup> FARO, Conde de Sousa e Faro, *A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé*, p. 150.

<sup>223</sup> *Idem*, p. 155.



Fig. 40. Aspeto de uma senzala da Roça Água Izé (1894-1916).

Sendo a roça um espaço de importância económica do comércio colonial português, a preparação da produção assumiu importância maior para Claudino de Sousa e Faro.

O desenvolvimento económico da Roça Água Izé dependia das suas instalações com “terreiros e eiras lajeados, empedrados e cimentados numa vasta área de 20.000 m<sup>2</sup>.” Eram estas estruturas que permitiam a secagem dos produtos, facto importante pois a época das colheitas coincidia com a estação de maior pluviosidade. Claudino de Sousa e Faro falava com satisfação das oficinas e da maquinaria existente na roça e agradeceu à ciência o progresso que permitiu no processo de produção da roça que administrava. É recorrente a narrativa sobre a maquinaria e as madeiras exploradas nas vastas matas de Água Izé. Estas madeiras sofriam um processo de preparação numa “serraria mecânica de serras, circular e alternativa”, movidas por uma locomóvel de caldeira horizontal, de força de 14 cavalos, do tipo Garrett Smith & C<sup>a</sup> de Madburg. Além destas oficinas, existia a máquina descascadora, duas ventiladoras de café descascado, uma separadora de café por classes e um elevador de café para ensacar. Claudino de Sousa e Faro descreve o processo ao pormenor e identifica as

construtoras europeias e americanas que permitiram a mecanização e a racionalização do trabalho na roça. Há referência nominal das companhias *Societé anonyme des constructions e des Ateliers de Willebrock à Bruxelles*, já referida e à *Construtora Geo. L. Squier M.F.G. C<sup>a</sup> Bufallo, N.Y. – U.S.A.* Concretamente sobre o sistema americano, apresenta-o como a força motriz de uma caldeira aquitubular, extensiva a todo o rés-do-chão do edifício, através da qual a chama invertida e força 80 cav.-vap. do tipo *Abendroth & Root de N.Y. Madburg*.

O administrador fala de situações concretas sobre a utilização de maquinaria quando se refere às madeiras proporcionadas pelas vastas matas de Água Izé, as quais eram preparadas numa serraria mecânica, de serras, circular e alternativa, movidas por uma locomóvel de caldeira horizontal de força de 14 cav.-vap, do tipo *Garrett Smith & C<sup>a</sup> de Madburg*. Ao falar da preparação do café, aborda a existência da máquina descascadora, de duas ventiladoras de café descascado, uma separadora de café por classes e de um elevador de café pronto a ser ensacado. Há referência a construtoras quer europeias, quer americanas, como o caso da *Societé anonyme des constructions e des Ateliers de Willebrock à Bruxelles*, já referida e à *Construtora Geo. L. Squier M.F.G. C<sup>a</sup> Bufallo, N.Y. – U.S.A.* Concretamente sobre o sistema americano, apresenta-o como a força motriz de uma caldeira aquitubular, extensiva a todo o rés-do-chão do edifício, através da qual a chama invertida e força 80 cav.-vap. do tipo *Abendroth & Root de N.Y.* <sup>224</sup>

---

<sup>224</sup> Idem, p. 157.



Fig. 41. Tabuleiros móveis para secagem do cacau.

A adoção de secadores para o café e para o cacau denotam preocupação com a introdução das novas tecnologias e equipamentos ao serviço do sucesso económico da plantação que administrava. A edificação consagrada à secagem ocupava na Roça Água Izé 960 m<sup>2</sup> sendo constituída de uma estufa, condutos subterrâneos com três caldeiras e corredores amplos para agilizar os carregamentos e descarregamentos feitos através de plataformas giratórias.<sup>225</sup> Claudino de Sousa e Faro era um homem que acompanhava os novos tempos, emergentes da industrialização e do avanço científico e atualizado na literacia, tendo escrito algumas obras, como já tivemos a oportunidade de referir.

De forma a termos uma perceção do trabalho na roça relativamente à principal cultura, o cacau, apresentamos um quadro com os valores de exportação de cacau entre o período de 1895 a 1908, que nos permite concluir, como se pode verificar no quadro apresentado, há um

---

<sup>225</sup> Idem, p. 157.

aumento bastante significativo da produtividade do cacau na roça Água Izé, no período considerado, relativo à administração de Claudino de Sousa e Faro, que terá a ver com o trabalho dos serviçais e o investimento em infraestruturas ditados na sua administração.

<b>1895</b>	<b>3,3</b>
<b>1896</b>	<b>3,7</b>
<b>1897</b>	<b>3,8</b>
<b>1898</b>	<b>4,5</b>
<b>1899</b>	<b>7,8</b>
<b>1900</b>	<b>8,6</b>
<b>1901</b>	<b>1007</b>
<b>1902</b>	<b>1070</b>
<b>1903</b>	<b>1384</b>
<b>1904</b>	<b>1681</b>
<b>1905</b>	<b>1918</b>
<b>1906</b>	<b>2086</b>
<b>1907</b>	<b>2111</b>
<b>1908* (1º semestre)</b>	<b>1295 (Toneladas)</b>

Fig. 42. Valores da exportação de cacau na Roça Água Izé (1895-1908).

As estradas carreteiras e a rede ferroviária em Água Izé, mereceram grande atenção do administrador da roça. Claudino de Sousa e Faro, descreveu as contingências orográficas da vasta propriedade e reforçou que as mesmas lhe “exigiram os trabalhos e obras de arte de maior vulto”.<sup>226</sup> A roça estava integrada na secção regional de solo muito acidentado e muitas linhas de água, sendo necessário combater o desnível existente entre os 8 centros de produção na comunicação com a sede. A reversão dos terrenos, exigiu ao engenheiro esforço e engenho para transpor linhas de água e construir as obras. A construção de maior responsabilidade e dificuldade técnica de execução foi a reconstrução da ponte sobre o Abade, a qual permitiu a comunicação entre a sede administrativa da roça e as sedes dos distritos de Santo António e Quimpo.

O hospital, construído na roça em 1914, no final da administração de Claudino Sousa e Faro é também demonstrativo do seu empenho. Cremos que a construção do hospital foi um projeto muito importante para Claudino de Sousa e Faro, sendo abordado no seu livro *A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé*. Descreve o plano do hospital da roça referindo “que me

<sup>226</sup> CALDEIRA, Arlindo, op. cit., p. 182.

parece poder afirmar que ele não desdoira nem a previdência do administrador nem os créditos do engenheiro.”<sup>227</sup> Acrescenta ainda que “basta dizer-se que este hospital foi projetado e levado a efeito pelo mesmo engenheiro que elaborou o plano do Hospital Maria Pia, de Luanda”.<sup>228</sup> O projeto do hospital da Roça Água Izé obedecia a um plano mais modesto, uma vez que o objetivo era satisfazer as necessidades da população da propriedade agrícola e não as de uma cidade

Concluimos que os projetos foram ambos da sua autoria e reconhecidos pelo significado e utilidade que representaram. A imprensa reconheceu-lhe o mérito na execução da maior parte das obras realizadas em África, tendo o Diário de Notícias<sup>229</sup> considerado Claudino de Sousa e Faro “autor e distinto engenheiro”, nobilitado pelo trabalho e cumpridor dos deveres.



Fig. 43. Hospital da Roça Água Izé.

---

<sup>227</sup> FARO, Conde de Sousa e Faro, A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé, op. cit. p. 161.

<sup>228</sup> Idem, p. 162.

<sup>229</sup> FARO, Claudino de Sousa e – As Pontes do Lucala na Província de Angola, op. cit. p. 74.

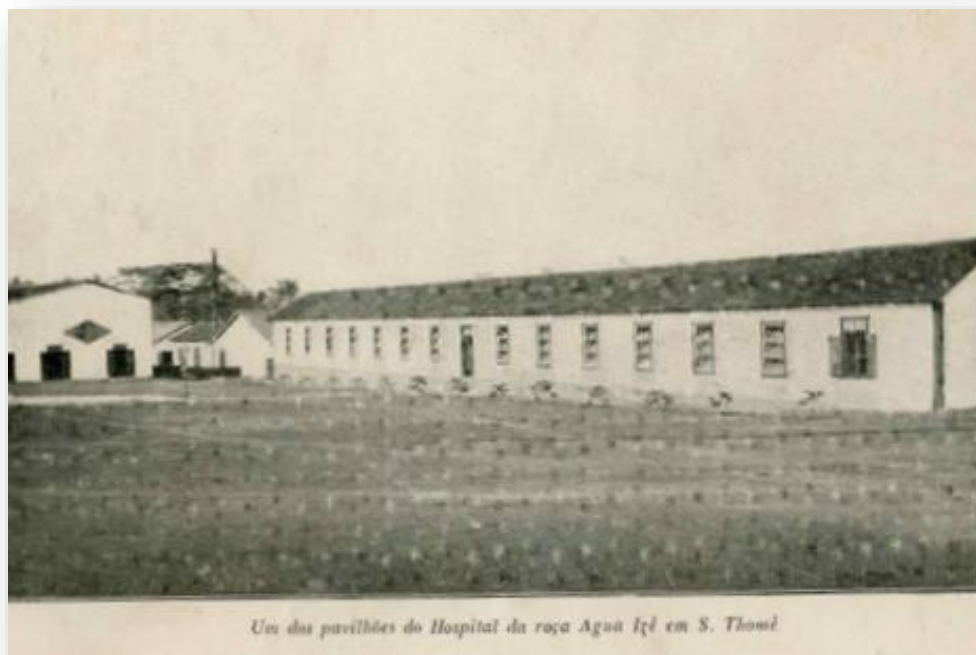


Fig. 44. Aspeto de um dos pavilhões do hospital da Roça Água Izé (1894-1916).

Consideramos que a 14 de julho de 1907, o administrador Claudino de Sousa e Faro viveu um momento muito importante com a visita do Príncipe Real e do Ministro da Marinha à Roça Água Izé. Este acontecimento foi tratado pela imprensa, nomeadamente, pela revista *Brasil-Portugal*, que apresentou a mensagem lida pelo Conselheiro Claudino de Sousa e Faro aos ilustres visitantes. Da longa mensagem, destacava-se a questão da falta de mão-de-obra, que grassava por toda a província de São Tomé e Príncipe.<sup>230</sup> A escassez de mão-de-obra foi um problema a que assistiu sempre o nosso biografado, nos cargos que desempenhou nos territórios ultramarinos, quer como diretor de Obras Públicas quer como administrador da Roça Água Izé.

Como conselheiro<sup>231</sup> e administrador, o discurso proferido por Claudino de Sousa e Faro, é eloquente na devoção e zelo perante duas figuras representativas do poder político da

---

<sup>230</sup> *Revista Brasil-Portugal*, nº207, de 1 de setembro de 1907, p. 235-236. Transcreve-se um breve excerto do discurso proferido por Claudino de Sousa e Faro, aquando da visita do Príncipe: “Certo de que o nobre Ministro, com a rara penetração do seu espírito, terá podido conhecer de viso as condições da nossa vida agrícola e as suas principais necessidades, não posso deixar de aproveitar tão favorável ensejo para abordar um assumpto de interesse capital para a nossa agricultura. Refiro-me ao regímen do trabalho desta grande Fazenda agrícola, que outra coisa não é a Província de São Tomé e Príncipe, e á imperiosa necessidade de a abastecer de braços para o completo arroteamento do seu feracíssimo solo”.

<sup>231</sup> Os conselheiros eram ouvidos em todas as situações importantes na vida do país, nomeadamente declarações de guerra, tratados de paz ou negociações de clara importância à vida nacional.

metrópole, o Príncipe Real e o Ministro da Marinha e Ultramar, Sr. Ayres d'Ornelas. Este terá sido um momento de especial comunicação entre a metrópole e os agentes locais nos domínios periféricos coloniais. Cremos que esta foi uma ocasião aproveitada por Claudino de Sousa e Faro para falar do problema da escassez de mão-de-obra, que emperrava o trabalho na grande plantação de Água Izé. Os ilustres visitantes não pouparam elogios a Claudino de Sousa e Faro, administrador da roça, considerado um homem determinado e responsável pela modernização do espaço agrícola. Claudino de Sousa e Faro deu a conhecer o espaço que administrava ao Infante. Desde o funcionamento do secador mecânico “servido por 3 caldeiras da força de 70 cavalos vapor”, à maquinaria de secadores de cacau, onde era feita a pilação do café e a serraria mecânica, foi elencado e valorizada a tecnologia que estava a olhos vistos ao serviço da plantação. A visita guiada, terá causado muito boa impressão ao Infante levando-o a expressar palavras de agrado e reconhecimento do trabalho realizado por Claudino de Sousa e Faro. A imprensa teceu elogios ao administrador, que fez prova do seu trabalho nas obras de arte executadas, referindo que:

“A antiga ponte-cais que deu lugar a uma outra que faz honra ao engenheiro que a projetou e executou no mesmo estilo de construção da soberba ponte-cais de S. Thiago de Cabo Verde, a qual é como se sabe, devida ao mesmo engenheiro. Um sem número de novas edificações, dispostas em anfiteatro, acompanhando o natural relevo do terreno, dá à sede da propriedade um aspeto alegre, que encanta logo ao *premier abord*”.<sup>232</sup>

---

Veja-se, ALMEIDA, Pedro Tavares de O Conselho de Estado na Monarquia Constitucional: Uma reflexão preliminar, FCSH. O autor aborda a questão do Conselho de Estado enquanto Órgão de aconselhamento do Rei, convocado com regularidade onde a opinião dos conselheiros era fator importante nas decisões régias sobre matérias controversas. Refere ainda que os juristas eram a categoria mais representada, seguindo-se os indivíduos formados pelas Academias Militares, personalidades que na maioria tinham longa carreira de serviço público, destacando-se os militares de alta patente. Este Órgão, consagrado na Constituição de 1822, definia-se pela consulta privada do Rei para poder deliberar sobre assuntos importantes. Era constituído por 13 membros, recrutados nas hierarquias sociais mais elevadas e com mais conhecimentos e virtudes. No mínimo teriam de ter 35 anos e o mandato era de 4 anos, podendo ser reconduzidos desde que fossem incluídos nas listas que saíam das Cortes. A Carta Constitucional de 1826 manteve este órgão consultivo do monarca, porém o assento no Conselho passa a ser vitalício. Os Conselheiros passam a ser nomeados pelo Rei, deixando de ser emanados pelas Cortes e o número passa de 13 para 12 elementos. A seleção interditava apenas a nomeação de estrangeiros para integrar o Conselho. Em 1845 e 1870 há produção legislativa que contempla, respetivamente, o alargamento de funções administrativas ao Conselho de Estado (Lei de 3 de maio de 1845) e a atribuição de funções políticas (reforma legislativa de 1870), com redução de 12 para 8 Conselheiros efetivos. Entre 1833, ano em que o Conselho de Estado foi instituído por D. Pedro, por decreto de 19 de setembro, e 1910, com o fim da República, foram empossados 73 Conselheiros efetivos.

<sup>232</sup> Revista Brasil-Portugal, nº207, op. cit., p. 236.

Para assinalar a memorável passagem do Infante pela roça, Claudino de Sousa e Faro ofereceu um faustoso almoço.<sup>233</sup> Pensamos que o título de Conde terá relação com esta visita do Príncipe Luís Filipe, o qual agradado com o que viu na Roça Água Izé, terá relatado ao rei D. Carlos, que o agraciou com o referido título nobiliárquico. Provavelmente, o perfil, o trabalho e os projetos revelados pelo administrador da roça terão impressionado e pesado na atribuição do título Conde de Sousa e Faro. Este terá sido um título de grande agrado para Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro, que em requerimento datado de 31 de dezembro de 1907, dirigido ao Diretor Geral de Administração Política e Civil, pedia para “ser retificado o seu nome no decreto que lhe concedeu o título de Conde de Sousa e Faro.”<sup>234</sup> A informação já havia saído em Diário do Governo de 9 de janeiro de 1907.

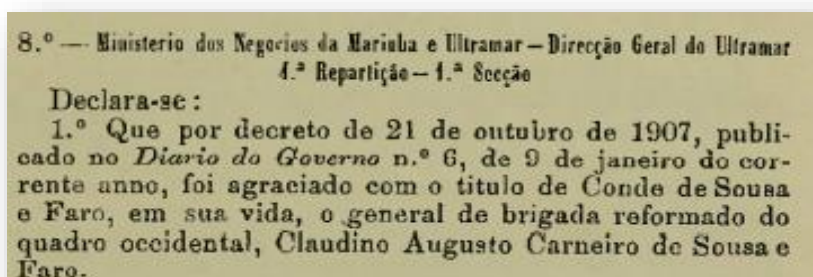


Fig. 45. Publicação em Diário do Governo do título de Conde de Sousa e Faro, 1907.

<sup>233</sup> Sobre o almoço oferecido ao Príncipe Luís Filipe era feito na revista Brasil-Portugal, o seguinte relato: “junto á escadaria que dá acesso ao planalto das edificações, fora erguido um arco artisticamente lançado no qual se lia «Soyez le Bien Venu». Chegados ao cimo da escadaria, um túnel de verdura dava passagem para a rua principal, decorada por meio de postes, encimados de galhardetes azul e branco, com fitas de todas as cores que se cruzavam apresentando um conjunto vistoso e alegre. A uma hora da tarde foi servido o almoço, sendo a distribuição dos lugares a seguinte: À direita de Sua Alteza Real, D. Luiza Nobre de Sousa e Faro, o governador da província, agricultor Manuel da Costa e Silva, e o medico de Sua Alteza, dr. Barros da Fonseca.

À esquerda: conselheiro Sousa e Faro, juiz de direito, dr. Corte Real, e o conde da Ponte, ajudante de s. ex.<sup>ª</sup> o ministro. “À direita do ex.mo ministro: conde de Vale Flor, comandante do Adamastor, capitão de fragata Vieira de Sá, tenente da armada Bernardo de Sousa e Faro, ajudante de s. ex.<sup>ª</sup>, o governador, capitão Machado de Avelar. À esquerda: o agricultor Henrique Monteiro de Mendonça, capitão dos portos da província, Francisco Oliver, dr. Vasco Guedes de Vasconcelos, régio capelão, cónego José Vicente Costa. Às cabeceiras: camarista de Sua Alteza Real, coronel de estado-maior António da Costa e ajudante, marquês do Lavradio.

<sup>234</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, 4, 1796, PT. 4B, Proc. 109 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1900-1909), requerimento para retificação do nome no decreto que lhe concedeu o título de conde.



Fig. 46. Revista Brasil-Portugal, de 1 de setembro de 1907.

É importante referir também outros reconhecimentos feitos ao trabalho de Claudino de Sousa e Faro na roça que administrou. Referimo-nos ao reconhecimento do explorador belga, Theo Masui, que visitou São Tomé em 1901 e que se referiu a Água Izé como sendo o nome da quinta principal onde se concentra toda a administração e onde se reúnem todos os produtos para embarque. Considerou a plantação uma cidade perfeita, com canalização da água, fontes, jardins, vias férreas, avenidas com sombra, além das casas de habitação. Fala de uma oficina a vapor para o descasque do café, de fábricas mecânicas, de hangares, de enxugadeiras e de armazéns. O seu testemunho incluiu considerações sobre a linha férrea

através da qual se deslocou, na companhia de Claudino de Sousa e Faro. Na descrição pormenorizada da via Decauville, replica a sua importância, como meio de locomoção de pessoas e de produtos, e sublinha que “é intenção do general acabar esta obra a fim de levar os productos diretamente ao porto e evitar os transbordos atuais”. Fala da paisagem, dos “cacaueiros com o tronco e as ramadas carregadas de frutos dourados, nos sítios em que a colheita ainda se não fez” e das plantas novas que se abrigam junto às bananeiras. Fala sobre os serviçais “que trabalham, ocupando-se na colheita, do transporte de cacau, da limpeza e outros substituem as plantas que morreram ou as que nasceram antes de tempo.”<sup>235</sup>

A descrição tão completa do explorador ajuda-nos a perceber a dinâmica da vida e do trabalho numa roça organizada, disciplinada no trabalho e aplicadora de maquinaria inovadora. Em 1905, Claudino de Sousa e Faro recebeu uma carta do cônsul inglês belga, a expressar o agradecimento pela hospitalidade com que fora recebido em Água Izé. O cônsul mostrou-se impressionado com as casas dos serviçais, o hospital, a casa das máquinas, as casas de secagem do cacau, a rede de caminho-de-ferro na roça e a densa floresta de cacaueiros. Considerou que tudo era revelador do trabalho árduo de Claudino de Sousa e Faro, que tornou possível levar Água Izé ao estado de perfeição.<sup>236</sup> Também António Lobo Almada Negreiros, valorizou o trabalho desenvolvido em São Tomé e Príncipe e na monografia publicada em 1901, considera o território do Arquipélago um dos maiores investimentos do

---

<sup>235</sup> O testemunho do explorador belga é completado da seguinte forma: “as casas dos europeus são construídas de pedras, com um certo luxo; a residência do general é de um andar, rodeada de terraços, formando jardins suspensos do mais belo efeito; tenho á minha disposição um vasto quarto de cama e um outro de toucador, os mais confortáveis que tenho visto de há muito tempo.

As construções dos serviçais são sempre pelo modelo habitual, construídas de alvenaria e cobertas de telhas, divididas em pequenos quartos e lembram as nossas Villas operários; cada família ocupa um d’estes quartos a que fica anexa uma pequena horta. Para serviço das plantações há algumas estradas carreteiras e caminhos onde podem passar carros de duas rodas; graças á iniciativa do general, colocaram-se fortes vias Decauville e um sistema completo de via férrea, da qual 5 quilómetros já estão funcionando, o que dentro em pouco, permitirá uma exploração mais pratica.”

<sup>236</sup> Transcrevemos a mensagem do consul inglês belga: “S. Thomé 23 december, 1905. — Dear General Faro: «You will be pleased to hear that I arrived here quite safely, yesterday afternoon, after a pleasant voyage in the c/iahtpa. «I take this opportunity of expressing to you how much I was impressed with my visit to Água Izé. «The houses for the «serviçaes», the hospital, the machine houses, the cacau drying houses (especially the one in course of construction), the network of railways through the roça, and above all, the dense forest of new cacau trees, heavily laden with young fruit, go to show how strenuously you must have worked, to have brought Água Izé to the state of perfection in which it is today. «I congratulate you, my dear General, on the successful manner in which you have worked so important a tropical agricultural enterprise, and I trust your labours may continue to be crowned with success in the future. «Before terminating, I wish to thank you for your very kind hospitality, whilst I was your guest at Água Izé, and, if possible, I hope to come and spend another day or two with you, before leaving for the Congo. «With kindest regards to you and your son and his wife, believe me, my dear General. — Yours very truly. — (a) A. Nightingale.

colonialismo português, depois do Brasil. Descreve a riqueza florestal e fala do sucesso agrícola da economia de plantação. Um sucesso que atribuiu à dedicação da mão de obra e métodos de trabalho. Reconhece o trabalho duro nas roças tal como o esforço inteligente dos criadores das grandes plantações. Fala da “abolição da escravatura, dos castigos corporais e do bom trato dado pelos patrões aos trabalhadores indígenas.”<sup>237</sup> cremos que a visão crítica de Almada Negreiros, sobre o sucesso dos métodos de trabalho aplicados em São Tomé e Príncipe, corrobora a nossa ideia de este foi um território que teve a atenção dos que o administraram, nomeadamente, de Claudino de Sousa e Faro. Certamente, não isento de falhas, parece-nos ter sido um homem defensor do trabalho, de regras e de resultados. A sociedade nativa e a sociedade europeia funcionavam juntas, mas em estilos e patamares diferentes e o pensamento colonial era indissociável da terra e esta dos braços que a trabalhavam. Considerado de dimensão económica e civilizadora, o colonialismo português em África desenvolveu nas roças, dinâmicas de trabalho com recurso a mão-de-obra barateada, sobretudo indiana, considerada especializada e hábil no trabalho com as palmeiras e coqueiros.<sup>238</sup>

Além dos trabalhos na limpeza das palmeiras, a mão de obra indiana era reconhecida para o tratamento dos coqueiros. Por inadaptação, alguns indianos abandonavam as roças e procuravam trabalho nas obras públicas. A interação com a sociedade insular, segundo Augusto Nascimento, não terá deixado traços marcantes pelo facto da sua passagem por São Tomé ter sido efémera.<sup>239</sup>

O fim da escravatura e a conseqüente emancipação dos libertos, teve profundas repercussões no trabalho das roças, exigindo o alargamento no recrutamento de mão-de-obra. A Roça de Água-Izé não foi exceção e Claudino de Sousa e Faro, à semelhança de outros administradores, teve de encontrar soluções para a colónia fazenda que administrava “onde a organização do trabalho agrícola em seu solo constitui assunto de vida ou de morte”.<sup>240</sup> As plantas da roça também mereceram atenção especial de Claudino de Sousa e Faro, sobretudo as menos vulgares, que floresceram na roça Água-Izé: Azeitona; Amoreira; Gojó; Jaqueira;

---

<sup>237</sup> NEGREIROS, António Almada – Les colonies portugaises: Etudes documentaires, Produits d'exportation, p. 162.

<sup>238</sup> CALDEIRA, Arlindo – Do Refúgio dos Picos da Ilha de São Tomé à Absorção Colonial: A Questão dos Angolares, p. 142

<sup>239</sup> Idem, p. 144.

<sup>240</sup> FARO, Conde de Sousa e Faro – A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé, op. cit., p.67.

Mangue de obô; Mangue de rio; Marapião; Mangueira; Marapião; Mangueira; Moandim; Obá; Ocá; Tamarindeiro, o Vermelho ou Pau sangue; Pau-ferro: Quebra-machado; Viro, branco e preto, além de outras espécies à data não classificadas.

A descrição minuciosa desta flora *sui generis* é complementada pela narrativa pormenorizada dos principais géneros de exportação da Roça, designados pela ordem da sua importância: cacau, café, copra (amêndoa de coco), e coconote (semente da palmeira de óleo).<sup>241</sup> Este seu interesse remete-nos para o contexto da época que já considerava o progresso da agricultura tropical e a importância de se conhecer a geografia e a botânica. Como homem culto, Claudino de Sousa e Faro espelha esse desejo pelo conhecimento das riquezas coloniais. Foi o sócio nº775 da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), admitido em 1882, correspondente nº624, passando a ordinário em setembro de 1883 <sup>242</sup>. A admissão de sócio exigia da parte da SGL, originalmente, o princípio de que os candidatos tinham que dar provas de estudo assíduo e conhecimento especial das “ciências geográficas e correlativas” ou que tivessem contribuído para o progresso das mesmas. <sup>243</sup> Refira-se que o nosso biografado como sócio dedicado ofereceu o livro que escreveu sobre *As Pontes do Lucala na Província de Angola* à SGL, com a dedicatória “À ilustre Direção da Sociedade de Geografia de Lisboa”. A Memória oferecida dedica especiais agradecimentos de Claudino de Sousa e Faro, à Direção que “benevolentemente lhe consentiu a publicidade pelo jornal *As Colónias Portuguesas*” e à redação do jornal pelo empenho de publicar o seu humilde trabalho”.<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> Idem, p. 167.

<sup>242</sup> Sociedade de Geografia de Lisboa, Relação Nominal dos Sócios, Fundação em 10 de novembro de 1875, Alguns documentos que interessam à História da Sociedade, p.7.

<sup>243</sup> CORREIA, Luís Grosso e SILVA, ANGEL, Miguel – Dicionário de Historiadores Portugueses, p.5. Disponível em: [https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade\\_geografia.pdf](https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade_geografia.pdf).

<sup>244</sup> FARO, Claudino de Sousa e – *As Pontes do Lucala na Província de Angola*, op. cit., p. 5.

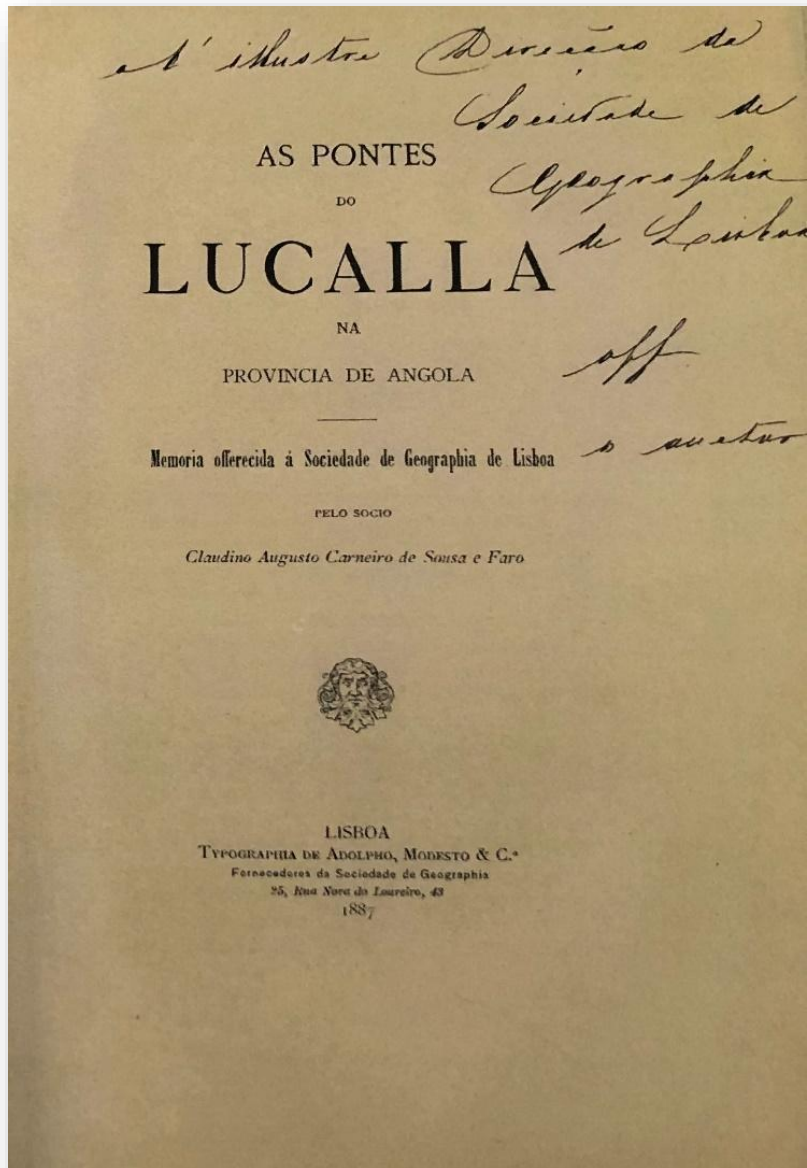


Fig. 47. Claudino de Sousa e Faro, As Pontes do Lucalla, 1887.

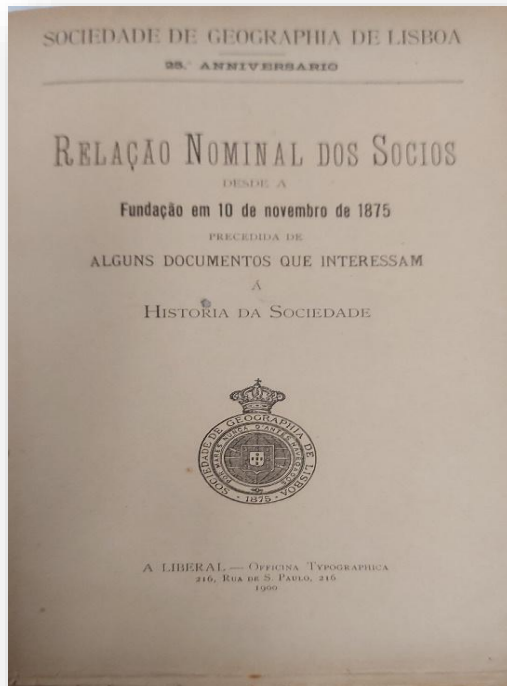


Fig. 48. Capa do livro da Relação Nominal dos Sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1900.

48

N.º de registo	Ano de admissão	Classe do socio	NOMES
284	1892	C	Cesar Augusto Ribeiro, capitalista. Passou a ordinario n.º 2112 Falleceu em 1897.
2781	1897	O	<b>Cesar Carlos Mayer Quadrio dos Reis</b> , aspirante dos correios.
1239	1885	C	Cesar Correia Pinto, funcionario civil. Passou a ordinario n.º 1121 em julho de 1885. Voltou a correspondente em agosto de 1888.
1271	1885	C	Cesar Cuibem Severim de Bettencourt Jardim. — Funchal.
2286	1893	O	Cesar Goullard, conductor de O. P. — Despediu-se em fevereiro de 1894.
2743	1897	O	Cesar de Moraes, escriptor. Despedido em outubro de 1899.
1682	1890	O	Cesar d'Oliveira, empregado no commercio. Despedido em dezembro de 1893.
4032	1898	O	Cesar da Rocha Freitas, funcionario civil. Despedido em outubro de 1899.
1207	1883	C	Ch. Fairbridge Esq. — Cape Town.
411	1876	C	Ch. Faure, professor. — Genebra.
507	1879	C	Ch. Gauthiot, escriptor. — Paris.
444	1877	C	Ch. Ruelens, funcionario civil. — Bruxellas.
2119	1894	C	Ch. Urseau, escriptor. — Paris.
1585	1889	C	Charles Bizard, escriptor. — Paris.
4264	1899	C	Charles C. Kerinck, negociante. — Londres.
229	1877	C	Charles Darwin. — Londres.
730	1881	C	Charles Denny, negociante. — New-York.
4105	1884	C	Charles de Franciosi. — Lille.
2482	1895	O	<b>Charles H. Coverley</b> , negociante. — Porto.
44	1876	C	Charles Hertz. Falleceu.
882	1884	C	Charles Marin, negociante. Despedido em setembro de 1891.
87	1876	C	Charles Maunoir, escriptor. — Paris.
1063	1883	C	Charles Morel, negociante. — Rio de Janeiro.
418	1878	C	Charles de Mosenhal. — Paris.
451	1877	C	Charles P. Dally, jurisconsulto. — New-York.
860	1882	C	Cherubino Lagôa, funcionario civil. Passou a ordinario n.º 731 em maio de 1883. Despedido em dezembro de 1893. — Porto.
2146	1892	C	Choah ben Abdallah, cadí. — Alger.
4177	1898	O	Christian Bricher, empregado no commercio. Despediu-se em dezembro de 1899.
2175	1892	C	Christian Walther Brunn, bibliothecario da bibliotheca Real de Copenhagen. — Copenhagen.
4076	1898	O	<b>Christen Knagenhjelm Wiese</b> , consul geral da Dinamarca.
202	1877	C	Christino de Carvalho, funcionario civil. Passou a correspondente em novembro de 1880. Passou a ordinario em julho de 1883. Voltou a correspondente em julho de 1884.
927	1884	C	Christiano José de Souza Barcellos, official da A. R. Despediu-se em 1889.
275	1878	O	Christovão Ayres de Magalhães Sepulveda, official do exercito. Despediu-se em dezembro de 1893.
189	1877	O	Christovão Barreiros, proprietario. Falleceu em 1894.
4044	1898	O	<b>Christovão Botelho Robre de Barbosa e Veiga</b> , coronel d'artilheria.
2985	1897	O	<b>Christovão da Costa Cesar de Castro</b> , verificador das alfândegas.
2238	1893	O	<b>Christovão J. Rooney</b> , procurador geral das missões do Espirito Santo. — V.
1963	1882	O	<b>Christovão Pinto</b> , proprietario. — III. — Era correspondente n.º 973. <i>Vogal do conselho central em 1892.</i>

N.º de registo	Ano de admissão	Classe do socio	NOMES
1517	1888	C	Ciria Castro Philette Castello, funcionario civil. — Pangim.
687	1882	O	Clarimundo Martins, negociante. Despedido em dezembro de 1884. — S. Vicente de Cabo Verde.
775	1882	O	<b>Claudio Augusto Carneiro de Souza e Faro</b> , general reformado do exercito. Era correspondente n.º 624. Passou a ordinario em setembro de 1883.
2840	1897	O	<b>Claudio Pinto Soares e Silva</b> , negociante.
1799	1891	C	Claudio Maurelio Alvares, ecclesiastico. — Rachol (India).
2715	1896	C	Claudio Castel-Branco, funcionario civil. Despediu-se em novembro de 1899.
2033	1892	O	Claudio Emilio Mendes. — Nova Gôa.
1066	1885	C	Claudio Henrique Caldeira Pedroso Castello Branco, funcionario civil. Passou a correspondente em março de 1887.
4161	1884	C	Claudio José da Silva. — Rio de Janeiro.
4094	1883	C	Claudio Lopez Bru (D.). — Barcelona.
2748	1897	C	Clement Gaizaud, escriptor. — Paris.
4454	1898	O	<b>Clementino de Brito Freire</b> , industrial.
2376	1893	C	Clements R. Markham, presidente da Sociedade de Geographia de Londres.
4367	1899	C	Clemente Botelho d'Almeida, commerciante. — Rio de Janeiro.
459	1877	C	Clemente Marcellino d'Oliveira. — Caldas de Vizela.
4317	1885	C	Cleto José da Costa. — Cacheu.
3453	1898	C	Comte Edouard Soderini, camarista de Sua Santidade. — Roma.
370	1878	C	Comte de Montblanc, escriptor. — Paris.
368	1879	O	Comde de Almedina, director da A. B. A. Falleceu em outubro de 1895.
1329	1883	C	Comde do Alto Mearim, proprietario. Passou a ordinario n.º 2505 em setembro de 1893. Falleceu em maio de 1900.
337	1879	O	<b>Comde de Arno</b> , capitão de engenharia, secretario particular de El-Rei. — III. 20. 21.
434	1878	C	Comde de Arpora, proprietario. Falleceu. — Moçambique.
223	1877	C	<b>Comde d'Avila</b> , coronel do E. M. — IV. V. 1. 4. 7. 22. <i>Vogal do conselho central, 1882.</i>
4049	1898	O	<b>Comde d'Avillez (Jorge)</b> , proprietario. — 20. — S. Thiago do Cacem.
2730	1896	O	<b>Comde da Azambuja</b> , proprietario.
4117	1885	O	<b>Comde de Azarujinha</b> , proprietario. — 13. 14. <i>Vogal da commissão de contas em 1897.</i>
990	1883	C	Comde de Azevedo, secretario de legação. — Paris.
2618	1896	O	Comde da Boa Vista, proprietario. Falleceu em agosto de 1899.
427	1880	O	<b>Comde de Bomfim (José)</b> , general de brigada.
2166	1893	O	<b>Comde de Burnay</b> , negociante. — 14. 15.
4659	1890	O	<b>Comde de Calheiros</b> , proprietario. — Fonte de Lima.
1289	1883	C	Comde do Carvalho, proprietario. Falleceu em fevereiro de 1888. — Madeira.
804	1879	C	Comde de Casa Valencia, diplomata. — Madrid.
806	1879	C	Comde de Casal Ribeiro, ministro plenipotenciario. Passou a ordinario n.º 891 em abril de 1884. <i>Vogal da conselho central em 1886, 1894, 1895.</i> Falleceu em junho de 1896.
2611	1896	O	Comde de Castro e Solla, juiz do Supremo Tribunal de Justiça. — Falleceu em janeiro de 1898.
98	1876	C	Comde de Chest, official do exercito hespanhol. — Madrid.
2003	1879	O	Comde da Costa, proprietario. Falleceu em dezembro de 1879.
4680	1900	C	Comde Emile Budan, publicista. — Piazza (Italia).
407	1880	O	<b>Comde de Feitosa</b> , proprietario. — II. VI. <i>Vogal da commissão de contas em 1890, 1897.</i>

Fig. 49. Relação Nominal dos Sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1900.

Claudino de Sousa e Faro foi um administrador empenhado no desenvolvimento e progresso económico na Roça Água Izé. Prova de tal são as considerações feitas por estrangeiros ilustres que visitaram São Tomé e a roça e teceram apreciações bastante positivas sobre o trabalho feito. Tais apreciações, bem como o nome dos visitantes, são mencionados pelo nosso biografado na memória *A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé*.<sup>245</sup>

À semelhança de outras roças, Água Izé foi uma grande plantação de cacau ligada a um regime de trabalho de controle e disciplina de forma a garantir níveis de produtividade significativos. Marta Macedo na história das plantações de cacau de São Tomé e Príncipe refere a existência de um regime de trabalho coercivo e racializado, onde a produção de cacau dependia do trabalho de milhares de homens e mulheres resgatados em Angola, vinculados a um contrato perpétuo e sujeitos continuamente ao controlo e disciplina.<sup>246</sup> Oriundo da Baía no século XVIII, o cacau, tal como o café, transformaram-se em culturas de grande rendimento e exigiram capitais, tecnologia e força de trabalho. Foi nesta combinação de necessidades que Claudino de Sousa e Faro exerceu as funções de administrador de uma roça, Água Izé, procurando estratégias que potenciassem a produção e o lucro na plantação agrícola.

A partir de 1903 verifica-se a intensificação de saídas de Claudino de Sousa e Faro, para algumas cidades europeias. Faz vários requerimentos ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, à Direção Geral da Fazenda das Colónias, a solicitar a saída a Paris, concretamente a Evian les Bains, para realizar tratamentos termais e também a Londres e a Berlim. Data de 13 de agosto de 1891 o atestado médico que dá conta de problemas gástricos de que padecia Claudino de Sousa e Faro. O referido atestado que apresentamos no nosso trabalho, dá a conhecer a sua doença e solicita a permanência do engenheiro militar na capital lisboeta para fazer tratamentos durante 90 a 100 dias. Em 1906 voltou a solicitar “licença para se ausentar do reino a fim de percorrer algumas cidades da Europa, designadamente Vichy e Paris”. A repartição foi de parecer positivo tendo deferido a pretensão do general, “mas sem dispêndio para a Fazenda Nacional”.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> O Conde de Sousa e Faro apresenta uma relação de nomes de ilustres visitantes de São Tomé e da Roça Água Izé, os quais considera “homens de ciência e trabalho pertencentes a diversas nacionalidades”, nomeadamente: dr. Schulte e dr. Strunk (alemães); MM. Chevalier, Cravier e Cottier (franceses); MM Johnston, Griffiths, Holland e Nightingale (ingleses); M. Theo Masui (belga) e outros, p. 104.

<sup>246</sup> Veja-se em [https://terrabatida.org/derivas\\_one.php?id=6](https://terrabatida.org/derivas_one.php?id=6).

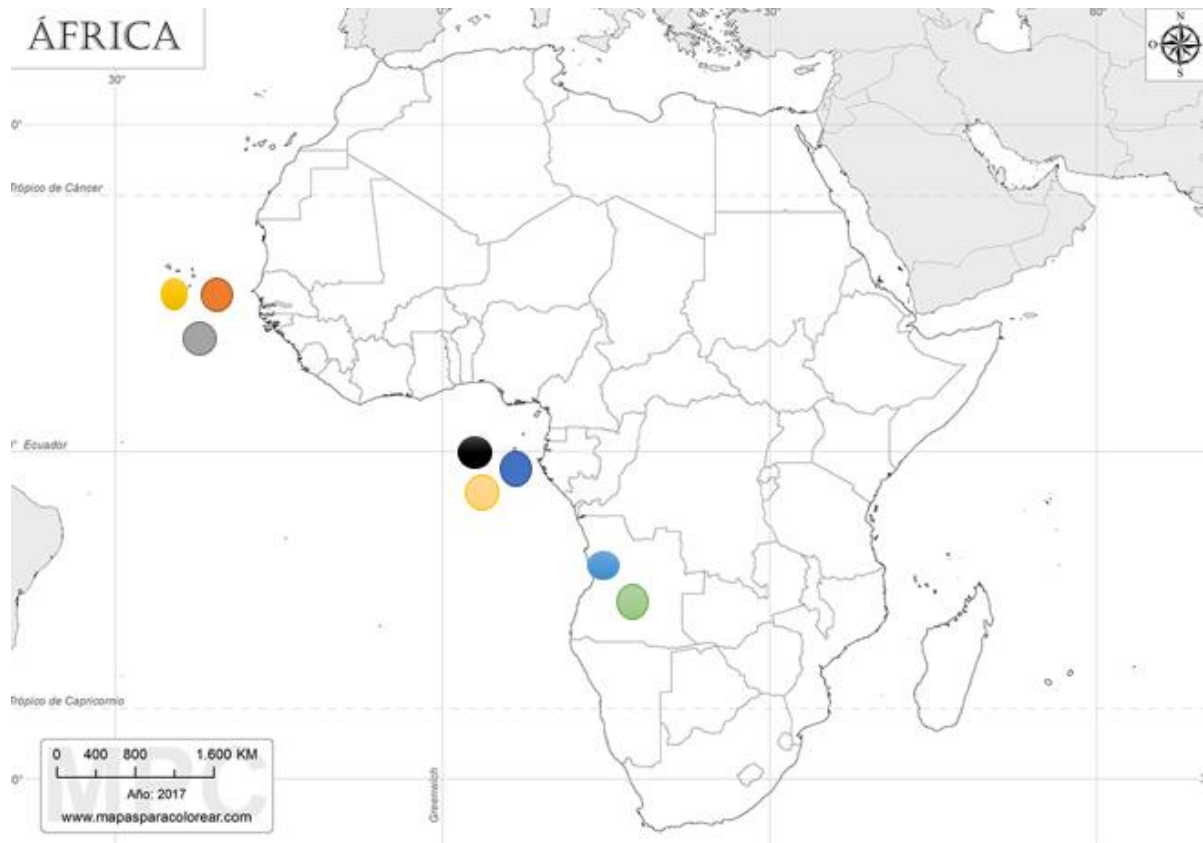
<sup>247</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral das Colónias, 5ª Repartição: documentos de Claudino Sousa e Faro: resposta ao requerimento de 13 setembro de 1906.

São-lhe deferidos requerimentos em 1903 e 1914 com algumas salvaguardas, as quais consideravam que “sobre os vencimentos o requerente tem de dar cumprimento ao que foi determinado no artº2º e seu único do decreto de 24 de maio de 1913.”<sup>248</sup>

Pensamos que as várias deslocações a França, à cidade de Nice, estiveram também relacionadas com a ligação afetiva a Agatha Graber, com quem se casou em segundas núpcias.

---

<sup>248</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral das Colónias, documentos de Claudino Sousa e Faro, resposta ao requerimento de 15 de julho de 1914, 5ª Repartição, f.109.



- Diretor de O.P. **Angola** (1873-76)
- Diretor de O.P. **Cabo Verde** (1876-81)
- Diretor de O.P. **São Tomé e Príncipe** (1881-84)
- Inspetor de O.P. Expedição **Cabo Verde** (1887)
- Diretor de O.P. **Angola** (1884-86)
- Chefe de Expedição Extraordinária **Cabo Verde** (1877)
- Diretor interino e Inspetor de O.P. **STP** (1892)
- Administrador **Roça Água Izé** (1895-1915)

Fig. 50. Claudino de Sousa e Faro: percursos em África.

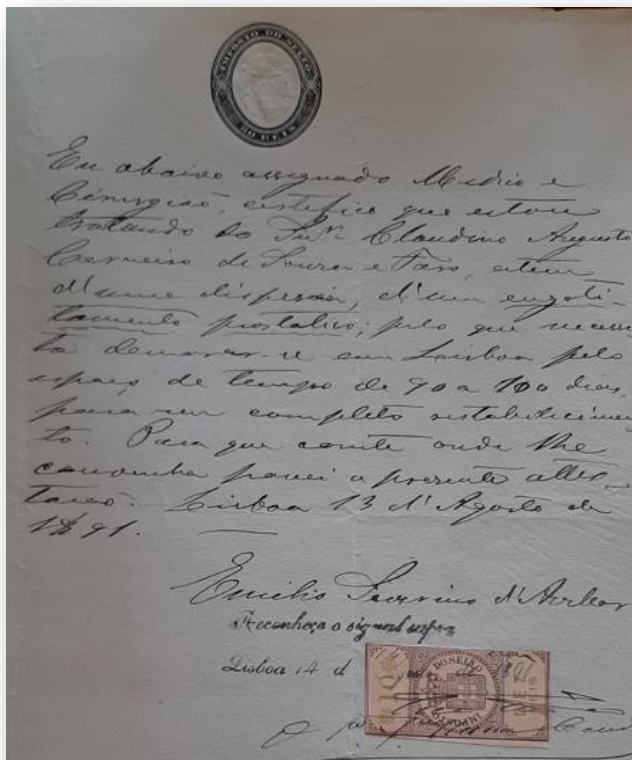


Fig. 51. Atestado médico, Claudino de Sousa e Faro, 1891

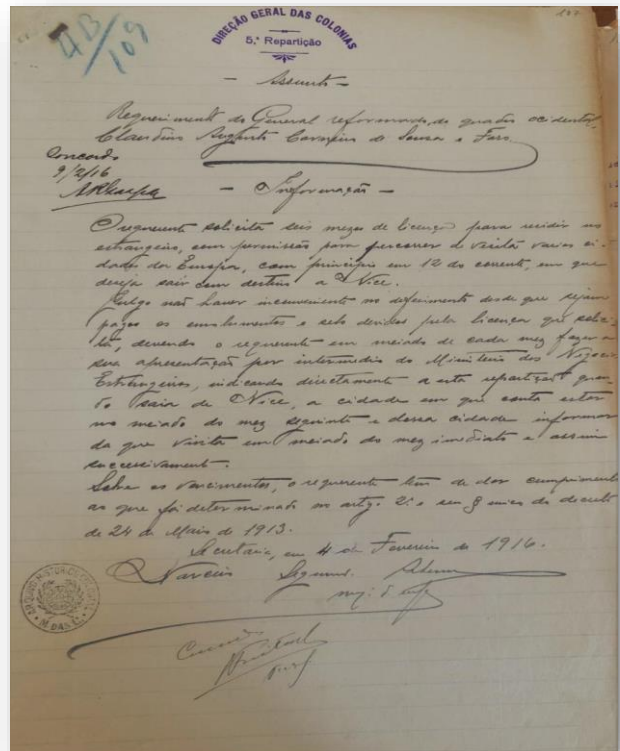


Fig. 52. Requerimento para residir no estrangeiro, 1916.

Em 15 de abril de 1919, foi comunicada a morte de Claudino de Sousa e Faro, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.<sup>249</sup> Homem nobilitado pelo trabalho, cumpridor de deveres e funções que lhe foram confiados, zeloso no serviço à nação, estudioso e inteligente. Terá sido “um dos nossos mais esclarecidos e honrados engenheiros, numa folha em que o seu nome pode figurar com a maior distinção, por isso que em todos os pontos do ultramar onde serviu o deixou lembrado com saudade e com respeito.”<sup>250</sup>

<sup>249</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares- Claudino de Sousa e Faro, f. 154.

<sup>250</sup> Claudino de Sousa e Faro, As Pontes do Lucala, op. cit. p. 75.



Fig. 53. Officio a informar sobre a morte do Conde de Sousa e Faro, 1919.



Fig. 54. Certidão de óbito do Conde de Sousa e Faro.

## Considerações finais

O nosso trabalho de investigação centrou-se no estudo da vida e obra de Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro. Procurámos informação a partir de fontes arquivísticas, acervo bibliográfico e biográfico dispersos, que enriqueceram o nosso trabalho e permitiram dar a conhecer o percurso de vida do nosso engenheiro militar.

Por ser um trabalho biográfico, considerámos o início da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, com António Carneiro, cujo degredo para a Ilha do Príncipe, no século XV, permitiu nas gerações seguintes, o desenvolvimento da mesma, com os títulos nobiliárquicos de Senhor da Ilha do Príncipe e, posteriormente, de Conde da Ilha do Príncipe. Implantada em São Tomé e Príncipe, a linhagem Carneiro ligou-se à de Sousa e Faro, por via matrimonial.

Iniciou-se na Índia, em 1707, a carreira militar da linhagem Carneiro de Sousa e Faro, com Bernardo Carneiro de Sousa e Faro (n. Lisboa, 1694 † Goa, 1760), filho do 2º conde da Ilha do Príncipe e bisavô de Claudino de Sousa e Faro. Sendo este o elemento que estabeleceu a ligação familiar entre a linhagem em África e a que se desenvolveu na Índia Portuguesa, até Claudino de Sousa e Faro.

O percurso militar de Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro vem na senda dos respetivos ascendentes militares, por isso, percorreu degrau a degrau, todos os escalões militares, desde soldado a general de brigada. As promoções militares asseguraram-lhe o estatuto e as prerrogativas pecuniárias. O Estado da Índia, onde nasceu, tinha um estatuto sociopolítico e cultural específico, distinto das colónias africanas. Claudino de Sousa e Faro integrou-se nessa sociedade particular.

Goa, ao tempo, já tinha uma Escola Médico-Cirúrgica, um Tribunal da Relação e uma Escola Matemática e Militar, onde Claudino de Sousa e Faro, se diplomou e exerceu funções de lente substituto. Com a extinção do Exército da Índia, Claudino de Sousa e Faro, para manter o estatuto e privilégios, foi destacado para África, como engenheiro militar de Obras Públicas. Percorreu vários territórios ultramarinos, no exercício das funções de diretor de Obras Públicas, em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Exerceu também funções de inspetor das Obras Públicas, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em todas as colónias, terminou obras e iniciou outras, contribuindo assim para melhorar as infraestruturas dos espaços coloniais.

África era o território onde quase todos os dirigentes políticos, administrativos e militares, eram provenientes da Índia Portuguesa, da metrópole ou de Cabo Verde. Claudino de

Sousa e Faro percorreu quase todas as colónias africanas e procurou estar em consonância com o poder político vigente, quer local, quer do reino. Foi, por isso, Conselheiro do Rei e mais tarde feito Conde. No entanto, cremos que muitas vezes terá exercido funções adaptadas às circunstâncias que determinavam a orgânica dos territórios periféricos do império português, ou seja, agindo por iniciativa própria nesses territórios distantes do Reino para onde foi destacado e nomeado no exercício de funções. Foi um homem de ação, iniciativa e resolução. Como agente representante da monarquia portuguesa na relação com as comunidades mestiças pôs em prática modelos de organização de acordo com os objetivos do império sempre que tal lhe foi possível. Acreditamos, por tudo o que lemos nas fontes disponíveis, que terá atuado também de forma menos formal em situações que exigiram respostas rápidas e politicamente menos definidas.

Foi um homem dotado de grande capacidade técnica, fundamentou os seus estudos, pareceres e projetos, e revelou um cunho pedagógico que já trazia da Escola Matemática e Militar de Goa. Foi um homem de obras e desejo de cumprimento e revelou resiliência sempre que o seu trabalho foi questionado.

Com vasta experiência quer na Índia quer em África, foi conhecedor da moderna realidade europeia, industrial e científica. Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro foi um homem de perfil marcadamente estratégico, técnico e militar.

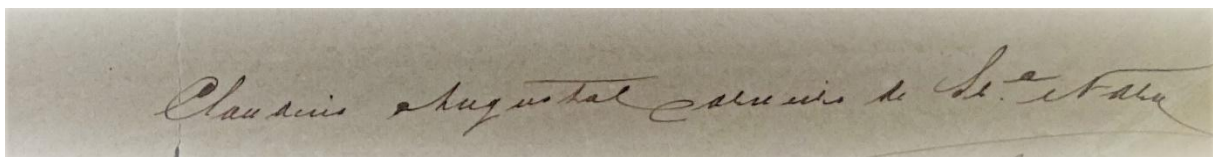


Fig. 55. Assinatura de Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro.

## Índice de Créditos e Imagens

**Fig. 1.** Fotografia do General Claudino de Sousa e Faro, c. 1887. Fonte: FARO, Claudino Sousa e Faro. *As Pontes do Lucala na Província de Angola - memória oferecida à Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Adolfo, Modesto & C<sup>a</sup>. 1887, p.5.

**Fig. 2.** Banco Nacional Ultramarino. Fonte: Registo Nacional de Objetos Digitais. CIT São Tomé. Disponível em: <https://rnod.bnportugal.gov.pt/rnod/winlibsrch.aspx?&pesq=3&doc=74223> acedido em 28-11-2022.

**Fig. 3.** Lettre de Roberto Ivens à Lannoy Bissy (1800). Fonte: URL: Disponível em: [https://www.europeana.eu/pt/item/9200499/yoolib\\_bmchambery\\_2621](https://www.europeana.eu/pt/item/9200499/yoolib_bmchambery_2621) acedido em 12-06-2022.

**Fig. 4.** Cartaz de uma sessão solene realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa (1898). Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa, Imprensa Nacional, 1898. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://purl.pt/31229> acedido em 29-11-2022.

**Fig. 5.** Cartaz da expedição comemorativa: “A Expedição 1884-1888” realizada por Henrique Carvalho ao Lunda. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/project/carvalho-henrique-de-1843-1909-2/> acedido em 29-11-2022.

**Fig. 6.** Mapa Cor-de-Rosa, elaborado em 1886. Fonte: SIMÕES, Pedro Olavo – Do mapa cor-de-rosa ao império africano português, artigo *Jornal de Notícias*, 2019. Disponível em: <https://www.jn.pt/artes/canal/historia/do-mapa-cor-de-rosa-ao-imperio-africano-portugues-10666299.html> acedido em 29-11-2022.

**Fig. 7.** Ponte do "Conde de Linhares" sobre o rio Mandovi, que liga Nova Goa a Ribandar, construída em 1633. Fonte: Arquivo Científico Tropical, Digital Repository. Disponível em: <https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD28859>, acedido em 19-11-2022.

**Fig. 8.** Início da linhagem Carneiro de Sousa e Faro na Índia.

**Fig. 9.** Percurso de formação militar de Claudino de Sousa e Faro.

**Fig. 10.** Títulos honoríficos na linhagem Carneiro de Sousa e Faro, no Estado da Índia.

**Fig. 11.** Os filhos de Claudino de Sousa e Faro e Júlia Amélia Alves.

**Fig. 12.** Linhagem Carneiro de Sousa e Faro: títulos e cargos em África (séculos XV-XVIII).

**Fig. 13.** Linhagem Carneiro de Sousa e Faro: títulos e cargos no Estado da Índia (séculos XVIII-XIX).

**Fig. 14.** Pintura Vista da aldeia de S. Pedro de Ribandar (Goa). Fonte: Foto de José M. Gonçalves. Coleção particular. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/en/casos-de-estudo-en/casosdeestudo-en/534-telhados-de-tesoura-em-go> acessado em 29-11-2022.

**Fig. 15.** Cargos militares e de governação na linhagem Carneiro de Sousa e Faro, na Índia.

**Fig. 16.** Relação nominal de alunos premiados, Escola Matemática e Militar. Fonte: Boletim do Governo do Estado da Índia, nº60 de 1 de agosto de 1856, p. 388. Disponível em <https://books.google.pt/books/content?id=6o0w2iY0TRQC&hl=pt-PT&pg=RA1-PA388&img=1&zoom=3&sig=ACfU3U20ArAj3-RKsEqyvfwl9vMDz6Y2OA&w=1025> acessado em 29-11-2022.

**Fig. 17.** Requerimento para Concessão de medalha de ouro. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Processos PT/AHU/SEMU/Processos Individuais de Militares, Claudino de Sousa e Faro, 1890-1899.

**Fig. 18.** Resposta ao requerimento de Claudino de Sousa e Faro. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Processos PT/AHU/SEMU/Processos Individuais de Militares, Claudino de Sousa e Faro, 1890-1899.

**Fig. 19.** Assentamento do oficial Claudino de Sousa e Faro, 1893. Fonte: AHU, Processos PT/AHU/SEMU/Processos Individuais de Militares, Claudino de Sousa e Faro, 1890-1899.

**Fig. 20.** Claudino de Sousa e Faro, capa do manual *Construções Geodésicas* (1868). Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa. cx23-88.

**Fig. 21.** Claudino de Sousa e Faro, capa do manual *Levantamento Topográfico* (1868). Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa. cx.30-136.

**Fig. 22.** Anuário da Universidade de Coimbra, 1877. Coimbra, Imprensa da Universidade, p.232. Disponível em: [UCDigitalis: Anuário da Universidade de Coimbra. - 1877-1878](https://ucd.digitalis.org/pt/pt/annuario-da-universidade-de-coimbra-1877-1878) acessado em 29-11-2022.

**Fig. 23.** Resultado do processo eleitoral do círculo de Quelimane, 1890. Fonte: Arquivo Histórico Parlamentar. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/pesquisa?q=Claudino%20Augusto%20de%20Sousa%20e%20faro%20&offset=10> (1890 - 1894). Acessado em 28-11-2022.

**Fig. 24.** Resultado do processo eleitoral do círculo de Nova Goa, 1894. Fonte: Arquivo Histórico Parlamentar. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/pesquisa?q=Claudino%20Augusto%20de%20Sousa%20e%20faro%20&offset=10> (1890 - 1894). Acessado em 28-11-2022.

**Fig. 25.** Angola por Leal, Fernando da Costa, 1863. Fonte: Europeana, Depósito dos trabalhos geodésicos do Reino, 1863. Disponível em [https://www.europeana.eu/pt/item/418/BVMDefensa\\_bib\\_BMDB20200020097](https://www.europeana.eu/pt/item/418/BVMDefensa_bib_BMDB20200020097) acessado em 28-11-2022.

**Fig. 26.** Ponte Pinheiro Chagas sobre o rio Lucala. Fonte: FARO, Claudino Sousa e Faro. *As Pontes do Lucala na Província de Angola - memória oferecida à Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Adolfo, Modesto & C<sup>a</sup>. 1887, p.65.

**Fig. 27.** Hospital D. Maria Pia, Luanda. Fonte: Revista Ilustrada Ocidente, nº692, de 20 de março de 1898, p.60.

**Fig. 28.** Capa do Projeto e Orçamento da edificação do Hospital de Luanda, 1875. Arquivo Histórico Ultramarino, f.130, 1876.

**Fig. 29.** Mapa do Arquipélago de Cabo Verde. Fonte: Cristiano José de Senna Barcelos. Lisboa-Tipografia do Jornal das Colónias Portuguesas, 1892. Disponível em <https://purl.pt/1654> acedido em 29-11-2022.

**Fig. 30.** Tabela de vencimentos mensais do pessoal de Obras Públicas de Cabo Verde, 1877. Fonte: Diário do Governo Digital, nº209 de 15 de setembro de 1877, p.4. Disponível em <https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyearmonthday?ano=1877&mes=9&tipo=a-diario&res=> Acedido em 29-11-2022.

**Fig. 31.** Quadro de pessoal técnico do serviço de Obras Públicas de Cabo Verde (1877). Fonte: Diário do Governo Digital, nº209 de 15 de setembro de 1877, p.4. Disponível em <https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyearmonthday?ano=1877&mes=9&tipo=a-diario&res=> Acedido em 29-11-2022.

**Fig. 32.** Palácio do Governador, Praia, Ilha de Santiago, 2022. Autor: Mafalda Pacheco.

**Fig. 33.** Quartel Militar, Praia, Ilha de Santiago, 2022. Autor: Mafalda Pacheco.

**Fig. 34.** Alfândega no Mindelo, Ilha de São Vicente, 2022. Autor: Mafalda Pacheco.

**Fig. 35.** Carta da Ilha de São Tomé, Comissão de Cartografia, 1885. Fonte: Comissão de cartografia. Carta da ilha de San Tomé, 1885, 1/50000 / desenhada por A. A d'Oliveira; coordenada por Ernesto de Vasconcelos. Disponível em:

[https://www.europeana.eu/pt/item/9200517/ark\\_12148\\_btv1b84394447](https://www.europeana.eu/pt/item/9200517/ark_12148_btv1b84394447) acedido em 29-11-2022.

**Fig. 36.** Estudos sobre As Crises Alimentícias do Arquipélago de Cabo Verde-Questionário. Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa, Boletim oficial da província de Cabo Verde, Praia, de 9 de agosto de 1890, p. 171-174.

**Fig. 37.** Capa do livro do Conde de Sousa e Faro, 1908. FARO, Claudino de Sousa e Faro – A Ilha de São Tomé e a roça Água Izé. Tipografia do Anuário Comercial, 1908.

**Fig. 38.** População da Ilha de São Tomé, Anuário Estatístico dos domínios ultramarinos, 1900. Fonte FARO, Claudino de Sousa e Faro – A Ilha de São Tomé e a roça Água Izé, p. 68.

**Fig. 39.** População de S. Tomé, Dados da Monografia de M. Aug. Chevalier, *Le Cacaoyer dans l'Ouest Africain*, 1900. Fonte: FARO, Claudino de Sousa e Faro – A Ilha de São Tomé e a roça Água Izé, p. 69.

**Fig. 40.** Aspeto de uma senzala da Roça Água Izé (1894-1916). Fonte: Fundação Mário Soares. Fotografia impressa em papel com aspeto de uma senzala da Roça Água Izé, distrito de Cantagalo, São

Tomé e Príncipe. **Data:** 1894 – 1916. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=%C3%A1gua+iz%C3%A9> acessado em 30-11-2022.

**Fig. 41.** Tabuleiros móveis para secagem do cacau. Fonte: FARO, Claudino de Sousa e Faro – A Ilha de São Tomé e a roça Água Izé, p.125.

**Fig. 42.** Valores da exportação de cacau na Roça Água Izé (1895-1908). Fonte: FARO, Claudino de Sousa e Faro – A Ilha de São Tomé e a roça Água Izé, p. 168-169.

**Fig. 43.** Hospital da roça Água Izé. Autor: Foto cedida por Mafalda Pacheco.

**Fig. 44.** Aspeto de um dos pavilhões do hospital da Roça Água Izé (1894-1916). Fonte: Fundação Mário Soares. Fotografia impressa em papel com aspeto de um dos pavilhões do hospital da Roça Água Izé, em São Tomé e Príncipe. **Data:** 1894 – 1916.

<http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=%C3%A1gua+iz%C3%A9> acessado em 30-11-2022.

**Fig. 45.** Publicação em Diário do Governo do título de Conde de Sousa e Faro, 1907. Fonte: Diário do Governo Digital, nº61 de 16 de março de 1908, p.6. Disponível em

<https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyearmonthday?ano=1908&mes=3&tipo=a-diario&pm=&res=> acessado a 30-11-2022.

**Fig. 46.** Revista Brasil-Portugal, de 1 de setembro de 1907. Fonte: Revista nº207, de 1 de setembro de 1907, p.236. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1907_1908/N207/N207_item1/P12.html)

[lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1907\\_1908/N207/N207\\_item1/P12.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1907_1908/N207/N207_item1/P12.html) acessado a 30-11-2022.

**Fig. 47.** Claudino de Sousa e Faro, *As Pontes do Lucala*, 1887. Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa, cx. 33-36. FARO, Claudino Sousa e Faro. *As Pontes do Lucala na Província de Angola - memória oferecida à Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Tipografia de Adolfo, Modesto & C<sup>a</sup>. 1887.

**Fig. 48.** Capa do livro da Relação Nominal dos Sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa. Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa. Relação Nominal dos Sócios desde a fundação em 10 de novembro de 1875, precedida de alguns documentos que interessam à História da Sociedade. Edição: A Liberal, Oficina Tipográfica, 1900.

**Fig. 49.** Relação Nominal dos Sócios da SGL, 1900. Fonte: Sociedade de Geografia de Lisboa. Relação Nominal dos Sócios desde a fundação em 10 de novembro de 1875, precedida de alguns documentos que interessam à História da Sociedade. Edição: A Liberal, Oficina Tipográfica, 1900, p. 49.

**Fig. 50.** Mapa: Claudino de Sousa e Faro, percursos em África. Fonte:

[https://www.google.com/search?q=Mapa+continente+africano&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiE9vKZ\\_br8AhXFh\\_OHHf\\_1BmgQ\\_AUoAXoECAEQAw&biw=1344&bih=608&dpr=1#imgrc=lb2X1GyqGlh1mM](https://www.google.com/search?q=Mapa+continente+africano&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiE9vKZ_br8AhXFh_OHHf_1BmgQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1344&bih=608&dpr=1#imgrc=lb2X1GyqGlh1mM).

**Fig. 51.** Atestado médico, Claudino de Sousa e Faro, 1891. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral do Ultramar, Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, 3ª Repartição, nº86.

**Fig. 52.** Requerimento para residir no estrangeiro, 1916. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral das Colónias, 5ª Repartição, PT. 4B, Proc. 109 - Processo Individual Militar de Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1900-1909).

**Fig. 53.** Ofício a informar sobre a morte do Conde de Sousa e Faro, 1919. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Repartição do Gabinete no Ministério das Colónias, PT. 4B, Proc.109, f.154, de 15 de abril de 1919.

**Fig. 54.** Certidão de óbito do Conde de Sousa e Faro. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Departement des Alpes-Maritimes, Ville de Nice-Bureau de L'État Civil, nº1281 de 30 de março de 1919.

**Fig. 55.** Assinatura de Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro. Fonte: Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Direção de Obras Públicas de São Tomé e Príncipe, nº41, f.111 de 16-01-1892.

## **FONTES**

### **Arquivos**

#### **AHM – Arquivo Histórico Militar**

Arquivo Histórico Militar, AHM-Alunos das Escolas Militares - Academia de Fortificação / Escola do Exército / Escola de Guerra / Escola Militar (1790 a 1940)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_ministros\\_da\\_Marinha\\_de\\_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_ministros_da_Marinha_de_Portugal)

[https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=123583\\_PT/AHM/DIV/1/35A/1/05/1550](https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=123583_PT/AHM/DIV/1/35A/1/05/1550).

Arquivo Histórico Militar, Os Generais do Exército Português, II Volume, II Tomo, Coordenação do Coronel António José Pereira da Costa, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2005. Disponível em: [www.exercito.pt](http://www.exercito.pt)

Arquivo Histórico Militar, Lista de Antiquidades dos Oficiais dos Quadros Coloniais, publicada por Ordem do Ministério das Colónias, relativa a 31 de dezembro de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

#### **AHNCV- Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde**

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde, cx. 615.

Assunto: Solicitação dos Boletins oficiais da província de Cabo Verde, nº5, 6, 7 e 8 do mês de fevereiro de 1877, pelo inspetor Claudino de Sousa e Faro em 1890, folha 4.

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde, cx.615. Assunto: Relatório sobre o estado de conservação do edifício da alfândega, Cidade da Praia, 1890, folha 8.

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Inspeção das Obras Públicas de África, cx.615. Assunto: Correspondência recebida da Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde.

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, nº32, de 9 de agosto de 1890, p. 171-174.

#### **AHP – Arquivo Histórico Parlamentar**

Arquivo Histórico Parlamentar, DIGIGOV-Diário do Governo Digital, 1820-1910. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/As-Cortes-Constituintes.aspx>

Diário do Governo, nº 77, de 7 de abril de 1876, p.5.

Arquivo Histórico Parlamentar, Diário do Governo nº108 de 13 de maio de 1871, p.662. Disponível em:

<https://debates.parlamento.pt/pesquisa?q=Claudino%20Augusto%20de%20Sousa%20e%20Faro%20&offset=10> (1890 - 1894).

Arquivo Histórico Parlamentar, Diário do Governo, nº 147, 5 de julho de 1886, p.12. Disponível em:

<https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

Arquivo Histórico Parlamentar, Diário do Governo nº 151, de 10 de julho de 1878. Disponível em:

<https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

Arquivo Histórico Parlamentar, Diário do Governo, nº 208 de 15 de setembro de 1877. Disponível em: <https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

Arquivo Histórico Parlamentar, Diário do Governo, nº284, de 14 de dezembro de 1869. Disponível em: <https://digigov.cepese.pt/pt/homepage>

### **AHSTP – Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe - Secretaria Geral do Governo Fundo da Secretaria Geral do Governo**

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Secretaria Geral do Governo da Província de São Tomé e Príncipe, cx. nº184, pasta 2, assunto: obras públicas, Claudino de Sousa e Faro, folha 40.

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Secretaria Geral do Governo da Província de São Tomé e Príncipe, cx. nº184, pasta 2, assunto: obras públicas, Claudino de Sousa e Faro, folha 152.

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Secretaria Geral do Governo da Província de São Tomé e Príncipe, cx. nº184, pasta 2, assunto: obras públicas, Claudino de Sousa e Faro; Caixa 184\_1892\_cota2.5.4.2 (Pasta 2, Maço 1), doc. 86, Processo de Exoneração de Claudino de Sousa e Faro, 1879.

### **AHU – Arquivo Histórico Ultramarino**

Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares 12-D1, 3231, PT. 6A, Proc. 35 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1878-1884)

Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais STP,765 1D UM cx.1874-1923.

Arquivo Histórico Ultramarino, Cabo Verde, cx. 34, doc. 295. Assunto: Licença para tratamentos emitida pela da Junta de Saúde Pública da Província de Cabo Verde, 3ªRepartição, 29 de agosto de 1892.

Arquivo Histórico Ultramarino, Governo Geral da Província de Cabo Verde, 3ªrepartição, ofício nº42. Assunto: assentamento de registo biográfico.

Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares-2S-D1, 915, PT. 8A, Proc. 137 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1890-1899).

Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, Claudino de Sousa e Faro, 17/08/1892.

Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, Claudino de Sousa e Faro, 29/08/1892.

Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, Claudino de Sousa e Faro. Assunto: Mapa da Inspeção feita pela Junta de Saúde Naval e Ultramar, 19/11/1892.

Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, Claudino de Sousa e Faro, 8/09/1893.

Arquivo Histórico Ultramarino, São Tomé, Obras Públicas, Processos Individuais. cx. 765/1, 1D UM, 1874-1923, Claudino de Sousa e Faro, 4/01/1895.

Arquivo Histórico Ultramarino, O.P 13902. Angola Hospital in 867\_1. Cod. Dep. Atual 1L. SEMU. Cx. 1876\_1881. Obras Públicas. Angola.

Arquivo Histórico Ultramarino, 1868 1L SEMU DGU livro 1863\_1864. Assunto: Informação anual dos oficiais do Corpo de Engenharia da Índia IND.

Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 4, 1796, PT. 4B, Proc. 109 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1900-1909).

Arquivo Histórico Ultramarino, 1875. 1L. SEMU DGU livro 1868\_1869. Assunto: Informação anual dos Lentes e mais oficiais militares e empregados na Escola Matemática e Militar, ano de 1868.

Arquivo Histórico Ultramarino, 765 1D MU cx. 1874-1923 Processos Individuais STP.

Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares: Claudino Augusto Carneiro de Sousa e Faro. Proc.31 (1870-1878); Proc.35 (1878-1884); Proc.137 (1890-1899); Proc. 452 (1870-1879); Proc. 109 (1900-1909).

Arquivo Histórico Ultramarino, ACL-SEMU-DGU-cx70-n565-Obras Públicas de STP-1880-1885. Assunto: Necessidades a atender na região Meridional da Ilha de São Tomé. f.58.

Arquivo Histórico Ultramarino, ACL-SEMU-DGU-cx71-n565-Obras Públicas de STP-1880-1885. Assunto: conta dos pagamentos efetuados no mês de dezembro de 1884, folha 86.

Arquivo de Histórico Ultramarino, 4, 1796, PT. 4B, Proc. 109 - Claudino Augusto Carneiro Sousa Faro (1900-1909). Assunto: requerimento para retificação do nome no decreto que lhe concedeu o título de conde.

Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral das Colónias, 5ª Repartição: documentos de Claudino Sousa e Faro. Assunto: resposta ao requerimento de 13 setembro de 1906.

Arquivo Histórico Ultramarino, Direção Geral das Colónias, documentos de Claudino Sousa e Faro. Assunto: resposta ao requerimento de 15 de julho de 1914, 5ª Repartição, folha 109.

Arquivo Histórico Ultramarino, Processos Individuais de Militares- Claudino de Sousa e Faro, folha 154. Assunto: Claudino de Sousa e Faro, As Pontes do Lucala.

## **Fundação Mário Soares**

HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_158563](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_158563) (2022-11-27). Acedido em 01-12-2022.

### **Hemeroteca Digital**

Revista Gazeta dos caminhos-de-ferro, nº1572 de 16 de junho, de 1953, p.159. Disponível em: [http://hemerotecadigital.clisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1953/N1572/N1572\\_master/GazetaCFN1572.pdf](http://hemerotecadigital.clisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1953/N1572/N1572_master/GazetaCFN1572.pdf) f\_acedido em 01-12-2022.

Revista Universal Lisbonense, nº9, de 29 de agosto de 1845, p.97 e 98. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1845-1846/Agosto/N.%C2%BA%20009/N.%C2%BA%20009\\_item1/P2.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1845-1846/Agosto/N.%C2%BA%20009/N.%C2%BA%20009_item1/P2.html) acedido em 01-12-2022.

Ocidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, nº297, de 21 de março de 1887, p.67. Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1887/N297/N297\\_master/N297.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1887/N297/N297_master/N297.pdf) acedido em 01-12-2022.

Boletim do Governo do Estado da Índia, nº38 de 18 de 1860, p. 280.

Boletim do Governo do Estado da Índia, nº77 de 2 de outubro de 1860, p. 600. Disponível em WWW.URL: <https://books.google.pt/books?id=iao8254FEn0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q=Claudino%20de%20Sousa%20e%20Faro&f=false> acedido em 01-12-2022.

### **SGL-Sociedade de Geografia de Lisboa**

Relatório das Direções de Obras Públicas e Outros Documentos nas Possessões de África, 1876-1881.

Relatório da Inspeção das Obras Públicas do Ultramar, de 29 de julho de 1890, p. 171.

Relatório da Inspeção das Obras Públicas do Ultramar, de 29 de julho de 1890, p. 173.

FARO, Claudino Augusto Carneiro de Sousa e, SGL.1840-1919. Cx.23-88.

FARO, Claudino Sousa e Faro – As Pontes do Lucala na Província de Angola - memória oferecida à Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Tipografia de Adolfo, Modesto & Cª. 1887. Cota: cx.33-31.

FARO, Claudino Sousa e Faro – Estudos sobre As Crises Alimentícias do Arquipélago de Cabo Verde- Questionário. Boletim oficial da província de Cabo Verde, Praia, de 9 de agosto de 1890. Cota: 153-A/B.

FARO, Claudino Sousa e Faro – Construções Geodésicas. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1868. Cx. 23-88.

FARO, Claudino Sousa e Faro – Levantamento Topográfico. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1868. Cx. 30-136.

FARO, Claudino Sousa e Faro – A Ilha de São Tomé e a Roça Água Izé. Tipografia Anuário Comercial, 1908. Cota: 31-D-70.

Revista África Ilustrada, nº1, de 14 de agosto de 1892, p.77.

Revista Ilustrada, As Colónias Portuguesas, nº1, de 21 de fevereiro de 1891, p.7.

Revista Ocidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, nº297, de 21 de março de 1887, p.67.  
Disponível em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1887/N297/N297\\_master/N297.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1887/N297/N297_master/N297.pdf) acedido em 01-12-2022.

Relação Nominal dos Sócios, Fundação em 10 de novembro de 1875, Alguns documentos que interessam à História da Sociedade, Editora, A Liberal-Oficina Tipográfica, Lisboa, p.7.

Cartoteca, SGL e as Edições Próprias de Cartografia Ultramarina Oitocentista. Disponível em WWW:  
URL: [https://www.socgeografialisboa.pt/?page\\_id=59](https://www.socgeografialisboa.pt/?page_id=59). Acedido em 01-12-2022.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim, JILL, Dias, – **O Império Africano 1825-1890**, Nova História Da Expansão Portuguesa Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN: 972-33-1405-3.

ALEXANDRE, Valentim (coord.), – **O Império Africano Séc. XIX e XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2000. ISBN 978-972-772-161-0.

ANTUNES, Cátia [et. al] – **História Global de Portugal**. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2020. ISBN 978-989-644-635-2.

**Anuário da Universidade de Coimbra, Ano Letivo de 1877-1878**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1877, p. 232.

BICALLHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral – **Modos de Governar, ideias e práticas políticas no Império Português-séculos XVI a XIX**. Editora Alameda. ISBN 9788598325163.

BOURDIEU, Pierre – **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-441-666-3.

BOXER, C. R. – **O Império Marítimo Português, 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-441-602-1.

BRANDÃO, Tiago – **História Biográfica e Intelectual da Ciência e Tecnologia, Atores, Ideias e Identidades**. Instituto de História Contemporânea, nº1, 2020. ISBN 978-989-8956-19-4.

BURKE, Peter – **A Escrita da História, novas perspetivas**: Editora UNESP, 1992. ISBN 85-7139-027-4.

CALDEIRA, Arlindo Manuel – **Escravos e Traficantes no Império Português. O Comércio Negroiro Português no Atlântico durante os séculos XV a XIX**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013. ISBN 978-989-626-478-9.

CAMPOS, Ezequiel de – **Viação de S. Tomé: apontamentos**. Livraria Nacional Porto. 1904.

CAPELA, José – **Moçambique pela sua História**. Edições Húmus, 2010. ISBN 978-989-813-952-8.

CASTRO, José Fortunato – **Estudo sobre as madeiras de construção da Ilha de São Tomé**. Tipografia Burocrática, Tavira, 1894.

CORREIA, Luís Grosso e SILVA, ANGEL, Miguel – **Dicionário de Historiadores Portugueses**, p.5. Disponível em: [https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade\\_geografia.pdf](https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/sociedade_geografia.pdf).

CORVO, João de Andrade – **Estudos sobre as Províncias Ultramarinas: Vol. II**, Tipografia Lisboa Academia Real das Ciências, 1884.

COSTA, António José Pereira – **Os Generais do Exército Português**. Lisboa, Biblioteca do Exército, 2008, Vol. II, Tomo II. ISBN 972-99011-3-9.

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires – **História da Expansão do Império Português**. Editora: A Esfera dos Livros. 2019. ISBN 978-989-626-627-1.

Cunha, Mafalda Soares da – **A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares**: Lisboa, Editorial Estampa, 2000. ISBN: 972-33-1539-4

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo – **Vice-Reis, Governadores e Conselheiros do Governo do Estado da Índia (1505-1834)**. Penélope, Revista de História, nº15 1995.

DUGARD, Martin – **À Descoberta de África: as Viagens Épicas de Stanley e Livingstone**: Cruz Quebrada, Casa das Letras 2007. ISBN 978-972-461-713-8.

ECO, Umberto – **Os Limites da Interpretação**: Editor Difel, 1995. ISBN 978-972-290-698-2.

FARIA, Alice Santiago – **Architecture Coloniale Portugaise à Goa, Le Département des Travaux Publiés, 1840-1926**. Verlag /Éditeur: Presses Académiques Francophones, 2011.

FARIA, Alice Santiago, RAPOSO, Pedro M. P. – **Mobilidade e Circulação-Perspetivas em História da Ciência e Tecnologia**. Edição Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, Lisboa, 2014. ISBN 978-989-962314-9.

FARIA, Alice Santiago – **O Papel dos Luso Descendentes na Engenharia Militar e nas Obras Públicas em Goa, ao longo do século XIX**: Universidade Nova de Lisboa. ISBN 978-972-9045-31-8.

FARIA, Alice Santiago – **“Administração Colonial e Obras Públicas: As Direções de Obras Públicas nos Territórios do Antigo Oriente Português (1869–1926)**, CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e CIUCHT – Centro Interuniversitário de História da Ciência e da Tecnologia, Universidade de Lisboa e Universidade NOVA de Lisboa.

FARO, Claudino de Sousa e Faro – **Construções Geodésicas e Projeções** - Nova Goa: Imprensa Nacional, 1868.

FARO, Claudino de Sousa e Faro – **As Pontes do Lucala na Província de Angola** - memória oferecida à Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Tipografia de Adolfo, Modesto & Cª. 1887.

FARO, Claudino de Sousa e Faro – **Levantamento Topográfico** - Nova Goa: Imprensa Nacional, 1868.

FARO, Claudino de Sousa e Faro – **Estudos sobre as crises alimentícias do Arquipélago de Cabo Verde: questionário estatístico precedido de um relatório**. Praia: Imprensa Nacional, 1890.

FARO, Claudino de Sousa e Faro – **A Ilha de S. Tomé e a roça Água Izé** – Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1908.

FERNANDES, José – **África, Arquitetura e Urbanismo de Matriz Portuguesa**, Universidade Autónoma de Lisboa. Editor: Caleidoscópio. ISBN 978-972-880-165-2.

FERNANDES, Mónica – **Roça Água-Izé, o turismo como regenerador da sua memória e identidade**, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, 2018 p. 20-25  
Dissertação de Mestrado.

FERRATORI, Franco – **Sobre a Ciência da Incerteza, o Método Biográfico na Investigação em Ciências Sociais**. Editor Pedagogo, 2003. ISBN 978-989-8655-10-3.

FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro – **História Global de Portugal**. Editora Temas e Debates, 2020. ISBN 978-989-644-635-2.

FRAGA, Luís Alves de – **A Guerra em África em 1865- Uma Leitura Estratégica**: Editora Comissão Portuguesa de História Militar, 2008. ISBN 978-989-99533-0-8.

FRAGA, Luís Alves de Fraga – **Portugal e os Conflitos do Século XIX: Problemática de uma Neutralidade**: Editora Comissão Portuguesa de História Militar, 1992 (Artigo).

FRAGA, Luís Alves – **Para uma Perspetiva Sociológica da Evolução do Sistema de Educação Militar em Portugal entre 1790 e 1958**: Editora Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, 1990 (Conferência).

FORJAZ, Jorge – **Genealogias de São Tomé e Príncipe** – Subsídios: Editor Dislivro, 2011. ISBN 978-989-639-143-0.

FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de – **Os Luso Descendentes da Índia Portuguesa: Vol. I**, Fundação Oriente. ISBN 978-972-785-045-7.

GAIO, Felgueiras – **Nobiliário de Famílias de Portugal**, Tomo IX: Biblioteca Nacional de Lisboa, Braga, 1938. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/68939-nobiliario-de-familias-de-portugal>.

GALVÃO, Coronel João Alexandre – **A Engenharia Portuguesa na Moderna Obra da Colonização**. República Portuguesa, Ministério das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1940.

GESTEIRA, Heloísa Meireles, CAROLINO, Luís Miguel, MARINHO, Pedro – **Formas do Império- Ciência, Tecnologia e Política em Portugal e no Brasil, Séculos XVI ao XIX**: Editora Paz e Terra. ISBN 978-857-753-287-2.

GOLF, Jacques LE, – **História e Memória**, Vol. 2, Lisboa: Edições 70, 1982. ISBN 972-44-1028-5.

HENRIQUES, Isabel Castro – **Os Africanos em Portugal, História e Memória, séculos XV-XXI**. Edição Comité Português do Projeto Unesco: A Rota do Escravo.2011. ISBN 978-989-20-2780-7.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira – **A Diplomacia do Império: Política e Religião na Partilha de África -1822-1890**: Lisboa, Edições 70, 2012. ISBN 978-972-441-715-8.

LAMBERT, David, LESTER, Alan – **Colonial Lives Across the British Empire- Imperial Career in the Long Nineteenth Century**: Cambridge, 2006. ISBN 978-052-184-770-4.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.) – **O Império Oriental, 1660-1820**, tomo 1: Editorial Estampa, 2006. ISBN 972-33-2309-5.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.) – **O Império Oriental, 1660-1820**, tomo 2: Editorial Estampa, 2006. ISBN 972-33-2314-1.

MARQUES, A.H. de Oliveira, SERRÃO, Joel – **O Império Africano 1890-1930**, vol. XI, Nova História da Expansão Portuguesa, Lisboa: Editorial Estampa, 2001. ISBN 978-972-331-648-3.

MATOS, Patrícia Ferrer de, – **As Cores do Império-representações raciais no império colonial português**. ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2006. ISBN 978- 972-671-185-1.

MONTEIRO, Maria do Rosário Monteiro; PIMENTEL, Maria do Rosário; LOURENÇO, Vítor Marçal – **Marquês de Sá da Bandeira e o seu tempo**. Academia Militar-Centro de História e de Cultura, 2013. Editora: Academia Militar. ISBN 978-989-96698-3-3.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – **Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII**. Revista Análise Social, Vol.28, 1993.

MONTEIRO, Isilda Costa – **O Parlamento e a Questão Militar (1851-1870)**, Universidade Portucalense, 2003. Tese de Doutoramento.

OLIVEIRA, Luís Filipe – **A Coroa, os Mestres e os Comendadores: as Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1449)**, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 2006. Tese de doutoramento.

PACHECO, M.; Pires, F., Cruz, S. C.– **Ação e formação no espaço africano do império português. Séculos XVII a XIX**. in A.S. Faria, R. Araújo, S.M.G. Pinto, A. Sánchez (ed.) Building the

Portuguese Empire: new approaches to educational and administration institutions (15th-19th centuries), *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: CHAM. (forthcoming), 2021.

PAPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo de – **As Roças de São Tomé e Príncipe**: Edições Tinta da China, 2015. ISBN 978-989-671-175-7.

PACHECO, Mafalda. PIRES, Fernando. Claudino de Sousa e Faro in eViterbo. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2022. ISBN: 978-989-8492-77-7.

PEDREIRA, Jorge. M. [et al.] – **História Económica Contemporânea, Portugal 1808-2000**: Fundação MAPFRE. Penguin Random House, Grupo Editorial, 2019. ISBN 978-989-784-259-  
PÉLISSIER, René. – **As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941**: Lisboa, Editorial Estampa, 2006. ISBN 972-33-2305-2.

PISTOLA, Renato José Bogalho da Silva – **Entre o Mutualismo e o Capitalismo. Os caminhos do Montepio Geral**. Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2018. Tese de doutoramento.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de – **Nobreza e Ordens Militares, Relações Sociais e de Poder**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Tese de doutoramento.

PINTO, Helena Gonçalves – **A Cura e a Arquitetura**. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, 2015. Tese de doutoramento.

RABAÇAL, Pedro – **Portugueses em África, uma breve história da conquista de Ceuta à Descolonização**: Marcador Editora, 2017. ISBN 978-989-754-333-3.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – **História de Portugal**: Editora A Esfera dos Livros. 2015. ISBN 978-989-626-366-9.

RIBEIRO, Manuel Ferreira – **1º Barão d'Água Izé e seu filho Visconde de Malanza**: Lisboa, Papelaria Estevão Nunes & Filho.

RICOER, Paul – **Tempo e Narrativa, 1 A Intriga e a Narrativa Histórica**: PAPIRUS Editora, 1963. ISBN 978-857-827-053-7.

ROSAS, Fernando – **História a História África**. Lisboa: Editora Tinta da China, 2018. ISBN 978-989-671-421-5.

SARDICA, José Miguel – **Liberalismo e Forças Armadas: O Papel do Exército na Monarquia Constitucional**, apud MARTINS, Fernando – **Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo**: Publicações Cidehus, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2001. ISBN 978-972-772-2.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. – **De Ceuta a Timor**: Editora DIFEL. 1994. ISBN 972-29-0308-X.

XAVIER, Mariana Ramalho Procópio – **A Configuração discursiva de Biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo.** Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, tese de doutoramento.